



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

REGINA COUTO DA COSTA

CIRCUNSTÂNCIAS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO
ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS

Maceió, AL
2019

REGINA COUTO DA COSTA

CIRCUNSTÂNCIAS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO
ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Enfermagem da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Enfermagem.

Orientadora: Prof^a Dra. Laís de Miranda Crispim
Costa.

Maceió, AL

2019

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- C837c Costa, Regina Couto da.
Circunstâncias de criação, implantação e consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio da Universidade Federal de Alagoas / Regina Couto da Costa. – 2019.
82 f. : il.
- Orientadora: Laís de Miranda Crispim Costa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas. Escola de Enfermagem. Maceió, 2019.
- Bibliografia: f. 70-73.
Apêndices: f. 74-76.
Anexos: f. 77-82.
1. Estudantes universitários - Atividades políticas. 2. Movimentos estudantis - Alagoas. 3. Ensino superior - História. 4. Enfermagem - História - Alagoas. I. Título.

CDU: 378:616-083(813.5)

REGINA COUTO DA COSTA

**CIRCUNSTÂNCIAS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado
ao corpo docente do curso de graduação em
Enfermagem da Universidade Federal de
Alagoas e aprovado em 21/11/2019.

Lais de Miranda Crispim Costa

Profa. Dra. Lais de Miranda Crispim Costa (Orientadora) – EENF/UFAL

Banca examinadora:

Regina Maria dos Santos

Profa. Dra. Regina Maria dos Santos – EENF/UFAL

Marcos Ribeiro Mesquita

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita – IP/UFAL

AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs-tias, Nazaré, Celsa e Jane, por abrirem as portas de um caminho praticamente impensável para mulheres pobres e do interior das suas gerações e, assim, torná-lo possível para mim e tantas outras e outros. Suas histórias de vida me ensinaram que eu podia mais, sempre mais. Obrigada pelo incentivo, desde cedo, à leitura e a busca pelo conhecimento. Suas palavras, muitas vezes rígidas, é verdade, foram e continuam sendo essenciais.

À Marina, minha irmã, amiga, companheira, amor da minha vida, por tornar todos os dias “compridos e diferentes”, citando Jorge de Lima; por ser a terra, com sua materialidade e cuidado fraternal, que eu, pura água, tanto necessito. Enfim, obrigada por tudo e por tanto, sempre!

À Gil, amiga-irmã que a militância me deu, por conseguir me enxergar, tão tímida, e ter me “iniciado” nos movimentos sociais, ao me convidar, com seu jeito enérgico e autêntico, para a luta em defesa do SUS e por uma “Outra Ufal”. Aos amigos (potentes!) da graduação, Gian, Dan, Tonn, Lucas, Tay, Michel, Jaque, Samuel, Elis, Marianna, Ailla, Marianny, Bia, Jack, Nataly, Ju, Bina, Geo e Marília, que toparam construir juntos as duas gestões que estive no Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, por acreditarem na força do movimento, dos movimentos, dos encontros, e pelas inúmeras oportunidades de crescimento que me proporcionaram nessa jornada. Parafraseando Hemingway, quem está ao nosso lado nas trincheiras importa muito mais do que a própria guerra.

À minha orientadora, Laís, por ter acreditado em mim, acolhido com tanto carinho essa ideia e pelas imensas contribuições e ensinamentos que tornaram possível a sua concretização. Mas, antes mesmo disso, por seu entusiasmo contagiante nos exercícios da docência e da pesquisa, que sempre me inspiraram. Obrigada por me mostrar o caminho das pedras!

À Regina Santos e ao Marcos, membros da banca, por terem aceitado o convite. Regina, que com seus valiosos ensinamentos, não somente agora, mas durante toda a graduação, sempre deixava tudo “Claro como a luz do dia!”. Marcos, que com sua leveza, sempre esteve disponível e trouxe contribuições riquíssimas para o trabalho.

À Universidade Federal de Alagoas e a Escola de Enfermagem, que durante esses longos seis anos, foram minha segunda casa e o palco deste enredo, pela educação pública, gratuita e de qualidade! Da mesma forma, agradeço também ao Grupo de Estudos Dona Isabel Macintyre, pelos encontros e inúmeros aprendizados.

Aos depoentes, por aceitarem dividir comigo momentos tão importantes das suas histórias de vida e pelo caloroso acolhimento com que me receberam. Obrigada especialmente por nos mostrarem que a mão que cuida também luta!

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”

O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte – *Karl Marx*

“Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar

E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo pra lutar pelo o que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha, tem que ter escola
Ninguém quer esmola, e isso ninguém pode negar
Nem a lei, nem estado, nem turista, nem palácio
Nem artista, nem polícia militar
Vocês vão ter que engolir e se entregar
Ninguém tira o trono do estudar”

Trono do estudar – *Dani Black*

RESUMO

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter histórico-social, cujos objetivos foram descrever as circunstâncias de criação e implantação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio e analisar as lutas simbólicas empreendidas para a consolidação da entidade no campo universitário e da educação, no recorte temporal de 1981 até 1991, da sua criação até a gestão denominada “10 anos de luta” em comemoração aos seus 10 anos. Para tanto, as fontes consultadas foram: os depoimentos orais resultantes da transcrição de 10 entrevistas realizadas com integrantes das gestões do Centro Acadêmico no período analisado e com atores sociais citados por algum destes, por seu envolvimento direto com o fenômeno histórico em estudo; atas de reuniões da entidade a partir de 1987 armazenadas em sua sede; documentos produzidos pelo Centro Acadêmico em alusão aos seus 10 anos de existência, arquivados no Laboratório de Documentação e Pesquisa em História da Enfermagem – LADOPHE; documentos cedidos pelos depoentes e produções bibliográficas acerca da História do Movimento Estudantil no Brasil e em Alagoas. As informações produzidas a partir destas fontes foram analisadas em consonância com o método histórico, triangulando uma discussão entre as fontes orais e escritas e com o referencial teórico adotado, qual seja, o de Pierre Bourdieu. Deste sociólogo foram utilizados os conceitos de campo, capital, *habitus*, luta simbólica e poder simbólico. Os resultados desta análise demonstraram que as posições e disposições dos atores sociais que configuravam o espaço social de lutas do Centro Acadêmico 12 de Maio, assim como o contexto macropolítico, foram favoráveis à sua criação em maio de 1981. Apontam ainda que, fruto das lutas simbólicas e estratégias empreendidas pelos estudantes da entidade nos processos posteriores pela implantação e consolidação desta, foram produzidos importantes efeitos simbólicos, a saber: o reconhecimento no curso de graduação em enfermagem e na UFAL e a articulação com a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem. Assim, este estudo se configura como ponto de partida para muitas outras pesquisas sobre os caminhos percorridos pelo Movimento Estudantil de Enfermagem no Brasil e em Alagoas até os tempos atuais.

Descritores: Estudantes universitários - Atividades políticas, Movimentos estudantis -Alagoas, Ensino superior – História, Enfermagem - História - Alagoas.

ABSTRACT

This is a qualitative study, of historical and social nature, whose objectives were to describe the circumstances of creation and implementation of the Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio and to analyze the symbolic struggles undertaken for the consolidation of the entity in the field of university and education, in the time frame from 1981 to 1991, from its creation to the management called “10 years of struggle” in commemoration of its 10 years. For this, the sources consulted were: the oral statements resulting from the transcript of 10 interviews conducted with members of the Academic Center management during the analyzed period and with social actors cited by any of these, for their direct involvement with the historical phenomenon under study; minutes of meetings of the entity from 1987 stored at its headquarters; documents produced by the Academic Center in reference to its 10 years of existence, filed in the Laboratório de Documentação e Pesquisa em História da Enfermagem – LADOPHE; documents provided by the deponents and bibliographical productions about the History of the Student Movement in Brazil and Alagoas. The information produced from these sources was analyzed in line with the historical method, triangulating a discussion between oral and written sources and the theoretical framework adopted, namely Pierre Bourdieu. From this sociologist were used the concepts of field, capital, habitus, symbolic struggle and symbolic power. The results of this analysis showed that the positions and dispositions of the social actors that shaped the social space of struggles of the Centro Acadêmico 12 de Maio, as well as the macropolitical context, were favorable to its creation in May 1981. They also point out that, as a result of the struggles symbolic and strategies undertaken by the entity's students in the subsequent processes for its implementation and consolidation, important symbolic effects were produced, namely: recognition in the undergraduate nursing course and at UFAL and the articulation with the National Executive of Nursing Students. Thus, this study is the starting point for many other researches on the paths taken by the Student Nursing Movement in Brazil and Alagoas to the present time.

Keywords: College students - Political activities, Student movements- Alagoas, Higher Education - History, Nursing - History - Alagoas.

LISTA DE QUADRO E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Pessoas entrevistadas para esta pesquisa.....	7
Figura 1- Delegação alagoana no XXV Congresso Nacional dos Estudantes, em 1972.	15
Figura 2- Cópia de um ofício remetido ao Pró-reitor de Assuntos Comunitários pelo setor de Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), indicando os estudantes que iriam compor a chapa para eleições do DCE em 1972.	20
Figura 3- Panfleto da chapa Quilombo	21
Fac símile 1- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	29
Figura 4 Certificado de participação do depoente no I Encontro Nordestino de Enfermagem	38
Fac símile 2- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	32
Fac símile 3- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	34
Fac símile 4- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	35
Fac símile 5- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	36
Fac símile 6- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	39
Fac símile 7- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	41
Fac símile 8- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	43
Fac símile 9- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	44
Fac símile 10- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	52
Fac símile 11- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	56
Fac símile 12- Trecho do depoimento de José Sival no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”	59
Figura 5- Quadro e livreto feitos pelo CAEnf 12 de Maio em comemoração aos seus 10 anos.	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ABORDAGEM METODOLÓGICA E TEÓRICA	6
1.1 Tipo de Estudo	6
1.2 Cenário e recorte temporal.....	6
1.3 Fontes	6
1.4 Critérios de inclusão/Exclusão.....	8
1.5 Técnica e instrumentos de produção das informações	8
1.6 Aspectos éticos.....	9
1.7 Análise de dados	9
1.8 Referencial teórico	10
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E EM ALAGOAS: DA CRIAÇÃO DA UNE AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	11
2.1 Movimento Estudantil no Brasil e em Alagoas: origem e primeiras lutas	11
2.2 Repercussões do processo de redemocratização na reorganização política estudantil da UFAL	18
3. OS BASTIDORES DA CRIAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO	27
3.1 Primeiros passos do Centro Acadêmico 12 de Maio.....	36
4. EFEITOS SIMBÓLICOS DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO	41
4.1 Reconhecimento do CAEnf no curso de Enfermagem e na UFAL: lutas e estratégias .	41
4.2 Atuação na Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem.....	64
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE – A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	74
APÊNDICE – B: Roteiro semi-estruturado de entrevista	76

ANEXO – A: Parecer consubstanciado do Cômite de Ética em Pesquisa.....	77
ANEXO – B: Termo de doação do depoimento.....	81
ANEXO – C: Instrumento para análise interna e externa de documentos	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto as circunstâncias de criação, implantação e consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio (CAEnf 12 de Maio). Desenvolvido na linha de pesquisa história da enfermagem do Grupo de Estudos D. Isabel Macintyre da Universidade Federal de Alagoas (GEDIM/UFAL). É um objeto que contribui para o resgate da história do surgimento e dos primeiros passos do Movimento Estudantil de Enfermagem na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Descortinar a história dessa entidade, que foi o primeiro espaço que me acolheu ao chegar completamente perdida na universidade em março de 2014, tem um valor afetivo imenso. Já neste ano procurei saber mais o que era um Centro Acadêmico (CA), comecei a participar de algumas reuniões e aos poucos fui me encantando por seus significados. Contudo, após alguns anos desativado, o CAEnf 12 de Maio tentava se reorganizar internamente e, assim, o debate político naquele momento ainda era muito imaturo.

Por isso, minha aproximação de fato com as pautas do Movimento Estudantil (ME) teve início somente em julho de 2015, durante as mobilizações da greve dos docentes e servidores da UFAL. Conhecendo outros CAs e Coletivos e participando das discussões em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, tudo isso em meio a uma conjuntura nacional conturbada de ataques iminentes à democracia, crescia em mim a necessidade de uma organização e participação políticas mais efetivas das estudantes de enfermagem.

Assim, em 2016 decidimos construir uma chapa para concorrer à gestão do CAEnf 12 de Maio. Ganhamos a eleição e eu topei o desafio de assumir a presidência da nossa entidade representativa nesta gestão “Enfermagem em Movimento” (2016-2017), assim como na gestão seguinte, nomeada de “Mãos Dadas” (2017-2018). Inicialmente cheia de percalços e incertezas do que e como fazer, em muitos momentos devido à inexperiência na atuação política, essa vivência foi extremamente significativa no processo de construção da minha identidade, especialmente enquanto sujeito coletivo.

Fomos aprendendo juntas, tanto na teoria quanto na prática, a questionar, dialogar, mobilizar e nos posicionarmos no campo universitário e, com isso, compreendendo que só a luta muda a vida. Em 2017 demos um importante passo ao retomarmos a articulação com a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem, participando da gestão 2017-2018 como coordenadoras da Loco-regional Nordeste II, que estava completamente desarticulada à época. Assim, neste período nutri grande sentimento de pertencimento ao ME e em especial ao CAEnf 12 de Maio e de amparo em nossas bandeiras de luta.

No entanto, tal sentimento esbarrou no desconhecimento da nossa própria história quando fomos indagados sobre a data de criação da entidade, pois, como afirma Lucien Febvre, “A história é uma resposta a perguntas que o homem de hoje necessariamente se põe”. Buscamos esse dado nos registros de atas de antigas gestões, porém estas não continham nenhuma informação referente à fundação do Centro Acadêmico. Na procura, encontramos uma placa do ano da gestão de 1991, denominada “10 anos de luta”, sugerindo a comemoração de dez anos de criação do CAEnf 12 de Maio. A partir disso, a inquietação em conhecer como se deu o processo de criação, implantação e consolidação do nosso Centro Acadêmico aumentou, configurando-se na construção deste trabalho.

Primeiramente, de acordo com Rodrigues (2007), os Centros Acadêmicos (CA) e Diretórios Acadêmicos (DA) são as chamadas entidades de base do Movimento Estudantil, sendo espaços de disputa política para representação dos estudantes dentro de um curso de graduação. A participação em DA ou CA é prevista na Lei nº 7.395, artigos 4 e 5 (BRASIL,1985), onde está disposto que todos os estudantes de graduação, regularmente matriculados, podem participar de sua entidade representativa.

À época da fundação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, o curso de graduação em enfermagem da UFAL firmava sua consolidação, tendo sido criado em novembro de 1973, após a chegada do navio-escola HOPE (Health Opportunity for People Everywhere) em fevereiro do referido ano, ao porto de Maceió. A parceria do projeto homônimo ao navio-escola com o Governo do Estado de Alagoas e com a UFAL tinha como objetivo, além de ofertar ações e cuidados em saúde, realizar uma espécie de intercâmbio científico na área da saúde (COSTA, 2016; COSTA, *et al.* 2014).

Num contexto de ausência de cursos superiores de enfermagem no Estado, o projeto HOPE teve influência para a criação do curso em Alagoas, apesar de não ter sido este o objetivo do projeto. Tendo em vista que o trabalho realizado pelas enfermeiras do navio-escola evidenciou para a sociedade alagoana a importância e a necessidade destas profissionais na assistência à saúde. Além disso, algumas de suas enfermeiras que permaneceram na cidade por mais cinco anos, compuseram o corpo docente inicial do curso, o qual foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação em 1979. O projeto também doou equipamentos e insumos para equipar o primeiro laboratório de enfermagem do curso recém-criado, ao Departamento de Enfermagem da Universidade” (COSTA, 2016; COSTA, *et al.* 2014).

Nesse período, o país vivenciava intensas transformações sociais, políticas e econômicas, que marcaram o período de transição do regime militar, que vigorava desde o Golpe civil-militar de 1964, para o processo de redemocratização. Na economia houve intensa

recessão no contexto internacional do sistema capitalista, o que acarretou a reorganização da economia mundial e o esgotamento do dito “milagre econômico”. Essa mudança redefiniu o próprio regime militar, pois sem o avanço econômico os atos de autoritarismo e repressão explícitos, cada vez mais violentos e frequentes, não se sustentavam. Neste contexto, o General Geisel, empossado em 1974, inicia o processo de institucionalização do regime através da abertura “lenta, gradual e segura” deste (NETTO, 2014; NAPOLITANO, 2014).

Nesse processo, denominado por Netto (2014) de “projeto de autorreforma do regime”, ao contrário do que se possa imaginar, a condução política não foi pacífica, a violência repressiva não cessou, apesar de o governo atender algumas exigências e demandas da dita oposição democrática a fim de institucionalizar o regime sem, no entanto, perder a sua essência ditatorial. A união destes fatores, principalmente a recessão da economia que vinha se agravando em larga escala, afetando inclusive alguns segmentos do empresariado, propiciou um ambiente favorável aos primeiros passos de reorganização dos movimentos e organizações populares de base na defesa da democracia.

Cresciam os números das associações de moradores e de organizações de bairro que reivindicavam democracia e melhores condições de vida e a classe operária, especialmente da região conhecida como ABC paulista, realizava as primeiras grandes greves que deram o tom da transição dos anos 1970 aos 1980. Assim, o movimento estudantil da oposição democrática após quase dez anos atuando clandestinamente através, principalmente, da luta armada e dentro dos *campi*, sem grandes manifestações públicas desde 1968, após ter sido assinado e decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), voltou às ruas durante as passeatas por “liberdades democráticas” que marcaram o ano de 1977. Apesar da forte violência policial ao tentar reprimir essas mobilizações estudantis, elas se espalharam pelo Brasil e demais setores da oposição democrática (ARAÚJO, 2007; FREIRE, 2008; NAPOLITANO, 2014; NETTO, 2014).

O movimento estudantil se reestruturava, realizando além das grandes manifestações públicas, encontros organizativos (especialmente os Encontros Nacionais Estudantis) a partir de 1977. Esses encontros foram essenciais para a reconstrução das entidades estudantis em 1979, dentre elas a importante e memorável União Nacional dos Estudantes (UNE), que desde 1964 vivia na ilegalidade. Localmente, houve a reabertura e a fundação de diversos Centros e Diretórios Acadêmicos, bem como de Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) nas Universidades. Assim, o movimento estudantil progressista emerge para os anos 1980 ampliando e protagonizando novamente a luta por democracia e liberdade em nosso país junto aos movimentos grevistas (ARAÚJO, 2007; FREIRE, 2008; MEDEIROS e CASTANHO, 2014; NAPOLITANO, 2014).

Do mesmo modo, em Alagoas o movimento estudantil universitário retomava o seu papel de ator político. O DCE Quilombo dos Palmares, que havia sido fechado entre 1973 e 1974 com a prisão de alguns dos seus membros, passando a ser diuturnamente vigiado por um departamento criado dentro da UFAL e também pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) (COSTA, 2016), ressurgiu no movimento entre 1978 e 1979, levando delegados para o XXXI Congresso de reconstrução da UNE, realizado em Salvador. Elegendo neste congresso um dos seus militantes para compor a diretoria da UNE como secretário-geral, Aldo Rebelo (ARAÚJO, 2007). É nesse contexto sociopolítico efervescente, especialmente dentre os setores progressistas das Universidades, que surge o Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio.

Portanto, diante da inquietação por conhecer e compreender a mobilização local dos estudantes de enfermagem o estudo propôs os seguintes objetivos:

- **Descrever as circunstâncias de criação e implantação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio**
- **Analisar as lutas empreendidas para consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio**

Enfim, a relevância do estudo reside no fato de que há poucos estudos sobre a história do Movimento Estudantil de enfermagem no Brasil. Buscas de referências nos principais bancos de dados nacionais de enfermagem: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Base de Dados de Enfermagem (BDENF), com os descritores e o operador booleano AND (“Enfermagem” AND Movimento Estudantil” AND “História da Enfermagem”) denotaram escassez de trabalhos publicados sobre a temática em todo o país, especialmente acerca da enfermagem alagoana.

No que tange a sua importância, o estudo contribuirá para uma reflexão atual sobre a necessidade de organização e mobilização dos estudantes de enfermagem no contexto de desigualdades sociais, através da compreensão da prática social da Enfermagem e do movimento estudantil como importante espaço de formação política do futuro profissional de enfermagem (RODRIGUES, 2007). Bem como traz contribuição para a compreensão da relação da história do Movimento Estudantil de Enfermagem com a História da Enfermagem Brasileira e Alagoana.

O conteúdo deste trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado “Antecedentes históricos do Movimento Estudantil no Brasil e em Alagoas: da criação da UNE ao processo de redemocratização” é traçada, brevemente, a trajetória das principais lutas pautadas pelo ME e suas repercussões no cenário nacional e no estado de Alagoas. Tendo como

ponto de partida o movimento que deu origem à União Nacional dos Estudantes (UNE) e como ponto final o período de redemocratização do país, no qual se insere o marco inicial do recorte temporal desse estudo.

No capítulo seguinte, descreve-se “Os bastidores da criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio”, apresentando as circunstâncias de organização e de funcionamento ME e do curso de graduação em enfermagem da UFAL. Assim como as posições e disposições dos agentes sociais envolvidos no fenômeno histórico no campo universitário. Para finalizar, no capítulo “Efeitos simbólicos da implantação e consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio”, são descritos e analisados os efeitos simbólicos advindos das lutas simbólicas empreendidas pelos diferentes atores sociais para implantação e consolidação da entidade.

1. ABORDAGEM METODOLÓGICA E TEÓRICA

1.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter histórico-social, que consiste na investigação de fatos e/ou eventos passados, marcados pelo contexto cultural específico de cada época, adequado ao objeto do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2010), pois “os estudos de natureza sócio-histórica, compreendem o estudo dos grupos humanos no seu espaço temporal e preocupa-se em discutir os variados aspectos do cotidiano das diferentes classes e grupos sociais”. (PADILHA, BORENSTEIN, 2005, pág. 576-77). Na mesma perspectiva, Prost (2014) afirma que a história social leva em consideração o universo das práticas sociais concretas e o das representações, criações simbólicas, rituais, costumes e atitudes diante da vida e do mundo

O método de pesquisa histórica contempla uma coleta sistemática de dados, bem como sua avaliação crítica e organização, com o objetivo de analisar e interpretar os achados com vistas à produção de uma síntese (PADILHA, BORENSTEIN, 2005). Em conformidade com esta perspectiva metodológica, o estudo qualitativo é caracterizado pela experiência comum e sistematização gradativa de conhecimento até o entendimento da essência do conjunto ou do processo submetido à investigação. Possui fundamentação teórica e possibilita a criação de novos enfoques, assim como, favorece a descoberta de processos sociais pouco evidentes relacionados a determinados grupos de pessoas (MINAYO, 2013). A partir destas concepções e da compreensão da proposta deste estudo, que visa refletir sobre as circunstâncias de criação, implantação e consolidação do CAEnf 12 de Maio, definiu-se por estes métodos de pesquisa.

1.2 Cenário e recorte temporal

O cenário é o curso de Graduação em Enfermagem da UFAL, em um recorte temporal compreendido entre 1981 e 1991. O marco inicial se refere à criação do Centro Acadêmico de Enfermagem de 12 de Maio da Universidade Federal de Alagoas e o marco final à consolidação deste enquanto entidade de base representativa do Movimento Estudantil de Enfermagem em Alagoas, com a celebração da gestão intitulada “10 anos de luta” através da confecção de uma placa.

1.3 Fontes

Barros (2007, p. 63) define fonte histórica como “aquilo que coloca o historiador em contato com o seu problema”. Podendo ela ser o “caminho” para se chegar ao fato histórico que o pesquisador deverá reconstruir e interpretar ou ser o próprio fato histórico. A partir desta

ampla definição, Barros (2012) propõe uma classificação para as fontes históricas de acordo com variados critérios, a fim de melhor compreendê-las e analisá-las. Considerando a posição da fonte em relação ao processo histórico a que ela se refere, há a distinção em fonte direta e fonte indireta. Nesta última, o fato histórico é informado passando por um intermediário ou mais, enquanto que na fonte direta a informação produzida chega sem intermediários. Ambas podem apresentar-se na forma escrita ou oral (BARROS, 2012).

A partir deste entendimento, as fontes diretas deste estudo foram os registros escritos de Atas de reuniões das gestões a partir de 1987 do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio armazenadas no próprio espaço da entidade e o material produzido em comemoração aos seus 10 anos (placa da gestão “10 anos de luta” (1991-1992), livreto “10 anos de luta 1981-1991” e quadro com a “Galeria dos ex-presidentes”). Bem como os depoimentos orais resultantes da transcrição das entrevistas de membros da diretoria no período de 1981 a 1991 e de atores sociais citados como participante do fato em estudo. Procurou-se entrevistar ao menos um integrante de cada gestão. Assim, foram realizadas 10 entrevistas, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 Pessoas entrevistadas para esta pesquisa

NOME	FUNÇÃO e ANO QUE ATUOU NO CAEnf
Wellington Monteiro da Anunciação	Presidente na gestão 1981-1982
Martha Maria de Assis Santa Maria	Secretária na gestão 1981-1982
Ruth França C. da Trindade	Coordenadora de Imprensa/ Tesoureira na gestão 1981-1982
Mônica Maria Ferrari Beltrão	Vice-presidente de 1983 a 1984 e presidente de 1984 a 1985
Rosimeire Machado	Vice-presidente de 1984 a 1985, presidente de 1985 a 1987 e coordenadora de assistência estudantil de 1987 a 1989.
Mônica Cristina Suica de Lima	Coordenadora-geral de 1987 a 1989
Tereza Paula dos Santos Peixoto	Coordenadora de assistência estudantil de 1987 a 1989 e coordenadora-geral de 1989 a 1990
Lenira Maria Wanderley Santos de Almeida	Citada por alguns depoentes por ter participado do movimento precursor do CAEnf de 1978 a 1979
Eliane Almeida da Silva	Secretária de 1983 a 1985

Ivani Maria da Silva Avelino Rocha

Coordenadora de cultura de 1990 a 1991
--

Fonte: Própria autora

As fontes indiretas foram compostas por autores que abordam a História do Movimento Estudantil e do Movimento Estudantil de Enfermagem no Brasil e em Alagoas.

O trabalho com fontes históricas requer sabedoria e sensibilidade, pois daí depende a construção convincente de uma narrativa. Todas as fontes têm historicidade, neste sentido o historiador precisa entender o contexto de produção das fontes e compreender que determinadas imprecisões podem demonstrar os interesses de quem as produziu. Neste trabalho, tal como propõe Bacellar (2014), pretendeu-se justapor documentos (oficiais, não oficiais, orais) correlacionando texto e contexto.

1.4 Critérios de inclusão/Exclusão

O critério de inclusão dos sujeitos a serem entrevistados foi ter sido integrante de alguma gestão do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio no período de 1981 a 1991 e/ou ser citado por outro depoente como participante do acontecimento em estudo. E como critério de exclusão estar impossibilitado por qualquer razão de conceder entrevista (doença, perda da memória). Em relação aos documentos, o critério de inclusão foi conter informações diretamente relacionadas com o fenômeno histórico pesquisado. Para exclusão, o critério adotado foi a ilegibilidade do documento.

1.5 Técnica e instrumentos de produção das informações

Os depoimentos foram coletados através de uma entrevista semi-estruturada a partir da metodologia da história oral temática. A história oral é considerada uma metodologia de pesquisa que visa a composição de fontes para o estudo da história contemporânea, a qual se concretiza a partir da realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram/participaram/testemunharam um determinado fato/fenômeno (ALBERTI, 2014). Apesar de existir um roteiro elaborado previamente, neste tipo de entrevista ambos os integrantes da relação, ou seja, pesquisador e sujeito têm oportunidade de se colocar facilitando o alcance dos objetivos propostos (TURATO, 2010). Assim, o entrevistador pode tranquilamente intervir em determinadas situações da fala do sujeito, sobretudo quando se percebem elementos relevantes, mensagens incompletas ou obscuras nas falas do depoente.

Para a produção de informações provenientes dos registros de atas e do livreto “10 anos de luta”, foi utilizado um instrumento para “entrevistar” os documentos. Assim, visando

posterior análise interna e externa destas fontes, foram coletados os seguintes dados: tipo de documento, local aonde foi encontrado, data e assunto do documento e por quem e para quem foi produzido.

1.6 Aspectos éticos

Todos os sujeitos que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.). Este termo garante aos participantes o direito de desistir de participar da pesquisa sem que isto lhe traga algum prejuízo ou penalidade. Foram esclarecidos sobre os propósitos e procedimentos do estudo, sendo garantida a preservação da sua identidade e autonomia. No entanto, todos concordaram em serem identificados pelo próprio nome, abrindo mão do uso de pseudônimo.

Os dados do estudo em questão são considerados propriedade conjunta das partes envolvidas, não devendo ser comunicados a terceiros por uma das partes sem prévia autorização da outra parte interessada. No entanto, torna-se expresso, o comprometimento em tornar público os resultados desta pesquisa, sejam elas favoráveis ou não.

Diante do exposto, o estudo foi desenvolvido conforme a resolução CNS 466/2012, a qual estabelece normas para pesquisas envolvendo seres humanos, visando proteção e integridade dos sujeitos que participarão da pesquisa. O projeto foi submetido no Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas, via Plataforma Brasil e aprovado com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética de número 06344619.7.0000.5013

1.7 Análise de dados

O processo de análise dos dados não pode prescindir da realização de uma crítica externa e interna das fontes. “A crítica externa indaga a natureza dos documentos, isto é, se o texto é original ou cópia, qual a procedência ou autoria, enfim a autenticidade do dado histórico. [...] A crítica interna está preocupada com a avaliação do peso e valor das provas”. (PADILHA, BORENSTEIN, 2005, pág. 582).

Assim, as fontes escritas foram analisadas conforme tais critérios da crítica documental e as fontes orais, depois de transcritas, foram lidas exaustivamente e com base na interpretação dos achados foram elaborados textos explicativos do fenômeno estudado. Portanto, a análise foi realizada em consonância com o método histórico, triangulando uma discussão entre as fontes orais e escritas e com o referencial teórico adotado, qual seja, o de Pierre Bourdieu.

1.8 Referencial teórico

Para descrever e analisar as circunstâncias históricas de criação, implantação e consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio no âmbito da UFAL propôs-se trabalhar com o referencial teórico de Pierre Bourdieu, tendo em vista que suas análises sobre a sociologia da educação e da cultura resultam em conceitos e reflexões sobre as relações entre atores sociais em determinado lugar e momento, considerando a dimensão histórica dos fenômenos.

Ao analisar tais redes de relações entre os atores sociais, as diferentes posições que ocupam e os conflitos e tensões existentes em dado espaço social, Bourdieu denota uma lógica própria de organização nestes espaços e os denomina de “campo”. Com esse conceito, o autor apresenta uma perspectiva relacional do mundo social, de modo que

Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam posições *relativas* em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real [...] e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p. 48).

Essas diferentes posições assumidas pelos agentes sociais no campo são determinadas pelo volume de poder que estes detêm. A este poder, Bourdieu denominou “capital” e expandiu sua compreensão para além do aspecto econômico, subdividindo-o em espécies (cultural, social, físico, artístico, etc.) de acordo com os tipos de bens e recursos que representam o poder (BOURDIEU, 1996).

Além da concentração dos diferentes tipos de capital, Bourdieu afirma que os agentes sociais estão dispostos nos campos de acordo com o seu *habitus*, que são as formas como estes percebem e pensam a realidade social e, conseqüentemente, agem sobre ela. Ou seja, o aspecto subjetivo da conformação do espaço social. Vale ressaltar, no entanto, que mesmo essa dimensão subjetiva, para Bourdieu, é fruto da interiorização de estruturas socialmente construídas (BOURDIEU, 1990).

Assim, para cada agente social, o mundo social é estruturado sob relações das suas práticas e de suas posições. No entanto, nem sempre estas disposições e posições são percebidas e expressas da mesma forma ou até mesmo variam conforme os períodos de tempo. É nesse momento que ocorrem as disputas pelo poder de produzir e impor a percepção de mundo legítima aos agentes sociais, que Bourdieu denomina de “lutas simbólicas”, bem como a este poder de “poder simbólico”. O recurso utilizado nestas disputas, assim como na manutenção do poder simbólico, é o capital, de qualquer tipo, reconhecido e valorizado pelos diferentes agentes do campo, denominado também de simbólico (BOURDIEU, 1990; BOURDIEU, 1996).

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E EM ALAGOAS: DA CRIAÇÃO DA UNE AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Neste capítulo, resgatam-se a origem, a organização e as lutas do Movimento Estudantil no Brasil e em Alagoas para desembocar no contexto sócio-político nacional e local que os estudantes de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas vivenciavam e que possibilitou sua organização no Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, considerando o referencial teórico adotado.

Por definição, o ME tem como principais reivindicações pautas relacionadas à Educação. No entanto, historicamente este movimento tem pautado discussões para além daquelas ligadas exclusivamente à academia, atuando ao lado dos demais movimentos sociais em lutas políticas de outros setores da sociedade. No Brasil, em muitos momentos históricos o ME foi um importante ator social de mobilização (FERRARO e DAL RI, 2014).

2.1 Movimento Estudantil no Brasil e em Alagoas: origem e primeiras lutas

No Brasil, existem registros de organização e mobilização de pequenos grupos estudantis antes da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), os quais eram regulamentados pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído em 1931, que dentre outras determinações, trazia o dever das instituições de ensino superior de “organizar associações destinadas a criar e desenvolver o espírito de classe, a defender os interesses gerais e dos estudantes e a tornar agradável e educativo o convívio entre os membros discentes” (BESSA, AMORIM, 2009, p.406).

Estas entidades, no entanto, eram transitórias e estavam concentradas nas cidades mais desenvolvidas do país, atuando mais localmente na própria instituição onde nasceram e em sua maioria visando questões específicas da categoria estudantil, a exemplo da Casa dos Estudantes do Brasil (CEB), órgão paraoficial e isento de discussões políticas (AZEVEDO, BRAGGIO e CATANI, 2018; BESSA, AMORIM, 2009; PIRES e MELO, 2008; POERNER, 1995 *apud* SANTANA, 2014).

Por isso, iniciarei a trajetória do Movimento Estudantil no Brasil a partir das agitações estudantis que deram origem a UNE. A necessidade de uma entidade estudantil de abrangência nacional e politizada emergiu com maior evidência no final dos anos 1920 em decorrência principalmente das tentativas frustradas de organização estudantil em defesa da Reforma Universitária. Tais mobilizações foram fortemente influenciadas pela reforma universitária

argentina, fruto do movimento estudantil deste país e que colocava em xeque, dentre outras coisas, a participação dos estudantes nos espaços deliberativos das universidades e o papel destas na sociedade. A descentralização, a transitoriedade e a falta de unidade das entidades estudantis são apontadas como fatores que limitaram a atuação do Movimento Estudantil brasileiro nesta luta (AZEVEDO, BRAGGIO e CATANI, 2018).

Tal situação se modifica após aproximadamente 10 anos, com a criação da UNE, pois não há um consenso entre os autores sobre a data de fundação da entidade. Alguns consideram o ano de 1937, quando foi convocada pela CEB a reunião de instalação do I Conselho Nacional dos Estudantes, com a presença do Ministro da Educação e com o objetivo de criar a UNE. Outros, no entanto, argumentam que na ocasião tornou-se explícita a tentativa do governo de controlar a entidade, através do episódio em que o representante do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais apresentou a proposta de não serem discutidos temas políticos durante o encontro e esta foi aprovada pelos delegados presentes. Este, portanto, não representaria, de fato, o momento de fundação de uma entidade estudantil politizada e autônoma. Isto somente ocorreu no ano seguinte, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes (ARAÚJO, 2007; SANTANA, 2014).

No II Congresso da UNE, como ficou conhecido, ocorreu a aprovação do seu estatuto, pelo qual ela se tornou, oficialmente, o órgão máximo de representação dos estudantes, de caráter nacional e permanente, unificando as pautas e lutas estudantis. Além disso, conforme Santana (2014), este encontro foi um importante passo para mudanças das discussões nas entidades do movimento estudantil brasileiro, atribuindo a elas uma dimensão política. Assim, foram tratadas tanto questões da economia e da política mundial e nacional, do mundo do trabalho e da desigualdade de gênero, como também temas das universidades e da categoria estudantil especificamente (POERNER, 1995 *apud* SANTANA, 2014).

Apesar dos avanços, logo em seguida, no contexto das contradições da ditadura Vargas, em 1943 foi criada a Juventude Brasileira. Esta foi mais uma tentativa de controlar o Movimento Estudantil, deslegitimando a UNE (SANTANA, 2014). Novamente, o ME saiu vitorioso conseguindo manter a UNE e invisibilizar a Juventude Brasileira. Esse clima de apoio e ataques do governo cercou a atuação da entidade até 1945, sendo um dos fatores para primeira grande divisão do movimento nacionalmente (ARAÚJO, 2007).

Com a retomada do regime democrático e a vitória do candidato à presidência apoiado por Getúlio, essa cisão dentro do movimento estudantil nacional permaneceu através das disputas internas pela direção da UNE entre os estudantes de esquerda, que haviam apoiado Getúlio no fim do seu governo e agora faziam oposição ao presidente eleito, e os de direita que

se mostravam favoráveis ao atual governo do general Eurico Gaspar Dutra. Assim, até 1950 a entidade foi dirigida por representantes da esquerda, protagonizando, neste período, a Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico com o consagrado slogan “O petróleo é nosso”, um dos maiores movimentos de opinião pública do Brasil (ARAÚJO, 2007; SANTANA, 2014).

Todavia, em 1951, os estudantes de direita, financiados pelo Departamento de Estado norte-americano e organizados na União Democrática Nacional (UDN), assumiram a direção da UNE e iniciaram o que Santana (2014, p.33) define como “esmorecimento da atuação política do movimento estudantil”. Até 1956, quando os estudantes de esquerda retomaram a liderança da entidade, o movimento restringiu suas lutas à obtenção de empregos públicos e vantagens do governo.

Nesse contexto, o debate sobre o ME de Enfermagem, cujas escolas buscavam ainda consolidar-se no ensino Universitário, iniciava seus passos durante o V Congresso Nacional de Enfermagem (1952) em que foi explanada a importância de organizações estudantis para a formação em Enfermagem, tendo como resultado resoluções que recomendavam às diretoras das escolas de Enfermagem promover a criação de um órgão com representação discente a fim de deliberar sobre assuntos estudantis e incentivar a articulação com demais estudantes universitários, embasadas no Decreto 37.613/1955, que tornava obrigatória a existência de organizações estudantis nos cursos de ensino superior (BESSA, AMORIM, 2009; GEOVANINI, *et al.* 2010).

Com a retomada da direção da UNE pelas lideranças de esquerda, a entidade além de voltar a protagonizar as frentes de luta política, assumia também agora a discussão acerca da Reforma Universitária. Realizando uma sequência de seminários nacionais sobre tal questão a partir de 1961, ano em que foi aprovado o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reorganizou o funcionamento do ensino superior. A posição da entidade retomava o debate feito pelos estudantes na Reforma Universitária de Córdoba, Argentina, visando combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias, exigindo autonomia universitária; participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa, dentre outros (FÁVERO, 2009).

Essas discussões ecoaram entre os estudantes universitários de Alagoas, cujas faculdades (Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia, Filosofia e Ciências Econômicas) se organizavam em uma rede de escolas de nível superior de natureza privada. Eles participaram ativamente organizados em Diretórios Acadêmicos filiados à União Estadual dos Estudantes de Alagoas (UEEA), vinculada à UNE, em prol da criação de uma Universidade pública, gratuita

e de qualidade para a sociedade alagoana. Inicialmente apoiando a greve que reivindicava a unificação das duas Faculdades de Odontologia existentes no Estado, critério exigido para a criação da Universidade, seguida da publicação do Manifesto pela criação da Universidade durante assembleia promovida pela UEEA no Dia Nacional de Estudante de 1960. No ano seguinte a UFAL foi criada, a partir da reunião das seis faculdades existentes à época (VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013).

Vale salientar a atuação da UEEA na articulação com o ME nacional logo após a criação da Universidade Federal de Alagoas e antes da criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros e esta entidade junto às demais Uniões Estaduais e à UNE se posicionou em favor da chamada “Campanha da Legalidade” em 1961, que defendia a posse do vice-presidente João Goulart frente à possibilidade de um golpe militar. A UEEA aderiu à greve nacional por tempo indeterminado, passou a transmitir em sua sede os programas de rádio da “Cadeia da Legalidade”, programou manifestações, realizou reuniões com deputados estaduais, vereadores de Maceió e com o Governador. Essa situação somente se tranquilizou quando foi aceito o Parlamentarismo pelo Congresso e pelos militares (VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013).

Em 1962, com a fundação do DCE da UFAL, os estudantes universitários alagoanos que se organizavam na UEEA e nos seus Centros e Diretórios Acadêmicos passaram a construir também mais esta entidade estudantil representativa. Neste mesmo ano, no bojo do debate da Reforma Universitária como parte integrante das reformas de base, fortalecendo a articulação do estado com o ME nacional, uma delegação de estudantes alagoanos esteve presente no XXV Congresso Nacional dos Estudantes, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis/RJ (VERÇOSA; CAVALCANTE, 2013).

Figura 1- Delegação alagoana no XXV Congresso Nacional dos Estudantes, em 1972.



Fonte: VERÇOSA; CAVALCANTE (2013)

Assim, a luta junto aos demais setores progressistas da sociedade pelas reformas de base no governo de João Goulart (1961-1964) definiu a atuação política e educacional da UNE e iniciava um período de intensa atividade artística, cultural e política da entidade, liderada por militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e de partidos e coletivos comunistas que mais tarde se uniriam na Ação Popular (AP). Nesse cenário vale destacar a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, que defendia as manifestações artísticas como meios de discussão e formação política para o povo. Ao lado do projeto “UNE-Volante”, no qual a diretoria da entidade percorria os estados brasileiros promovendo assembleias e debates, o CPC se consolidou, levando discos, livros e suas peças e até hoje povoa o imaginário social acerca dessa época do Movimento Estudantil brasileiro (ARAÚJO, 2007; FREIRE, 2008; MEDEIROS, CASTANHO, 2014).

Entretanto, tal projeto societário ia de encontro ao projeto político conservador da elite econômica do país. De modo que, sob o pretexto de barrar a ameaça de uma “república sindicalista” no governo de João Goulart e com uma retórica moralista, segundo Netto (2014, p. 62), contra a corrupção e em defesa de “valores cristãos e ocidentais” frente ao “perigo vermelho” que representava a campanha de reformas de base, em março de 1964 os militares assumiram o poder através de um golpe e instauraram a ditadura civil-militar no país.

A UNE foi uma das primeiras entidades progressistas a ser diretamente atacada, tendo sua histórica sede saqueada e incendiada no mesmo dia em que o Exército tomou o poder e

sendo formalmente extinta no mesmo ano. Passou então a viver na clandestinidade e iniciou um dos momentos de maior enfrentamento e resistência do Movimento Estudantil na História do Brasil (ARAÚJO, 2007; NETTO, 2014).

Diretórios e centros acadêmicos e coletivos estudantis também foram fechados e professores universitários foram perseguidos e cassados acusados de “comunistas”. No âmbito do ME a Lei Suplicy controlava as entidades de base, proibia a realização de qualquer manifestação política e cria o Diretório Nacional dos Estudantes em substituição a UNE. Esse movimento faz surgir as chamadas “entidades livres”, paralelas às oficiais e que promoviam discussões políticas. Destarte, apesar da repressão, os diretórios e centros acadêmicos resistiam ao regime mobilizando os estudantes universitários. Assim como a UNE, que mesmo clandestina, organizava os estudantes, realizava congressos, manifestações e passeatas (ARAÚJO, 2007; CAVALARI, 1987; FÁVERO, 2009).

Durante o Governo Costa e Silva (1967-1969), conhecido como “Anos de Chumbo”, o ME foi um dos principais alvos dos militares devido às frequentes tentativas de mobilização, a exemplo do XXX Congresso da UNE realizado em Ibiúna, São Paulo, onde milhares de estudantes foram presos, dentre eles a estudante da Faculdade de Medicina de Alagoas, Selma Bandeira. Além disso, ocorreram várias invasões, por tropas policiais, a faculdades e universidades no segundo semestre de 1968. Em fevereiro de 1969 foi editado o Decreto 477, que literalmente expulsava discentes e professores de esquerda das instituições de ensino secundárias e superior (ARAÚJO, 2007; FREIRE, 2008; MEDEIROS, CASTANHO, 2014; VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013).

Em Alagoas, em meio a essa conjuntura, o então presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Quilombo dos Palmares, Jailson “Bóia” Rocha, da Faculdade de Engenharia, foi preso e toda a diretoria da entidade foi indiciada após uma manifestação contra o desmantelamento do Congresso da UNE em Ibiúna. Jailson permaneceu preso por seis meses e em seguida foi absolvido. Novamente, em 1973 o DCE é atacado e lideranças estudantis são presas, entre eles o seu presidente Jeferson Luiz de Barros Costa, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Após este fato, o reitor da Universidade Federal de Alagoas, o general Nabuco Lopes, fecha o DCE e silencia o ME. Igualmente ao restante do país, as entidades representativas do ME da UFAL foram cooptadas pela ditadura, na figura de seus representantes locais (QUEIROZ, 2010; VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013).

No campo da educação, em 1968 ocorreu a tão sonhada Reforma Universitária. No entanto, diferentemente do que defendia o ME e acirrando o contexto de autoritarismo, esta foi pautada na consolidação do acordo MEC-USAID (Ministério da Educação – *United States*

Agency for International Development), que tinha como princípios a racionalização, o tecnicismo e a produtividade. Segundo Cavallari (1987) isso significava uma ameaça à soberania nacional. Na mesma perspectiva de análise, Fávero (2009) define esse acordo como uma “estratégia de hegemonia”, através da assistência técnica, financeira e militar ofertada pela USAID para reorganizar a educação brasileira. Assim, tal Reforma terminou por ser mais uma medida de cerceamento dos anseios do ME adotada pelo regime ditatorial.

Foi um período de forte censura, perseguição e violência, principalmente através da rede DOI/CODI (Destacamento de Operações e Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna). Em resposta a essa radicalidade do governo, grande parte das lideranças estudantis, que não foram presas em Ibiúna, partiu para a luta armada após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). No entanto, as organizações armadas não resistiram muito tempo e muitos foram presos, torturados, exilados, assassinados. Para além da luta armada, o ME experienciou um momento de enfraquecimento e reclusão na luta política nas universidades. Qualquer menor manifestação sofria intensa violência policial. Apesar da atuação limitada pelo medo, foram realizados minicongressos da UNE na clandestinidade nos estados e a diretoria continuava a ser eleita até 1973, quando o então presidente da entidade, Honestino Guimarães, “desapareceu” (ARAÚJO, 2007; MESQUITA, 2001).

Nesse clima de terror, a grande massa da população vivia sob uma forte e mentirosa publicidade que vendia a imagem do regime como mantenedor da “ordem”, da “segurança” e do “desenvolvimento” do país. Além da propaganda, outra ferramenta imprescindível para a manutenção do regime militar e todo seu autoritarismo, segundo Netto (2014) foi o crescimento econômico do país. Crescimento esse que ficou conhecido como “milagre econômico”, sobretudo por conta da mistificação publicitária do período. De fato, entre 1969 e 1973 o Brasil esteve entre uma das dez maiores economias do mundo. No entanto, este feito firmou-se sob “arrocho salarial (com aumento da massa de mais valia), abertura externa da economia (incentivo às exportações, atração de investimentos externos, inclusive de expansão das multinacionais nos países), e expansão do crédito” (MEDEIROS, CASTANHO, 2014, p. 182).

Enquanto a “classe média” teve aumento da renda e acesso à expansão do crédito ao consumidor, a massa trabalhadora que recebia salário mínimo continuava a ser explorada fora dessa “ascensão” econômica, o que gerou forte concentração de renda. Netto (2014) afirma que o regime militar explicitamente atendeu aos interesses dos grandes proprietários e grupos monopolistas. Esse contexto político e econômico perdurou e sustentou a ditadura civil-militar até o fim do Governo Médici (1969-1974), quando entra em crise.

Netto (2014) elenca alguns fatores da conjuntura política, econômica e social que proporcionaram a crise desse regime, como: o esgotamento do “milagre econômico”, utilizado para legitimar a repressão e o autoritarismo; mudanças no cenário internacional, especialmente através do posicionamento favorável dos Estados Unidos na defesa dos direitos humanos; e a “onda longa recessiva” do sistema capitalista, que acarretou em uma reorganização da economia mundial. Há que se mencionar também os conflitos internos no governo, entre os militares ditos “linha dura” e os moderados.

Tal crise anuncia o processo de redemocratização do país que, dadas as circunstâncias nacionais e internacionais, era agora inevitável. Assim, a partir de 1974, no governo de Geisel, surge a proposta de autorreforma do regime militar, no qual haveria algumas concessões a oposição democrática, mas que reafirmaria a ditadura militar como forma de governo. De modo que este fosse, então, “institucionalizado” (NAPOLITANO, 2014; NETTO, 2014).

Nesse processo, ao contrário do que se possa imaginar, a condução política não foi pacífica, a violência repressiva não cessou, apesar de o governo atender algumas exigências e demandas da dita oposição democrática a fim de institucionalizar o regime sem, no entanto, perder a sua essência ditatorial. A união destes fatores, principalmente a recessão da economia que vinha se agravando em larga escala, afetando inclusive alguns segmentos do empresariado, propiciou um ambiente favorável aos primeiros passos de reorganização dos movimentos e organizações populares de base na defesa da democracia. É sobre esse contexto sócio-político nacional efervescente em diversos setores, especialmente na educação que antecede e, portanto, promove as circunstâncias locais de criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, que iremos tratar a seguir.

2.2 Repercussões do processo de redemocratização na reorganização política estudantil da UFAL

Nesse novo cenário, a partir de 1974, surgiram novos atores que demonstravam insatisfação com o regime militar e começaram a atuar, incluindo a Igreja Católica, sobretudo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), partidos de oposição como o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que se fortalecia no cenário político, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), especialmente através da “Missão Portela” (ARAÚJO, 2007; MESQUITA, 2001; NETTO, 2014)

Nesse contexto de mudanças internas e externas, aliado a esses novos atores e se reestruturando junto aos demais movimentos sociais, o ME retomava o fôlego e tentava se reorganizar. Abandonou a luta armada e o enfrentamento direto e passou a organizar-se em

grupos de diferentes perspectivas dentro da esquerda estudantil (ARAÚJO, 2007). Conforme Cancian (2014, p. 207).

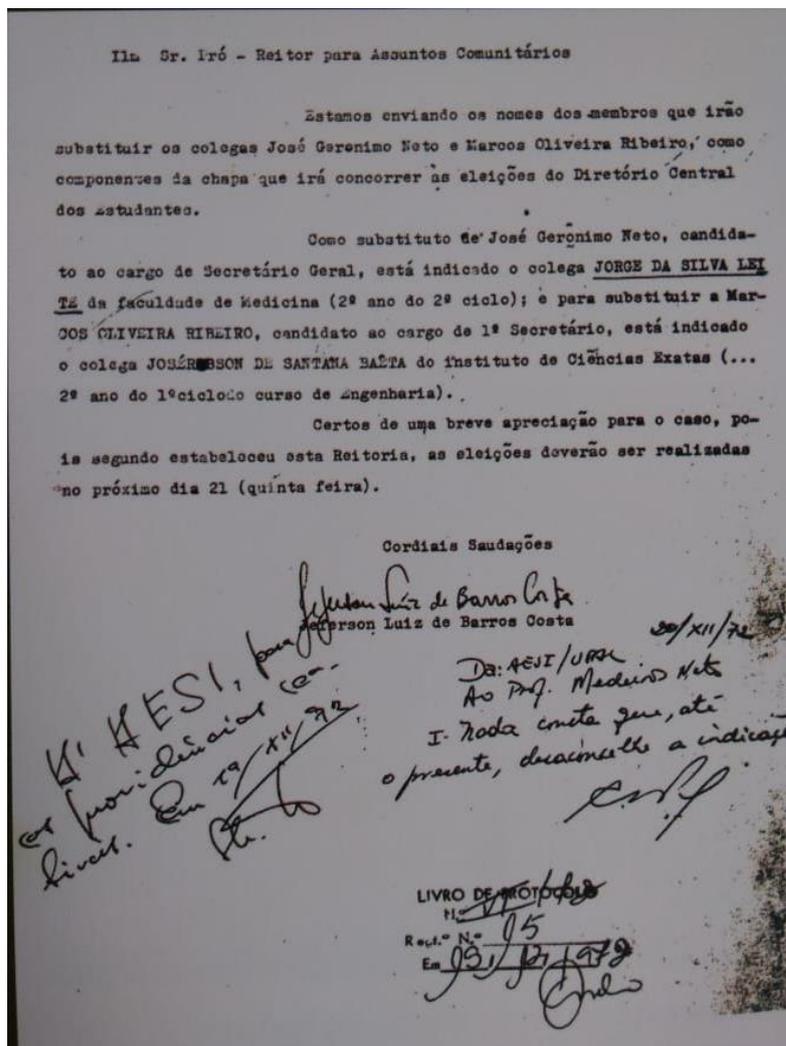
esses grupos, organizações e partidos de esquerda clandestinos exerciam influência no movimento estudantil por meio das chamadas “tendências estudantis”, que ganharam expressão pública na segunda metade da década. As tendências estudantis eram consideradas, mais propriamente, as “faces legais” dos grupos, organizações e partidos políticos de esquerda clandestinos. (CANCIAN, 2014)

Apesar dessas dissidências no campo progressista, a bandeira de luta pelas “liberdades democráticas” consolidou a unidade para derrotar a ditadura junto à massa trabalhadora e o ME conseguiu imprimir a essa luta o radicalismo necessário para avançar sobre o aparelho repressor do regime (ARAÚJO, 2007).

Em meio a essa efervescência de retorno das discussões políticas entre os estudantes, muitos DCEs tiveram eleições diretas realizadas em 1974. Em 1976 ocorreu a importante assembleia geral de estudantes para criação do DCE Livre da Universidade de São Paulo (USP). Araújo (2007) e Mesquita (2001) ressaltam o ano de 1977 como a volta das grandes manifestações estudantis, após quase dez anos de silêncio, com o ato público na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo em represália às prisões de estudantes que participaram de uma panfletagem no 1º de Maio na região do ABC Paulista. Em consequência desse ato, muitas entidades de base começaram a se organizar, sendo fundado o primeiro centro acadêmico da UFRJ no mesmo ano e refundado o seu DCE em 1978.

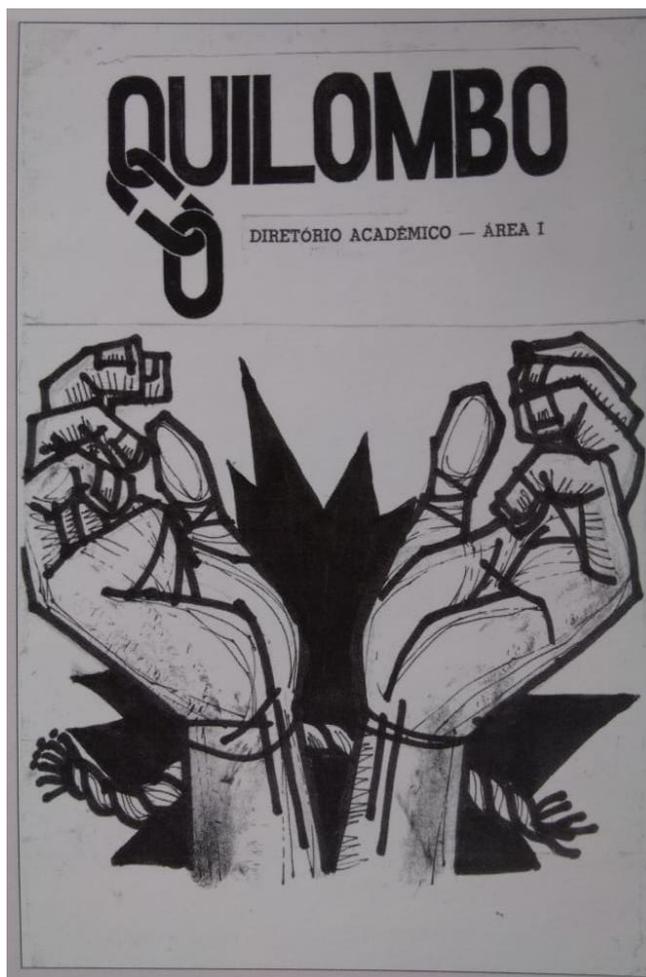
Na mesma direção, em 1977 o ME da UFAL também iniciou o processo de retomada das suas entidades representativas. Vale lembrar que, como mencionado anteriormente, tanto o DCE quanto os diretórios acadêmicos estavam sob o controle do reitor e dos diretores das unidades de ensino respectivamente, e não necessariamente haviam sido extintos como mostra a figura abaixo, obedecendo ao Decreto-Lei nº 228 de 1967.

Figura 2 - Cópia de um ofício remetido ao Pró-reitor de Assuntos Comunitários pelo setor de Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), indicando os estudantes que iriam compor a chapa para eleições do DCE em 1972.



Fonte: VERÇOSA; CAVALCANTE (2013)

Assim, neste mesmo ano, o grupo de estudantes progressistas que articulavam a reorganização do Movimento Estudantil Livre na UFAL assumiu, dentre os três diretórios de área, a direção do Diretório da Área III (Ciências Humanas e Sociais), tendo como presidente eleito Renan Calheiros, então estudante de Direito. No ano seguinte, 1978, tal grupo conseguiu eleger suas chapas para os três diretórios acadêmicos. Abaixo o panfleto da chapa “Quilombo” do ME Livre para eleição do DA da Área I, em 1978.

Figura 3 - Panfleto da chapa Quilombo

Fonte: VERÇOSA; CAVALCANTE (2013, p.126)

Esse foi um passo importantíssimo, pois garantiu a reocupação do DCE Quilombo dos Palmares, cujas regras vigentes ainda estabeleciam a realização de eleições indiretas. Assim, em cada chapa eleita para os diretórios de área, havia delegados que votavam entre si para a diretoria do Diretório Central. Assumiu a presidência do DCE o então estudante de arquitetura, Enio Lins, indicado pela importante liderança estudantil de Alagoas Aldo Rebelo, que se encontrava inelegível para representação oficial devido a punição por “agitações” na Residência Universitária segundo o Decreto-Lei nº 477 (VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013).

Com essa vitória, iniciou-se na UFAL o processo de reestruturação política do ME articulado pelo DCE, que, dentre outras coisas, procurou promover espaços de estudos e discussões para a formação e orientações dos seus militantes para atuação nesse levante contra o regime ditatorial e em defesa da democracia. Esse movimento de organização das entidades de base pelo DCE foi muito evidenciado por alguns depoentes ao se referirem ao processo que antecedeu a fundação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio:

“A gente recebia visitas do pessoal do DCE. Haviam centros acadêmicos de outros cursos, que eu só vim saber depois que entrei no ciclo profissionalizante, porque a gente recebia lá na verdade era a visita do pessoal do DCE quando eles iam panfletar, época de eleição, quando eles vinham dar algum aviso” (Lenira)

“Nós, através de colegas, a gente foi conhecendo, tendo conhecimento que existia o movimento estudantil e que aquele momento era um momento muito importante de retorno de um processo da ditadura. As pessoas estavam voltando dos exílios. E a gente começou a se reunir numa reorganização do movimento estudantil no Brasil. E foi de uma forma assim, meteórica, eu diria, porque eu já comecei a ir participar de reuniões para criação, a reconstrução da UNE. Aí comecei a participar de reuniões ainda clandestinas [...] muitas reuniões, onde tratava a questão um pouco da educação política, o que era partido de esquerda, o que era ditadura, capitalismo. Todo meu aprendizado desses conceitos foi iniciado aí, em 79, 80” (Wellington)

“E nós começamos a discutir com os grupos mais políticos, mais envolvidos nessa questão, não é? Já com a questão da instalação do Diretório Central dos Estudantes [...]. Aí participamos de todas as discussões dos movimentos estudantis, que eram bem fortes nessa época. Com o DCE no auditório lá da antiga Reitoria, na Praça Sinimbu, aquele auditório ficava lotado de estudantes para se discutir os contextos” (Ruth)

A partir da concepção de Bourdieu (1996) compreende-se neste estudo a Universidade Federal de Alagoas como um campo; um espaço social estruturado sob redes de relações entre os sujeitos que o conformam e que se encontram em posições (definidas pelo volume de capital) e possuem disposições (*habitus*) diferenciadas, ocasionando conflitos e tensões. Neste espaço de lutas, visualiza-se no DCE, pela posição que lhe é conferida por um capital simbólico institucionalizado, enquanto entidade representativa, o papel de porta-voz de um discurso legítimo e autorizado do ME da UFAL. Através dessa legitimação, ele [DCE] consegue impor aos demais agentes do campo sua visão do mundo social (BOURDIEU, 1998).

Assim, considerando os trechos dos depoimentos sobre a atuação do DCE na politização dos estudantes por meio de um processo pedagógico, denota-se que esta entidade, através da sua posição de representatividade autorizada, proporcionou a construção de uma nova forma de ver, pensar e agir no mundo social, o que Bourdieu chama de *habitus* secundário, por ser adquirido fora do seio familiar em um segundo processo pedagógico ou educativo. Neste entendimento, “os agentes certamente têm uma apreensão ativa do mundo. Certamente constroem sua visão de mundo. Mas essa construção é operada sob coações estruturais”. (BOURDIEU, 1990, p. 57)

Da mesma forma, a Igreja Católica atuou como importante instituidora de um *habitus* secundário entre os agentes sociais que vieram a construir o ME da UFAL. Uma vez que, conforme já mencionado, devido a sua capacidade de capilarização, teve forte ligação com o processo concomitante de reorganização do movimento estudantil. Como destacam os depoentes nas falas sobre o seu envolvimento com o processo de criação do Centro Acadêmico 12 de Maio:

“É. Foi por conta do meu envolvimento, de alguma forma, originário da igreja, que eu fui militante também do movimento de igreja. Com ações também que eu fazia através da Igreja Católica e me remeteu a uma inquietação, a querer conhecer essa questão social e econômica do nosso país. Comecei a me interessar por um contexto das coisas que eu estava envolvido e o ingresso no curso de Enfermagem foi um momento que lá, no curso, eu comecei a pensar a questão das reivindicações da precariedade que existia no curso de Enfermagem”. (Wellington)

“[...] mas também tem algo muito importante que é a influência da Igreja Católica no treinamento de liderança cristã. Porque como eu era muito cerceada de sair de casa, de participar de festa e tudo, quando adolescente, e a minha mãe era muito católica, então eu ia muito com ela para Igreja. E nessa ida para Igreja, eu comecei a participar de grupo de jovens [...] E aí tinha um pároco lá na Paróquia de São Cristóvão, que era perto de onde eu morava, e era onde eu frequentava, Padre Rosevaldo. E ele era uma pessoa muito revolucionária. Depois foi que eu vim identificar que isso tinha a ver com a Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base e tudo. Então, eu vivia era isso, e aí era que eu ganhava coragem e força para lutar dentro da minha própria casa, porque a gente estudava o evangelho, mas estudava numa perspectiva crítica revolucionária mesmo” (Lenira)

1977 também foi marcado pelas tentativas de realização do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE): a primeira em Belo Horizonte, duramente reprimida pelos militares, acabando na prisão de 800 estudantes; e outras duas em São Paulo, uma na USP e outra, decidida às pressas e realizada clandestinamente na PUC, ambas sofreram violentas repressões. Sendo que esta última tentativa foi vitoriosa ao encaminhar a criação da comissão pró-reconstrução da UNE. O IV ENE ocorreu no ano seguinte e definiu a realização do XXXI Congresso da UNE na cidade de Salvador em 1979, evento que contou com a participação de estudantes de Alagoas (ARAÚJO, 2007; MESQUITA, 2001; MEDEIROS, CASTANHO, 2014).

Assim, em 1979, reuniram-se entre 29 e 30 de maio na Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2.304 delegados estudantis de diferentes Estados e tendências políticas. Dentre estes, estiveram presentes representantes de destaque do ME da UFAL como Aldo Rebelo, eleito por voto direto em todo país como secretário-geral da UNE neste ano, e presidente da entidade no ano seguinte, sendo lembrado como grande articulador nacional do movimento. Em meio à Reforma Partidária aprovada este ano que permitia o retorno do pluripartidarismo, esse congresso marcou, não somente a volta oficial da UNE ao cenário político, mas também, o acirramento entre as tendências do campo progressista, que se intensificaria na década de 80 (ARAÚJO, 2007).

Com isto, Alagoas evidenciou-se como importante local de resistência no processo de consolidação da reorganização do ME. Demonstrando sua capacidade de mobilização, os estudantes da UFAL entraram em greve em 1979, exigindo do reitor o afastamento do professor do curso de Engenharia, Arlindo Cabús, devido aos níveis de repetência nas disciplinas

ensinadas por ele. Em consequência a essa mobilização, Edberto Ticianeli (Presidente do DCE da UFAL de 1981-1982) relembra que “foi realizada a primeira passeata de rua desse período de retomada dos movimentos sociais em Alagoas. Centenas de estudantes se concentraram na Rua Boa Vista, em frente ao *Jornal de Alagoas*, e saíram em marcha pelo centro de Maceió” (TICIANELI, 2015).

Como já mencionado, para além da reconstrução das suas entidades, o ME reafirmava-se como importante ator social e político no cenário brasileiro, atuando junto aos demais movimentos sociais organizados em suas entidades de luta e abraçando suas reivindicações. Especialmente junto ao movimento dos trabalhadores, pois estes sentiam mais diretamente o impacto do modelo econômico adotado pelo regime ditatorial, que desde o início da década de 1970 demonstrava suas fragilidades e aprofundava a concentração de renda. Essas condições foram se agravando no decorrer da década, de maneira que se tornou insustentável para a classe trabalhadora, especialmente no que tange à política salarial, propiciando a organização desta em seus sindicatos, num movimento de grandes greves de 1978 e 1979 (MEDEIROS, CASTANHO, 2014).

Corroborando esse posicionamento do ME, as bandeiras de luta aprovadas no Congresso de Reconstrução da UNE abarcavam tanto os interesses propriamente estudantis, ligados à educação (contra o ensino pago; por mais verbas para a educação; pela filiação de entidade de base – diretórios e centros acadêmicos – à UNE), bem como as lutas políticas de outros setores da sociedade (pela anistia, ampla, geral e irrestrita; por uma Assembleia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita; pela defesa da Amazônia) (MEDEIROS; CASTANHO, 2014).

Nesse período, o ME também abraçou novas práticas organizativas. Concomitantemente nascem a maioria das Executivas de Curso, como expressões dessa mudança organizacional. Estas entidades representativas em esfera nacional de estudantes de determinada graduação tem o intuito inicial de questionar e pensar os problemas relativos a cada curso universitário (MESQUITA, 2001; MESQUITA, 2006).

Mesquita (2001) ressalta a importância destas entidades no processo de reestruturação do ME, trazendo os estudantes universitários de volta ao cenário político, através das pautas específicas de seus cursos. Acompanhando tais mudanças, estudantes de enfermagem realizaram o I Encontro Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEEn) de 5 a 9 de julho de 1977 na Escola de Enfermagem da USP, com a participação de nove escolas e 230 discentes, que culminou com a fundação da Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEEnf) (ENEEn, 1979).

Neste contexto, o movimento grevista dos trabalhadores alcançou a UFAL no início da década de 80 com grandes greves unificadas. Na época, os docentes estavam iniciando sua organização sindical em torno do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), com a Associação dos Docentes (Adufal), e os servidores técnicos na Associação dos Servidores (Assufal), vinculada à Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) (VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013).

Dentre as reivindicações constavam desde salários dignos até a defesa da Universidade pública brasileira, pautas que se uniam às do ME, conforme o que foi discutido no XXXII Congresso da UNE em 1980, que aprovou, dentre outras coisas: luta contra o repasse de aumento de salários de professores para as anuidades; percentual de 12% do Orçamento da União destinados ao ensino; contra aumentos extorsivos de anuidades; suplementação imediata de verbas para o ensino público superior; democratização da universidade. (VERÇOSA; CAVALCANTE, 2013; MEDEIROS; CASTANHO, 2014). Por sua grandiosidade e impacto nas mobilizações da época, tal articulação foi citada por três depoentes ao se reportarem a conjuntura que envolveu a criação do Centro Acadêmico 12 de Maio:

“A minha turma terminou as atividades em dezembro de 80. Só que a gente só colou grau em fevereiro de 81, porque foi quando houve a primeira greve dos docentes das instituições federais de ensino superior. Uma greve bem longa, bem organizada. Então, a gente inclusive estava no estágio quando começou a greve. A minha turma estava no estágio do último ano e a gente conseguiu mobilizar a turma, éramos dezoito pessoas no estágio e a duras penas a gente conseguiu mobilizar todas elas para que a gente apoiasse a greve dos professores. E aí a gente foi comprar murim, comprar tinta, fazer as faixas, pintar as faixas todinhas e sair em passeata apoiando os professores da enfermagem para a greve dos docentes, entende?” (Lenira)

“Foi o momento em que se teve a primeira greve de professores no Brasil e a gente estava lá, apoiando, junto com os professores, fazendo campanha para angariar recursos junto com eles e no combate. [...] E isso faz com que fortaleça também os estudantes. Se o professor que está lá, lutando por uma causa... porque não tinha greve estudantil, as greves que houveram, não é? Eu acho que a primeira foi em 81, a primeira grande greve que paralisou a Universidade como um todo, naquele ginásio de esportes era lotado de professores” (Ruth)

“[...] antes de eu entrar no Centro Acadêmico, o Thomaz era diretor do DCE e todas as reuniões que ele ia, eu também ia. E a gente vivia nessa, aí teve a greve dos professores, a construção da Adufal, com o Carlos Henrique, aí teve uma grande greve geral lá da Universidade, que foi a greve que mais juntou os estudantes com os professores todos em assembleia. A gente tinha muita assembleia, muito grande. A Universidade era muito politizada, sabe? Muito aguerrida.” (Mônica Beltrão)

Sobre esta aliança ao movimento de greve dos docentes e técnicos da UFAL, cumpre notar a construção de uma classe “real” nesse momento, segundo a teoria de Bourdieu. Classes “reais” não existem, são “criadas” a partir das lutas simbólicas para impor certa classificação do mundo social a determinados agentes que ocupam posições próximas no espaço social e

mobilizá-los em um objetivo comum que configura essa “classe” (BOURDIEU, 1996). Assim, para o sociólogo francês

O que se chama de lutas de classes são, na verdade, lutas de classificação. Mudar esses princípios de classificação não é simplesmente realizar uma ação intelectual, é também uma ação política na medida em que os princípios de classificação fazem classes, as quais são passíveis de mobilização. Durante as guerras de religião, podiam-se mobilizar exércitos com base em uma imposição de categorias. O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra (BOURDIEU, 2011, p. 206).

Portanto, as características sócio-políticas desse momento histórico do país ecoaram com bastante intensidade na UFAL e seus agentes sociais, unificando-os em uma classe a partir do trabalho político de mobilização das suas entidades organizacionais instituídas de poder para impor esta classificação no campo universitário. A atmosfera que rodeava a reorganização dos movimentos sociais dentro da Universidade na passagem da década de 1970 para a década de 1980 é sintetizada na fala da depoente Ruth Trindade:

“Foi um momento, assim, a gente tinha, digamos, um objetivo muito comum, que era a questão política daquele momento e tudo que ela representava para o universo do Brasil e o universo estudantil. Então era um momento, assim, que a gente tinha um objetivo muito concreto pelo que lutar. Então foi um momento de muito fomento dessas questões. Tanto é que depois muitos dos grupos que depois se formaram e tal, continuaram envolvidos na Associação, no Sindicato. Quer dizer, porque tinha fortalecido essa vertente de defesa dos direitos dentro da própria Universidade” (Ruth)

É nessa Universidade aguerrida na luta unificada em defesa da democracia que estudantes do curso de Graduação em Enfermagem se deparam com as circunstâncias que propiciaram a criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, fatos que serão abordados a seguir.

3. OS BASTIDORES DA CRIAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO

Para adentrar nos bastidores da criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, objetivo deste capítulo, faz-se necessário apresentar brevemente a situação do curso de Graduação em Enfermagem da UFAL à época. Este foi criado em 1973 num contexto de fortalecimento da instituição no cenário nacional, tendo em vista que em 1971 a UFAL figurava na posição de menor Universidade do país e almejava sua modernização administrativa e pedagógica. Com esse objetivo, a gestão do então reitor General Nabuco Lopes neste mesmo ano traça um plano para o desenvolvimento e crescimento da universidade, denominado “Documento descritivo preliminar”, definindo dentre outras coisas o papel desta na reestruturação econômica do Estado de Alagoas (VERÇOSA; CAVALCANTE, 2013).

Assim, sob a égide da Reforma Universitária de 68, a UFAL articulou junto ao governo do Estado de Alagoas em 1972, a vinda do Projeto HOPE para a cidade em 1973. Tratava-se de um navio-hospital-escola norte-americano cujo objetivo era ofertar assistência médico-hospitalar aos países e regiões menos desenvolvidas. Somando-se ao contexto acima mencionado de necessidade de crescimento da UFAL e à inexistência de escolas de graduação em enfermagem no Estado, tal parceria foi essencial para a criação e consolidação do curso na UFAL (COSTA, 2016).

Logo após a sua criação, o curso enfrentou dificuldades relacionadas à ausência de condições mínimas para seu funcionamento, tanto no quesito de estrutura física e de recursos materiais, quanto na falta de um corpo docente suficiente e até mesmo de um currículo estruturado. De modo que nos primeiros anos os avanços foram no sentido de garantir condições básicas para sua existência, como a contratação e realização de concursos para docentes de Enfermagem. Nesse contexto, as enfermeiras professoras empreenderam diversas lutas simbólicas visando consolidar-se no campo universitário (COSTA, 2016).

Assim, no final na década de 70, enquanto o curso ainda buscava se firmar no espaço da Universidade, as estudantes ainda vivenciavam as precariedades das condições de ensino. Dessa forma, começaram a se inquietar e a pensar e discutir questões de infraestrutura e de funcionamento do próprio curso, evidenciadas no depoimento da estudante Lenira que ingressara em 1977.1:

“[...] tanto eu como outras colegas da enfermagem, a Jane Meire, a Licia, Sueli, Dayse e outros colegas da medicina e da odonto, a gente já se reunia para conversar sobre coisas do tipo: condições de estudar, as carteiras, a lâmpada do retroprojeto, a lâmina que não estava muito visível, entendeu? A gente já se ocupava dessas coisas, entende?” (Lenira)

Certamente essa mobilização interna foi instigada pelo cenário de reconstrução do ME geral, especialmente tendo em vista que em 1978 o Diretório Acadêmico (D.A.) da Área II (Ciências Biológicas e da Saúde) foi ocupado pelo Movimento Estudantil Livre. Com o trabalho de base realizado pelos DAs, o movimento de reorganização do ME da UFAL assumido pelo DCE foi ganhando a capilarização necessária entre os estudantes para voltar à sua conformação anterior ao regime ditatorial, com criação dos Diretórios e Centros Acadêmicos Livres. Tal articulação das estudantes do curso com o DA e, conseqüentemente, com o DCE, se deu especialmente através de Lenira, conforme seu depoimento.

“Eles tanto passavam nas salas e nos cursos, porque é a mesma coisa que se faz hoje, a estratégia não mudou muito. Você identifica quem daquele curso que tem jeito de liderança. Então, eles faziam contato com essas pessoas. Aí do curso de enfermagem na minha época, que eu lembre, eram essas pessoas: eu, Jane Meire Costa Amorim (todas elas foram da minha turma), Sueli Malta e Deise Gama Wanderley. [...] Eles iam para quê? Para fazer campanha das chapas, para dar aviso, para levar panfletos, para colar cartazes [...] Então era dessa maneira que existia, lógico, um interesse de tudo isso que era o interesse de plantar as sementinhas para um eventual futuro centro acadêmico ou diretório acadêmico de enfermagem. Aí não deu tempo fazer isso porque a gente estava ainda no processo. O tempo que eu vivenciei o curso só deu tempo de fazer essa ponte, eu participava das reuniões, trazia as informações para as colegas, chamava, mas muitas delas tinham medo de ir, ou pela família ou, ou... e assim por diante. As únicas que ainda iam para essas reuniões era eu e Jane Meire, e Sueli foi algumas e Deise.” (Lenira)

A partir desta estratégia do DA de identificar e contatar figuras de liderança dentro dos cursos, Lenira passou a representar as estudantes de Enfermagem no Conselho do Centro de Ciências da Saúde (CSAU). A escolha por seu nome para representar esse grupo deve-se a sua posição no campo universitário, tanto pelo seu capital simbólico, definido por Bourdieu (1990, p. 154) como a “forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas”, quanto por sua percepção social crítica e práticas de questionamento e engajamento adquiridas no movimento secundarista e na Igreja Católica, mencionada no capítulo anterior, conformando seu *habitus* secundário.

“Então, o meu papel foi mais esse de representar o curso de enfermagem no Conselho de Centro. Eu representava a enfermagem, Carlison Valeriano representava medicina e o Roberto Menezes, que é o Beto, [...] ele era representante da odonto. Nós três representávamos os estudantes no Conselho de Centro. Do papel higiênico... Aí a gente cobrava mais essas coisas, mais de infraestrutura mesmo. Eu fiquei mais no tempo que a gente já estava no profissionalizante [...] Na verdade, eu acredito até que o que deve ter pesado mais pra eu ter chegado a fazer essa representação foi o fato mesmo do interesse mesmo, da iniciativa minha mesmo, de me juntar com esse pessoal do DCE. Muito mais por curiosidade mesmo, para participar das coisas, para saber o que era que estava acontecendo, já por essa veia que eu trazia do movimento secundarista. Então, assim, tiveram muitas influências que levaram a esse caminho de chegar aqui na Universidade e eu me aproximar do DCE” (Lenira)

O depoimento de Lenira suscita uma questão muito importante nesse período para o ME da UFAL. Pois, apesar dessa importante investida inicial do DCE na promoção da participação nas discussões políticas estudantis e a reocupação das suas entidades organizacionais, estas ainda funcionavam sob os olhares e regras da ditadura, uma vez que permaneciam controladas pela Reitoria e pelo Conselho Universitário (VERÇOSA; CAVALCANTE, 2013). Assim, o clima de perseguição e censura ao ME ainda era fortemente sentido. Por estas questões, e também pelas posições e disposições das estudantes de enfermagem nesse momento, houve muita resistência para adesão ao ME entre elas.

“Então tinha aí essa coisa nessa turma da gente, turma de 77.1, existia um clima na turma, só não tinham a coragem de ir para o enfrentamento, entendeu? [...] Chegamos, chegamos, várias vezes [pensar sobre a criação de um centro acadêmico]. Eu me lembro que o Mauricio Macedo se sentava com a gente, porque ele era mais próximo, convivia mais próximo com a gente, porque ele era do curso de medicina e ele era do DCE [...] Aí ele até conversava com a gente, passando tipo um manual como era que criava. Um modelo de estatuto, essas coisas todas. Eles orientavam a gente, só que quando a gente chegava aqui no curso não encontrava ressonância, porque as colegas não queriam fazer esse enfrentamento com os professores, nem queriam se ocupar disso, não tinha despertado para isso ainda. Era um desejo de uma minoria, de um grupo muito pequeno. Não posso nem chamar de minoria, porque era muito pequeno. A maioria das pessoas: “Quero nada! Isso dá muito trabalho!” “Ave Maria! Se eu chegar lá em casa com essa conversa!”, era tipo assim, entendeu? Então não tinha essa veia ainda.” (Lenira)

Outro fator que pode ter impedido uma participação mais expressiva e efetiva das estudantes de enfermagem no ME da UFAL nesse momento é que, apesar de estarem sendo representadas pelo DA da Área II, havia um certo distanciamento da base, que de modo geral não reconhecia no DA a sua representação no campo universitário. Tanto que os depoentes que participaram da primeira gestão do CAEnf disseram não se recordar da existência de alguma organização estudantil deste tipo. De acordo com o trecho retirado do *Fac Símile 1*, isso se deve ao fato de que uma mesma entidade de base representava vários cursos, mas que, apesar de pertencerem à mesma grande Área (Biológicas e da Saúde), tinham pautas de reivindicações específicas.

Fac símile 1 - Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

No nosso caso, existia o Diretório Acadêmico da Área II, que englobava todos os cursos das áreas Biológicas e da Saúde. Isto favorecia à dispersão dos estudantes, pois sendo um único diretório, ficava difícil uma maior ação em torno dos problemas, pois cada curso, apesar da mesma área, apresentava necessidades e características próprias, merecendo maior atenção e organização dos estudantes. Foi a partir

Assim, apesar de ser uma entidade representativa institucionalizada e que, por isso, poderia ser considerada um porta-voz autorizado, o DA da Área II não representava de fato as vontades e os anseios específicos das estudantes de Enfermagem. É isto que Bourdieu (1990, p. 193) discute como “usurpação dos porta-vozes autorizados” que, de maneira extremamente simplificada, ocorre quando, por condições estatutárias, alguém ou um grupo recebe a função de procurador de um grupo maior, mas não o pode fazer realmente, pois não é reconhecido como tal pela base que diz representar. Com tal “usurpação”, Bourdieu (1990, p.193) afirma que a solução é a criação de uma nova entidade que represente a mesma coletividade, no entanto com a sua verdadeira procuração.

Mesmo em meio a tais limitações para engajar as discentes de enfermagem na luta estudantil, em 1979 dois estudantes da mesma turma recém-chegados ao curso, Gilvânia e Wellington, tiveram um maior envolvimento com o movimento de reconstrução do ME articulado pelo DCE. Gilvânia detinha um importante volume de capital social (rede de relações sociais) neste campo, conforme recordam seus companheiros da primeira gestão do CAEnf, o que facilitou sua aproximação com tais discussões e pessoas importantes do movimento. Tanto que o interesse de Wellington pelas questões que estavam sendo discutidas na Universidade foi inicialmente motivado por ela, além da sua participação no movimento político da Igreja Católica, já discutida.

“[...] a Gilvânia saudosa, foi uma companheira de muita garra, assim, muita consciência também política. [...] Gilvânia Feitosa. Ela tinha alguma formação, alguma concepção política, porque o namorado dela, que era da agronomia, vou lembrar o nome dele, ele era militante já, ele tinha um tempo mais como militante do movimento estudantil. Aí ela trazia muita informação. Da enfermagem, poucos [participavam das reuniões do DCE]. Eu me lembro muito bem: Gilvânia Feitosa [...] nós estávamos no mesmo período no curso. Essas [reuniões], inclusive, que eu falei que eram ainda clandestina” (Wellington)

“E no nosso grupo, tinha uma das colegas, a Gilvânia, que era vice-presidente na época [na primeira gestão do CAEnf] [...] ela fazia parte de movimentos estudantis não direcionados somente à Enfermagem. E ela, o noivo dela na época, e tudo, então a Gil tinha uma mente muito aberta, de mudança, de querer mudar as coisas, era muito inquieta [...] Aí a gente se juntou e o Wellington também abraçava essa ideia, entendeu? [...]e essa noção foi trazida pela Gil, pelo Wellington, mais pela Gil, o Wellington se engajou mais depois, não é? Porque a Gil já vinha de um movimento anterior [...] Então, a Gil, ela era conciliadora, ela era uma líder”. (Martha)

Assim, considerando a máxima de Bourdieu (2011, p. 201) de que “as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado”, foi a partir destas posições e disposições que ambos passaram a assumir o papel de articuladores entre o ME e os estudantes de enfermagem. Wellington lembra como ocorreu esse processo.

“A reconstituição do Diretório Central dos Estudantes, a repercussão desse momento do Diretório para a criação do nosso centro acadêmico e esse contato, essa relação que a próprio Central dos Estudantes estimulava nos cursos para formar seus centros acadêmicos. Eram cursos, eram reuniões. Constantes. Semanalmente a gente fazia reuniões lá no DCE. E nesses momentos de reuniões, muitas reuniões começaram a acontecer. 79, eu acho, no primeiro semestre, segundo. Acho que 80 que eu comecei já com envolvimento com o DCE, participando das ações do DCE e trazendo para o curso de enfermagem toda uma orientação para criação de um centro acadêmico. Porque nos outros cursos já tinham. Centros Acadêmicos que já tinham sido fechados no processo da ditadura, estavam se recompondo, se reconstruindo. E a criação do nosso, do nosso centro acadêmico. Aí todo o processo de criação de ata, como é que se dariam as reuniões, que teria que convocar os alunos todos, que tem um quórum e criar uma ata, de imediato a gente já ficar filiado ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade” (Wellington)

É importante mencionar ainda a participação de Wellington Monteiro no processo de reconstrução da UNE articulado no DCE da UFAL, para além desta comunicação entre DCE e estudantes de enfermagem.

“E o congresso de reconstrução da UNE em Salvador, eu estava presente. Participei também [...] Como delegado, do DCE [...] Eu fui numa reunião em São Paulo também, eu ainda enquanto estudante. E fiquei lá no apartamento dele [Aldo Rebelo], de um grupo de estudantes [...] Participei de um congresso também da UNE em Piracicaba [1980]. Muito disputado, uma disputa muito grande lá da direção, eu não era, assim, não estava nesse alcance, mas a gente tinha que dá apoio aos estudantes, a quem seria a gestão” (Wellington)

Conforme discutido no capítulo anterior, novamente torna-se nítido o DCE como agente autorizado a proferir um discurso legítimo nestes momentos de formação política, o que trouxe aos atores sociais deste campo uma visão da sociedade. Para tanto, o DCE possuía um poder reconhecido de autoridade suficientemente capaz de instituir essa nova forma de ver, pensar e agir sobre o mundo social. Assim, conforme Bourdieu (1998) a eficácia mágica destes *atos de instituição* não se dissocia da existência de um ente [DCE] com capacidade para definir as condições a serem seguidas pelo o grupo ao qual se destina.

Participando destas reuniões, para estudar e traçar estratégias na efervescente conjuntura de distensão política, Gilvânia e Wellington adquiriram o *habitus* necessário para a tomada de decisão de intermediar o processo de reorganização de uma entidade de base livre e autônoma, que de fato representasse os estudantes do curso de enfermagem da UFAL, pois, segundo Martinez e Campos (2015, p. 09)

quando este *habitus* se torna estruturado, é capaz de produzir representações, opiniões, acerca das produções simbólicas, articulando dessa forma dialeticamente os sujeitos e a estrutura social. Assim, os sujeitos constroem as representações com base a um guia prático para determinada ação. (MARTINEZ; CAMPOS, 2015, p. 09)

Dotados dessa percepção da necessidade de organização dos estudantes de enfermagem para alcançarem melhores condições de ensino, estes atores sociais articularam a construção de uma comissão de mobilização da base estudantil do curso de Enfermagem da UFAL em 1980, que passou a ser denominada “Pró-Centro Acadêmico”, segundo trecho apresentado no *Fac Símile 2*, evidenciando uma preocupação com as suas condições de funcionamento e ensino.

Fac símile 2 - Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

maior atenção e organização dos estudantes. Foi a partir dessa necessidade, que em 1980 surgiu no curso de enfermagem um movimento denominado Pró-Centro Acadêmico, com o objetivo de organizar uma entidade própria.

Esta comissão, entre outras atividades, elaborou uma pauta dos problemas mais sentidos nessa época, como bandeira de luta a ser defendida e para mostrar que era importante a organização do Centro Acadêmico para a defesa

dos interesses dos estudantes. Esta pauta tinha como pontos principais os seguintes itens:

- Ampliação do tempo do curso de graduação, contra o jubramento de estudantes, por maior participação dos estudantes no Hospital Universitário, pela criação de uma biblioteca no Departamento de Enfermagem e por melhorias nas condições das salas de aula.

Fonte: Arquivo LADOPHE

Alguns estudantes da época também relataram a situação de funcionamento do curso:

“Em 79, nós funcionávamos em uns galpões de madeira que pertenciam à Petrobrás e foram cedidos para a Universidade, ficou como anexo. O nosso curso trabalhava como um anexo nos galpões e o curso não tinha muito tempo de criação ainda. Acho que era cinco anos atrás, mais ou menos, duas ou três turmas tinham formado [...] Daí, nós fizemos todo processo de reunião, mobilização dos cursos e a prévia da criação do nosso centro acadêmico já foram lutas internas no Departamento de Enfermagem. A gente teve algumas melhorias com relação a biblioteca, limpeza dos galpões, coisas assim, bancas, que tinham bancas quebradas, era precário, nosso curso era precário[...] Porque a gente teve, antes da instituição do centro acadêmico, teve uma luta. Assim, a gente já se organizava e cobrava as coisas.” (Wellington)

“É, onde tinham os galpões, que eram os galpões da Petrobrás e foi cedido à Universidade e a gente tinha sala de aula ali. Então, assim, a sala de aula era um pouco precária. Não é uma sala de aula que hoje se tem, não é?” (Martha)

“Lá embaixo, numa salinha, aí tinha uma sala no final, que era uma sala de lazer, tinha algumas coisas para se jogar e tal, que era o local dos estudantes. E nós começamos a discutir isso, assim, como incentivo da formação do Centro Acadêmico de Enfermagem. Então as discussões começaram a rolar lá no CCBI [...] Porque assim, tem a criação e tal, mas tem muitos momentos antes.” (Ruth)

Aliado ao DCE nesse papel de instituidor de um *habitus* secundário, estava o corpo docente do curso de graduação em enfermagem da UFAL. Considerando as lutas simbólicas

que vinham sendo empreendidas por elas desde a criação do curso para que este ocupasse um lugar de reconhecimento e valorização no campo universitário (COSTA, 2016), depreende-se que as pautas de reivindicação abraçadas inicialmente pelos discentes foram também, em certa medida, fruto da inculcação e do estímulo das professoras para atuarem na consolidação do curso, conforme depoimento supracitado de Martha. Pois, conforme Costa (2016), foi com a mobilização deste grupo de docentes, detentoras de um expressivo capital simbólico que o curso se tornou reconhecido em seu espaço social.

Vale lembrar que para além do campo da enfermagem, tal grupo progressista de professoras do curso participou ativamente das mobilizações docentes no movimento sindical que ocorreram nesse mesmo período. Providas de um importante capital político, definido por Bourdieu (2011, p. 204) como “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”, são destacadas pela capacidade de mobilização e organização políticas em depoimentos dos discentes que participaram do processo de criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio.

“Os professores no nosso curso eram muito politizados. Porque também a criação do curso e todo envolvimento para o curso de Enfermagem aqui no estado, teve uma articulação, um movimento muito forte. E eu lembro muito bem da Noraci Pedrosa[...] Porque ela era professora e nos estimulava muito[...] Ela falava a parte técnica do curso, mas muita política, muita questão de sociologia. Ela instruía muito a gente nesse sentido, da importância da luta da gente[...] A Sueli, a Noraci, a Violeta Dantas... a Lígia Francisca! Também era uma pessoa muito politizada. Então, nós tivemos essa vantagem de ter professores que nos instruía na educação política, de entender esse contexto da política estudantil e a política geral. Era um estímulo muito grande, na própria sala de aula. Reuniões deles, reuniões de Departamento, a gente participava. O aluno não tinha representação, a gente começou a ter acesso como representação na reunião de Departamento. Começou por conta do movimento da gente. Eles abriram para que o estudante, até então não existia um representante dentro da reunião de Departamento. A gente começava já a opinar, levar as reivindicações da gente na reunião de Departamento” (Wellington)

“[...] Em relação a professores, a gente nem questionava muito, porque a gente teve professores bons, como Lígia, como Nora, como Cristina, Zandra... tinham professores muito bons [...] Apoiavam. Muito, muito, muito. Apoiavam. Todas. A gente nunca teve, assim, nenhuma professora que tivesse uma rejeição a esse tipo de grupo [...] as professoras, elas também comungavam do nosso pensamento” (Martha)

“E a professora Lígia Sobral, ela era chefe de Departamento[...] Ela tinha uma capacidade ampla de ver, ela era professora da saúde coletiva e via a importância de se restaurar, nesse momento que tinha uma certa abertura já na ditadura, os centros acadêmicos. [...] Tinham as assembleias que eram feitas, as assembleias dos professores que os estudantes eram convocados. E os professores da enfermagem eram muito atuantes, então estavam sempre em peso[...] E o que eu me lembro era dos professores, Eliane, Violeta, Lígia, Neide... todo mundo arregaçando as mangas e desafiando[...] os professores daquela época eles eram assim, muito, muito atuantes, muito politizados. Com uma visão de necessidade de se fortalecer o movimento. Mas a Lígia foi uma pessoa de destaque para mim, assim, que eu me lembro. Foi ela que nos reuniu, que incentivou. Porque foi ela que politicamente nos envolveu nessa criação, assim, fortalecendo. Como você é estudante, então às vezes tem uma pessoa

mais experiente que teve outras vivências. Então ela foi também um ponto-chave nesse processo de criação” (Ruth)

“Lígia, Regina, Lúcia Leite... Incentivavam. Até porque elas eram de luta também, não é? Todas essas eram de luta também” (Lenira)

Corroborando com estas falas, Costa (2016, p. 76) apresenta a preocupação das docentes em elaborar um currículo baseado no parecer 163/72 do Conselho Federal da Educação capaz de formar profissionais enfermeiras com perfil de liderança. Ou seja, tais discussões faziam parte não apenas de um contexto macropolítico que as instigavam nas salas de aula, mas também da própria conformação de um *habitus* profissional de enfermagem que envolvesse uma dimensão política, em certa medida, já que ainda vigorava o modelo tecnicista e biologicista do Acordo MEC-USAID.

A participação destas instituições (Igreja, DCE e grupo de docentes) na constituição deste *habitus* estudantil questionador e mobilizador foi essencial para a criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, pois conforme Bourdieu (1996, p.64) “através da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus* (relativamente autônomos em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las”.

Foi nesse espaço social de relações de poder, cercado de condições estruturais favoráveis, que rapidamente a comissão “Pró-centro acadêmico” articulou a criação do Centro Acadêmico. Assim, em maio de 1981 o grupo formado em sua maioria pelos estudantes da turma que adentrara em 1979.1, não coincidentemente, aceitara o desafio de criar uma entidade de base que os representasse na pulsante luta estudantil que se reorganizava nacionalmente.

Fac símile 3- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Em maio de 1981, é realizada a eleição para primeira diretoria do Centro Acadêmico, tendo concorrido chapa única, denominada “12 DE MAIO”, em homenagem ao dia do enfermeiro, nome este que ficou sendo também denominado o Centro Acadêmico. Com este fato, consuma-se então a criação oficial do Centro Acadêmico “12 DE MAIO” de enfermagem.

Em 08 de maio, tomam posse oficialmente, os representantes na Câmara Departamental do departamento de enfermagem, iniciando assim a representação oficial do Centro Acadêmico no departamento.

Fonte: Arquivo LADOPHE

Em que pese o documento “10 ANOS DE LUTA 1981-1991” mencionar a realização de eleição para instituição da primeira diretoria do CAEnf 12 de Maio, os depoentes que participaram desse momento não se recordam com clareza da realização desta.

“Aí nós conseguimos fundar nosso centro acadêmico com esse processo de participar [das reuniões do DCE] juntamente com alguns colegas. Tinha um número significativo da minha turma, por incrível que pareça [...] O primeiro presidente...ou eu ou Gilvânia, tenho que ver, mas queira ou não, nós dois éramos as lideranças” (Wellington)

“Não. Lembro não, disso não me lembro [eleição ou assembleia de criação]. Lembro que teve algumas reuniões entre o grupo, era um grupo pequeno...” (Martha)

“[...] e a turma contactou o restante, as pessoas interessadas. Porque, assim, sempre tem um grupo que está mais próximo, que tem mais envolvimento. Então a partir daí começou a surgir alguns nomes e a maioria era da nossa turma mesmo. [...] Então foi através dessa discussão, dessa organização, que nós topamos o desafio. E era um desafio para o contexto do momento político que o Brasil vivia, que as Universidades também viviam. Uma certa restrição, uma certa... uma certa coisa... meio temerária, não é? Então a partir daí nós fizemos o primeiro grupo. [...] Não, não [lembrar se houve de eleição ou assembleia de criação]. Eu lembro que foi, assim, montado a chapa, tal.” (Ruth)

Percebe-se, então, que o movimento de articulação foi acontecendo entre as pessoas mais próximas no espaço social, começando pela turma daqueles [Gilvânia e Wellington] que estavam participando ativamente do ME da UFAL. Muito provavelmente por serem agora detentores de um capital político que lhes fora transmitido por investidura (FERNANDES, 2010), Wellington e Gilvânia assumiram a presidência e a vice-presidência respectivamente na estrutura organizacional da diretoria, conforme apresentado abaixo.

Fac símile 4- Trecho do livreto “10 ANOS DE LUTA 1981-1991”

— Gestão “12 DE MAIO” — 1981 / 1982	
PRESIDENTE :	Wellington Monteiro da Anunciação
VICE-PRESIDENTE :	Maria Gilvânia Lima Feltosa
SECRETARIA :	Marta Santa Maria
VICE-SECRETARIA :	Tereza
TESOUREIRA :	Telma
VICE-TESOUREIRA :	Joana D’Arc
COORDENAÇÃO DE IMPRENSA :	Ruth França Trindade
COORDENAÇÃO DE FINANÇAS :	Joaquim Gomes de Araújo
COORDENAÇÃO DE ESPORTES :	Angela
COORDENAÇÃO DE CULTURA :	Patrícia
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS :	Magda

Fonte: Arquivo LADOPHE

Diante do exposto, denota-se que as circunstâncias, tanto internas quanto externas, foram favoráveis para a criação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, proporcionando aos agentes sociais envolvidos as condições necessárias para que realizassem tal feito. Como defende Bourdieu (1996, p.63) o campo é que determina “o que é possível e impossível de fazer e pensar em um dado momento do tempo”.

3.1 Primeiros passos do Centro Acadêmico 12 de Maio

Após a “eleição”, ou não [grifo meu], e posse da primeira diretoria do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, o primeiro passo para firmar a existência desta entidade recém-criada foi a elaboração do Estatuto e a sua aprovação em Assembleia Geral Estudantil, que ocorreu ainda em 1981.

Fac símile 5- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Neste mesmo ano, é criado o estatuto do Centro Acadêmico e sua aprovação é feita através de Assembléia Geral dos estudantes.

Fonte: Arquivo LADOPHE

No entanto, esse processo inicial de organização ocorreu em meio a algumas dificuldades relatadas nos trechos dos depoimentos de Martha e Ruth. Tanto pelo desconhecimento de parte do grupo sobre questões burocráticas internas, quanto pelo distanciamento de alguns membros da diretoria, sendo necessário um rearranjo na estrutura organizacional. Essas duas situações certamente têm relação com o pouco ou nenhum conhecimento da maioria deles acerca do ME, ou seja, com o pouco volume global de capital em relação aos que já vinham participando do movimento na UFAL. Assim, apesar de ser um espaço de agentes autorizados a falar em nome dos estudantes de enfermagem da UFAL, entre eles próprios havia diferenciação na distribuição de capital e de disposições, algo que prevaleceu durante as gestões seguintes conforme os depoentes.

“Na realidade, a gente fez uma coisa...o Centro Acadêmico...tendo uma noção muito preliminar do que realmente é um Centro Acadêmico. A gente estava na vontade, é, a vontade de fazer alguma coisa. E, assim, a gente deu o pontapé inicial, entendeu? Depois a gente começou a sentir necessidade. Aí depois a Gilvânia já começou a se munir de outros documentos, uma coisa mais oficial. [...] A gente estava começando.” (Martha)

“Depois eu vi que eu estava ali como negócio de imprensa, mas eu fiquei com a tesouraria. Porque, acontece assim, você forma uma diretoria, mas tem algumas

“pessoas que ficam mais presentes, não é? [...] Então, aí às vezes os cargos vão se distribuindo entre as pessoas e às vezes aquela formalidade que se tinha e tal, não...” (Ruth)

Enquanto tentavam vencer esses obstáculos iniciais, o CAEnf 12 de Maio, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, iniciou uma participação mais oficial e organizada do corpo estudantil do curso de enfermagem no campo da UFAL, especialmente através dos mesmos agentes que anteriormente o faziam individualmente. Agora, no entanto, estes ocupavam um cargo institucional que lhes conferia poder de falar em nome desse grupo, bem como o poder de mobilizá-lo em torno das lutas estudantis que pautavam desde a criação da comissão “Pró-centro acadêmico”.

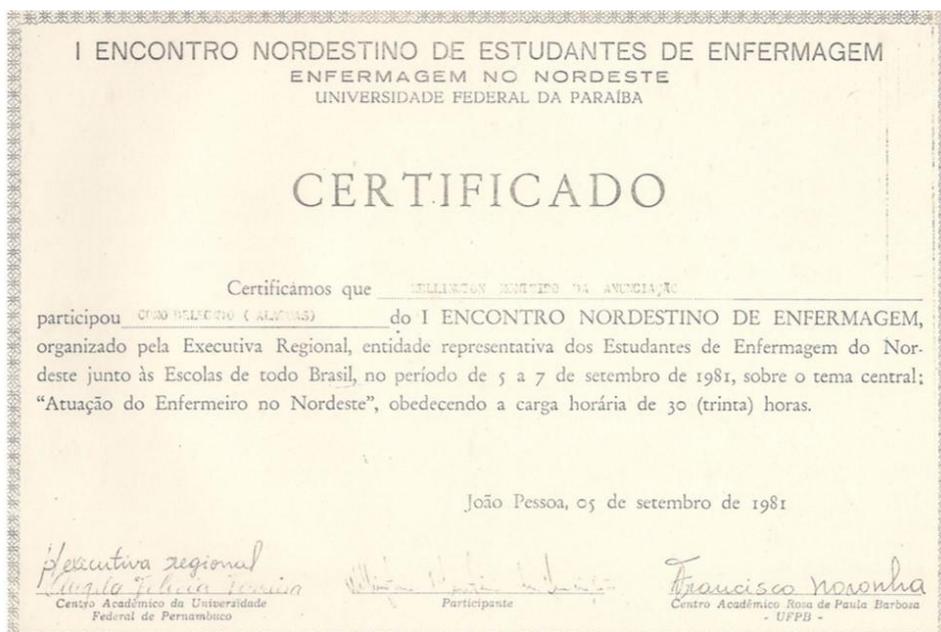
“Uma nova etapa de organização, não é? [...] Então, assim, as reuniões eram sempre noturnas, depois criou-se uma sede perto da Sinimbu, do DCE. Então ali é que a gente se reunia para discutir os movimentos[...] Então era pra ver a questão da conjuntura, contexto de vida daquele momento. Então eu acho que ajudou muito e a gente fortaleceu, assim, bastante, porque éramos um centro acadêmico atuante, não é? Presente. Não era um centro acadêmico de fachada, nominal e tal. A gente estava lá para participar de todas as lutas” (Ruth)

“Depois do centro acadêmico, ficou mais oficial, mandava ofício para reitor, para chefe de Departamento...” (Wellington)

Com a criação do CAEnf 12 de Maio iniciou-se também uma articulação do Movimento Estudantil de Enfermagem (MEEenf) de Alagoas com o de outros estados, através da participação em reuniões e encontros estudantis organizados pela Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (Eneenf). Ainda no ano de 1981, Wellington (como delegado por Alagoas) e Ruth participaram do I Encontro Nordestino de Enfermagem realizado na Universidade Federal da Paraíba, evento organizado pela Executiva Regional dos Estudantes de Enfermagem do Nordeste, que constituía a Eneenf em nível regional. Mais tarde, esse evento passou a ser chamado de Encontro Regional dos Estudantes de Enfermagem.

“Uma vez eu fui com o Wellington pra uma reunião dos estudantes na Paraíba, nós ficamos lá no campus universitário. Então era um momento de discussões políticas mesmo, de fomentar o nosso conhecimento sobre as questões. [...] Eu acho que eu só fui pra essa reunião regional. Não era um encontro, era um encontro regional. Eu acho que era assim, não era um encontro dos estudantes, era só que dos CAs, assim... porque só foi eu e Wellington pra essa reunião.” (Ruth)

Figura 4- Certificado de participação do depoente no I Encontro Nordestino de Enfermagem



Fonte: Arquivo pessoal de Wellington.

No ano seguinte, a entidade organizou a participação dos seus estudantes no VI Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem, em Londrina. Foi um passo muito importante para o MEEenf de Alagoas, pois nestes encontros, mesmo que com algumas deficiências no debate, devido ao pouco tempo de existência da Executiva, tinha-se discussões relacionadas ao ME, elegia-se a gestão que a representaria e eram decididas as lutas e as estratégias que deveriam ser empreendidas pelas entidades de base de enfermagem, a partir da organização do MEEenf nacionalmente.

“[...] começamos a articular com o movimento estudantil nacional, não é? Que era muito precário ainda o movimento estudantil nacional. Pois é, a gente teve um Encontro Nacional em Londrina, que eu não sei precisar a data, mas também por aí, 82, em Londrina, do movimento estudantil de Enfermagem. Fui, participei. [...] Agora, o que discutiu, que encaminhamentos da época, eu não lembro muito isso. Mas foi muito importante esse encontro de Londrina, nacional dos estudantes” (Wellington)

Concomitante a esta importante participação das discussões nacionais do MEEenf, a primeira diretoria do CAenf 12 de Maio procurava não perder de vista as reivindicações que vinham da sua base, mantendo seu canal de comunicação de várias formas. Assim, já na criação incorporara em sua estrutura organizacional o Conselho de Representantes de Turma. Além disso, em 1982 foi criado o Boletim do Centro Acadêmico, “para informar acontecimentos, divulgar eventos, provocar debates e, principalmente abrir espaço para aproximar o estudante do Centro Acadêmico” (SILVA, 1991, p. 24). Outra importante prática adotada pela diretoria,

que, assim como o boletim, foi incorporada a partir do DCE, era a passagem nas salas para convidar os estudantes a conhecerem e participarem do MEEenf.

“Quando eu cheguei, na verdade eu nem sabia que existia centro acadêmico. Só que você vendo a participação dos colegas... Wellington eu conheci mais. Eu conhecia porque ele ia de sala em sala. Direto. Wellington e a Gilvânia. [...] Para falar sobre centro acadêmico e convidando. Foi quando a gente despertou para ir conhecer” (Eliane)

“Eles eram sempre convocados a participar, não é? Tinha alguns que participavam. Como a gente conseguiu envolver na sequência de eleição, alunos que não eram da nossa turma. Então, assim, o grupo agregou outras pessoas, também não se fechou em si.” (Ruth)

Por meio dessas estratégias de comunicação com os estudantes de enfermagem, percebe-se a preocupação da entidade em garantir a manutenção da legitimidade da sua representatividade. Assim, em 1982, sucedendo a primeira gestão, Gilvânia encabeça a diretoria junto ao estudante recém-chegado ao curso de Graduação em Enfermagem da UFAL, Gutemberg, que veio a assumir um papel de destaque na liderança da entidade, evidenciado no trecho do seu depoimento no *Fac Símile 6*.

Fac símile 6- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Foi nesse contexto que EU recém-chegado à Universidade Federal de Alagoas, cursando Enfermagem, 2º período, ainda no ciclo básico, deparo-me com uma Universidade que não contemplava meus ideais, frustrava meus conceitos de ensino superior. Tudo era velho e sem conservação: laboratórios sem equipamentos, professores nem sempre convincentes, métodos de ensino ultrapassado, currículos obsoletos, em suma, uma universidade fora da realidade social; não atendia portanto, aos objetivos propostos, era a tão descartada **CRISE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**. As perspectivas de melhorias eram mínimas já que Esther de Figueiredo Feraz, Jarbas Passarinho e outros, ministros que passaram pelo MEC à época seguia à risca o plano MEC/USAID, privatiza-

Fonte: Arquivo LADOPHE

A “crise da universidade brasileira” citada por Gutemberg voltou a ser intensamente discutida pelo ME desde a reconstrução da UNE, especialmente devido ao cenário de agravamento da situação que era questionada pelos estudantes desde a década de 1960. Pois, em decorrência da política educacional adotada pelo regime ditatorial, intermediada pelo Acordo MEC-USAID, nas décadas de 1970 e 1980 houve expansão das universidades particulares e a isenção fiscal para investidores no setor (DIAS SOBRINHO, 2005; ROSSI, 2018). Nessa conjuntura, no XXXII Congresso da UNE em 1980, em que “[...] a discussão mais

longa e detalhada foi acerca da calamitosa situação em que se encontra a Universidade no país” (MEDEIROS; CASTANHO, 2014) os estudantes reafirmavam a luta pelo ensino público e gratuito.

Diante deste contexto, o CAENf 12 de maio cumpria sua função de formar, informar e mobilizar os estudantes em torno destas pautas, atrelando-as a questões específicas da enfermagem. Promoveu o seminário “Papel social e profissional do enfermeiro no Brasil de hoje” em Abril de 1982 e participou do I Encontro das Entidades Sindicais e pré-sindicais de Enfermagem” no mesmo ano, por exemplo.

Confirma-se, portanto, que esses primeiros anos do CAENf 12 de Maio, assim como o ME em geral, foram marcados por “certa continuidade da tendência dos anos 70” (MESQUITA, 2001, p.37). Pois, ao tempo em que reorganizava institucionalmente suas entidades de base, mobilizando e realizando a formação entre os estudantes sob uma perspectiva progressista, se fortalecia consolidando as pautas em defesa da educação pública e da democracia enquanto as condições de precarização do ensino se agravavam.

4. EFEITOS SIMBÓLICOS DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO

Neste capítulo serão discutidos os efeitos simbólicos provenientes das lutas para a implantação e a consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio. Tais efeitos simbólicos proporcionaram lucros diretos, tanto no mercado do campo universitário, como no ME nacional, a partir da distinção dos estudantes que compuseram as gestões da primeira década de atuação do CAEnf, conferindo reconhecimento a esta entidade de base.

4.1 Reconhecimento do CAEnf no curso de Enfermagem e na UFAL: lutas e estratégias

Foi nesse cenário nacional de implantação institucional das entidades de base do ME que Gutemberg, dando continuidade a gestão anterior, em mais uma eleição com chapa única, foi eleito presidente do CAEnf 12 de Maio em 1983, tendo como vice a estudante Monica Beltrão que já tinha forte envolvimento com o ME.

“[...] eu já participava do movimento estudantil geral. Mas eu entrei com a Gil, a Gilvânia. [...] Eu já participava da luta geral, da sociedade. Estava naquela turbulência toda na época e o meu esposo era do DCE. Desde a greve do Cabus em 89, por aí, que eu vinha participando mesmo que sem entrar na universidade...ou 79! Eu já estava nessa indo, não é? Mas não era do movimento estudantil, mas aí como ele era eu também ia muito. Aí quando eu entrei já foi para participar mesmo. Não, eu fui para chapa que era o Gutemberg e a gente já vinha na luta com a Gilvânia. [...] E aí eu já estava engajada com eles, assim, indo em sala, passava muito em sala com eles.”
(Mônica Beltrão)

Fac símile 7- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Meses antes o D.A. de Enfermagem ou C.A. havia sido criado, foi lá que eu iniciei minha participação política. Fui eleito Presidente do C.A. na terceira gestão em 1983, acabava eu de chegar no ciclo profissionalizante do curso, con-vivia com um Chefe de Departamento democrata, aberto às mudanças e que gostava da participação dos estudantes nas decisões, era a Prof^a Ligia Sobral, ofereceu condições físicas e materiais (papel, tinta, máquinas, etc), deu-nos uma sala para que a entidade pudesse levar aos estudantes novas idéias, novas propostas, uma participação mais efetiva com reivindicações mais concretas. E os estudantes estavam lá; Encontros estudantis, boletins informativos, seminários, mobilizações por melhores condições de ensino; cada vez mais estudantes participavam e lutavam e chegavam e votavam para eleger entidades estudantis, aliás único movimento de massa que conseguira eleger seus dirigentes, através de disputas de idéias e política.

A AMAZÔNIA É BRASILEIRA!, UNIVERSIDADE DE MOCRÁTICA! MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO!. Gritavam todos e vestiam as mesmas palavras.

Fonte: Arquivo LADOPHE

O fato de terem conseguido um espaço físico para a entidade foi outro passo imprescindível, pois foi um ganho material que teve um importante efeito simbólico na conquista de reconhecimento no campo.

“A gente tinha uma sala, porque ainda era ali perto do HU, eram os galpões da Petrobrás que a gente estudava. Até eu terminar era lá, depois é que passou para lá, mas o meu sempre foi ali. Então a gente tinha... era um corredor todo nosso, um corredor de medicina, aí vinha nutrição, eram os cursos. E a gente tinha uma salinha de descanso, de leitura, todo mundo ia para o Centro Acadêmico, todo mundo conhecia.” (Mônica Beltrão)

Aqui torna-se importante novamente ressaltar a figura da professora Lígia Sobral como grande incentivadora do Centro Acadêmico de Enfermagem, não somente para a criação como também para implantação, inclusive estruturalmente, e efetiva participação no curso de enfermagem e na Universidade enquanto representante do corpo docente de enfermagem. Não somente ela, mas todo o grupo de docentes que participou da criação e da consolidação do curso na UFAL e que estava nesse momento político envolvido com a luta em defesa das universidades. A esta altura o CAEnf já havia conquistado o reconhecimento entre os demais professores que lecionavam no ciclo básico e provavelmente eram de outras graduações.

“Grande professora a Lígia. [...] é da época também, era do Departamento, sempre foi uma pessoa muito progressista, entendia de política, era muito boa. [...] Tinham alguns professores que não eram progressistas, mas eles deixavam a gente entrar em sala. A gente tinha todo o respeito deles. E tinham outros professores que já participavam das lutas dos professores da Ufal. E as nossas enfermeiras de lá, elas sempre foram muito combativas, principalmente as mais velhas. [...] Tem a Regina, a Lúcia, a Cristina, esse pessoal todo era muito aguerrido. Até porque o curso da gente ainda era muito novo e elas lutavam muito pelo nosso curso. [...] Apoiavam, conversavam sempre com a gente. [...] Não sei se hoje é, mas o básico era aqui no CCBI, na Praça da Faculdade. Então a gente tinha que se dividir entre lá e aqui, então a gente perdia aula. Mas a gente nunca teve problema não, muito pelo contrário, a gente tinha o conselho da Enfermagem, o Departamento, a gente participava das reuniões, a gente dava opinião, elas ouviam muito a gente também” (Mônica Beltrão)

Esse engajamento político das professoras do curso de enfermagem se deu num contexto de grande mobilização e organização dos docentes e servidores no campo universitário de todo país. Em 1984 houve uma das mais longas greves da história da UFAL, que durou 84 dias e foi organizada nacionalmente pelas entidades sindicais, paralisando várias universidades autárquicas federais pelo país. Assim, as greves por mais verbas para a educação pública, melhores condições de ensino, aumento de salários e eleição direta para reitor permaneciam unindo docentes, técnicos e estudantes nesta luta. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014; VERÇOSA; CAVALCANTE, 2013).

Fac símile 8- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Greves estouravam, agora já alunos e professores faziam movimentos juntos, reivindicavam juntos, a crise atingia a toda a comunidade universitária, ah! os funcionários também!.

Fonte: Arquivo LADOPHE

“A luta dos professores da Universidade era muito... o Departamento de enfermagem entrou em peso na luta com a Adufal quando teve uma greve geral. Muito importante a atuação das enfermeiras, das professoras enfermeiras. Foi quando elas se destacaram mais também ali no departamento de saúde todo, no CSAU todo.” (Mônica Beltrão)

Mônica Beltrão destaca inclusive a influência docente como um fator relevante para que a entidade ganhasse notoriedade no campo Universitário, juntamente ao Departamento do Curso e Enfermagem, que em 1983 completava apenas 10 anos de criação. Para além da instituição de um *habitus* secundário, que proporcionou ao grupo de estudantes o senso prático para criação da entidade, o *habitus* e o capital político que o grupo de docentes portava no campo foi fundamental para a consolidação da entidade.

“O Centro Acadêmico, naquela época, ele influenciava muito, porque todas as atividades políticas começavam pela Universidade. Diferente de hoje que a Universidade está muito à parte da sociedade. A gente não, a gente era bem inserido, a gente era a vanguarda da sociedade, a Universidade. E o Centro Acadêmico também entrava no mesmo ritmo. Juntamente com os professores, que o Departamento da gente era um Departamento muito progressista. Dentro do CSAU, que era a junção de enfermagem, nutrição, medicina, todos os cursos da área de saúde, odonto, eram todos juntos e o nosso Departamento era o mais progressista. Então era discutido as questões importantes da enfermagem, porque na época também a gente estava lutando pela modificação pelo currículo da Universidade. E o resto eram as lutas estudantis e as lutas mais gerais. [...] Todos tinham. Só que o nosso era mais firme, entendeu? Porque a gente tinha muito apoio dos professores do Departamento. Assim como eles precisavam do nosso apoio, eles também nos davam muito apoio. Até porque o curso era novo, que as pessoas que fundaram o curso foi a Vera, que já morreu, a Vera Rocha, a Cristina, a Regina. Então, ainda era muito novo, a enfermagem era muito nova aqui.” (Mônica Beltrão)

Tais “armas” (BOURDIEU, 1996) das professoras enfermeiras somou-se às estratégias utilizadas nas duas primeiras gestões na luta para implantar e consolidar o CAEnf 12 de Maio como entidade representativa dos estudantes do curso de Graduação em Enfermagem da UFAL. Um dos resultados desta luta simbólica se consolidou quando Gutemberg, após atuar na direção do centro acadêmico, assumiu cargos importantes em outras entidades estudantis representando a sua base. Agora, detentor de um importante capital político no campo.

Fac símile 9- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Minha participação iniciada no D.A. crescia e atingia outras fronteiras, fui mesmo do D.C.E./UFAL por duas vezes, Vice-Presidente metropolitano da UEE/AL, membro do Conselho Universitário e Conselho de Ensino, pesquisa e extensão e Conselho de Curadores.

Fonte: Arquivo LADOPHE

“Mas a gente foi ficando mais forte e aí foi reconhecido. A única pessoa que eu lembro que entrou no DCE foi o Gutemberg, que foi o gestor antes de mim. Aí, pronto, a gente sempre manteve essa participação. Porque era bem atuante, dos Centros Acadêmicos da saúde, a gente era o mais atuante [...] Quando tinha o congresso, quando tinha eleição de DCE. Tudo isso a gente também se envolvia, até porque sempre o nosso Centro Acadêmico estava representado na chapa do DCE. Quando eu fui presidente do Centro Acadêmico, o Gutemberg que já tinha sido presidente antes de mim, foi para o DCE, entendeu? Então, aí a gente ia também pedir voto para chapa do DCE, porque era importante para o Centro Acadêmico da gente, que tinha um representante.” (Mônica Beltrão)

“Sim, a gente se articulava bastante [com os outros cursos]. Até porque, quem fazia esse elo de ligação, de articulação era o próprio DCE. Do próprio DCE, de articular, de juntar, de ir para as...de lutar...eu sei que a gente brigava muito. Assim, brigas sadias, com relação a reitoria” (Rosimeire)

“Articulação tinha, porque para eles também, hoje eu vejo assim, para eles era interessante ter pessoas deles, de referência, não é? E essas pessoas estavam ligadas a eles também diretamente pelo partido, pela maneira de ver o mundo e pensar, não é? Sempre teve. Sempre teve” (Eliane Almeida)

Tal articulação com o DCE manteve-se bastante sólida desde a sua reconstrução e assim permaneceu em todas as gestões do recorte temporal do estudo, muito por conta da maioria dos membros de ambas entidades serem vinculados ou “simpatizantes” do PCdoB, bem como em grande parte dos centros e diretórios acadêmicos da UFAL. Assim, mesmo nos anos em que não havia representantes da enfermagem na diretoria do DCE, este cumpria sua função de dialogar com as entidades de base e unifica-las em torno das lutas em comum.

Essas eram tanto as reivindicações relacionadas à UFAL, desde a greve dos professores e servidores até as manifestações pelo direito à assistência estudantil de qualidade, quanto as lutas do cenário político nacional, em especial a campanha “Diretas Já!”, que conseguiu incitar a mobilização de grande parcela da população em geral, como se vê nos depoimentos:

“Eu sei que a gente tinha uma relação boa com o DCE, isso. A gente tinha uma boa relação com os meninos do DCE, a gente teve lutas em relação a... apoiando os professores quando tinha greve de professor. [...] Sei que a gente tinha uma boa relação. Aí tinha a história dos partidos, de nível nacional lutar as “Diretas já!”, entendeu? Aí teve muita gente que se filiou ao PCdoB na época. [...] Sim. Quase todos aqui, Mônica, Meire, Sival, não lembro se Tereza se filiou, mas muita gente se filiou

ao PCdoB na época. Alguns depois no PT, não é? Mas na época era o PCdoB, me lembro muito bem disso. Aí teve as lutas nacionais que a gente ia, para as “Diretas já!”, que eu lembro muito.” (Mônica Suica)

“[...] É, das diretas, mais pra frente. É, já tinha mobilização. Já tinha uns deputados que a gente apoiava, que era a favor das diretas, não é? Muitas passeatas, a gente participou. Ainda aquele Teotônio, ainda era vivo, que ele era a favor das diretas, Teotônio Vilela. Participava, o movimento estudantil.” (Rosimeire)

“É, a população realmente foi para a rua e a gente ia junto, misturado naquela euforia. [...] Alguns [estudantes]. Porque a maior parte tinha medo, porque a polícia baixava o cacete. Tinha que correr, quem tivesse canela, corria. Porque era muito assim na época, não é? Na época que a gente começou mesmo, a polícia vinha com gosto. Batendo com aqueles negocinhos, que nem eles fazem até hoje, não é?” (Tereza)

“Nessa época, assim, dessas campanhas [Diretas Já!], a gente aqui em Alagoas era muita, muita luta mesmo” (Ivani)

Em 1987, os estudantes ocuparam o antigo prédio da Residência Universitária quando os departamentos da Reitoria que ali funcionavam foram transferidos para os novos prédios do campus A.C. Simões, construídos com recursos do Acordo entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse investimento foi conquistado na gestão de Fernando Gama (1983-1987) cuja prioridade foi a ênfase na estrutura física da Universidade, através da continuação e ampliação das obras na Cidade Universitária.

“Invadimos, eu não, meu marido, não é? que invadiu, meu marido também era do movimento. Invadiu o DAA, que era o órgão que era da reitoria e fundou a residência universitária. Retornou, não é? Porque na época da ditadura ela foi abolida, não é? E voltou” (Rosimeire)

No entanto, Verçosa e Cavalcante (2013, p.100) ressaltam que nesse acordo “não iria constar a ampliação da precária infraestrutura de serviços”. Assim, mesmo com novas edificações, os estudantes ainda vivenciavam as adversidades provocadas pela inexistência de uma política de assistência estudantil que garantisse a sua permanência na Universidade em condições dignas. Como as depoentes nos trechos abaixo relatam:

“[...] Mas a questão do aumento da passagem de ônibus, a gente fez um “pula a catraca”, tá entendendo? Faltou comida no restaurante, a gente saiu do bandeirão batendo até a reitoria, solicitando alimento.” (Rosimeire)

“Aquela república, que era a R.U.A, a rua... (risos). Ali foi muita briga e para sair de lá deu muito trabalho para sair. E, assim, era muito sem condições, sabe? Não davam condição nenhuma. Cada um que levasse o que você tinha e a gente saia ajudando. Final de semana o restaurante não funcionava, aí as pessoas que moravam lá tinham dificuldade. Bem precário, bem precário. Muito difícil, muito difícil mesmo. Aquela cosia feia, não tinha carinho nenhum. E foi na marra para conseguir, porque como já tinha subido tudo para cá e o prédio estava lá e ninguém ajudava ninguém. Um monte de estudante precisando, do interior, de outros estados, precisando e... Então, eles invadiram mesmo. [...]O CCBI, os laboratórios eram péssimos, a gente arengava muito por causa disso. [...] Olhe, para você ver, olhe [...] do CSAU, pela implantação de bebedouros e chuveiros’, você acha que a coisa era precária? Aí ‘reabertura do

Restaurante Universitário’, porque ele fechou lá embaixo e não abriu, aquela cosia embolada, sabe?” (Tereza)

“O Restaurante Universitário, eu lembro também de algumas coisas sobre a residência universitária, sobre estrutura física.[...] Isso. Atrás do Restaurante Universitário, ele era na frente e a residência era atrás. Que algum desses anos, não foi na minha gestão não, na minha gestão já tinha, mas algum desses centros acadêmicos lutou para... não só eles, acho que junto com o DCE também, para criação da RUA, como a gente chamava a Residência Universitária Alagoana. E o RU tinha muita luta, lutas que às vezes considerava pequenas, mas que... é em relação a comida, qualidade, tudo isso.” (Mônica Suica)

“Porque a gente tinha muita coisa para conquistar. Com todos os estudantes. A gente era um povo muito sofrido mesmo. Questão de transporte, alimentação, deslocamento, essas coisas. Eu lembro que eu participei ainda de uma primeira manifestação que foi contra a Salgema, que a Salgema era lá embaixo e a Universidade lá em cima. Aí a gente começou passeata, fazia passeata para melhorar transporte, ter mais transporte. Aquela Fernandes Lima, lá em cima a gente fechou várias vezes. Foram muitas lutas” (Ivani)

Outra reivindicação bastante lembrada pelos depoentes e que movimentava e unificava os estudantes da UFAL na segunda metade da década de 80 dizia respeito ao transporte público, que nessa época também era um serviço extremamente precário e insuficiente para a cidade como um todo. Mas para os estudantes da UFAL essa situação se agravava pela localização periférica do campus A.C. Simões. Além disso, havia a histórica luta pela diminuição do preço das passagens de ônibus.

“Manifestações... Coisas de luta pela Ufal mesmo, história de transporte que tinha muito pouco, naquela época, ônibus. Essas coisas assim, que às vezes parece pouco, mas para a gente era muito. Ônibus entrar no campus ou não entrar... Ônibus que fazia a linha Ufal via poço... bebedouro, tinha umas coisas assim, que eram poucos, aí a gente entrava na luta para ver se aumentava.” (Mônica Suica)

“Era muito essas coisas de passe, que era passe escolar na época, de meia-entrada, não é muito diferente hoje não. [...] Preço de passe estudantil, está vendo? [...] A gente se envolvia como sempre, não é? [...] eu lembro que a gente fechava aí a avenida, que no início não era desse jeito, não é? [...] Então a gente ficava no meio da rua e eles iam batendo e empurrando a gente para dentro do portão e a gente tinha que entrar. E a gente quando via que a coisa ia esquentar mesmo, a gente fechava o portão, porque eles não podiam entrar dentro da Universidade naquela época, não sei se hoje pode. [...] O transporte. A gente tinha poucos ônibus, a gente tinha o Eustáquio e o Forene que vinha para esse lado de cá. E ele não fazia esse percurso todo. [...] E eles quebravam, eram ônibus velhos, que quebravam muito. Virava e mexia, a gente estava no meio do caminho, esperando. Então a gente fazia esses atos, mas era brigando por coisas básicas, mas que eram fundamentais para a gente.” (Tereza)

Em meio a essas reivindicações, o Reitor Fernando Gama assumia uma postura conciliadora, com o qual os estudantes conseguiam dialogar apesar dos enfrentamentos com a gestão por haver sido uma escolha do regime ditatorial. Reafirmado por Rosimeire ao citar as “brigas sadias” com a reitoria e no depoimento a seguir de Ivani. Chegando até a defender os

estudantes das violentas repressões policiais em meio às manifestações citadas no trecho acima. Prova disso também foi a realização do Congresso Acadêmico em 1985, quando a reitoria convocou “delegados eleitos nas suas bases como fim de rediscutir a estrutura da Universidade” (VERÇOSA, CAVALCANTE, 2013, p. 132) e acabou por instituir o voto direto e paritário na eleição para reitor.

“Junto com o centro acadêmico, junto com o DCE, que a gente sempre deu força. O curso da gente de enfermagem passou por várias transformações, quase que fechava, uma época quase que fechava. Na época, ela [Rosimeire] era presidente do CA, a gente fez audiência com o Reitor, que era o Gama. Várias vezes a gente sempre foi e a gente conseguia. Se mobilizava mesmo, chamava atenção” (Ivani)

Simultaneamente a esses crescentes protestos, o DCE mantinha a prática de formação política para organizar e munir os estudantes que estavam na luta através da conformação de seu *habitus* secundário. Tanto promovendo eventos para discussão da conjuntura política, junto aos centros e diretórios acadêmicos, como por meio reuniões de estudos. A depoente Eliane Almeida ressalta que essas últimas eram uma prática do DCE advinda do PCdoB e tinha, portanto, um viés declaradamente comunista de análise e de ação sobre a realidade. Também relembra que essa prática foi transmitida para o CAEnf 12 de Maio, que também realizava grupos de estudos. Esses encontros visavam dar seguimento ao trabalho iniciado no final da década de 70 tendo em vista a reorganização das entidades de base. E também, ao que parece, pretendia ser um espaço para agregar novos estudantes interessados em compor as diretorias, porém não alcançou este objetivo, provavelmente por causa de mais uma crise do ME que já se anunciava.

“A gente fazia muita coisa assim de trazer um professor que falasse sobre uma coisa para orientar os estudantes, que a gente ficava todo mundo meio perdidinho. Aí junto com o DCE, não é? A gente entrava junto com o DCE para trazer essas coisas.” (Tereza)

“Mas também tinha grupo de estudos, tinha grupo de estudos [...] No próprio centro acadêmico tinha grupo de estudos, porque tinha muita gente do PCdoB e eles estudavam. Eu nunca esqueço que a primeira vez que eu ouvi falar da Guerrilha do Araguaia foi no centro acadêmico, com o Gutemberg, eu não sabia nem que existia. [...] Quem quisesse fazer. Quem era da gestão e quem era estudante que quisesse. A tendência da gente é levar os colegas. Aí o que é que a gente fazia? Convidava outras pessoas. [...] O que era Marx, era mais realmente da linha do PCdoB. Eu me lembro que eles marcavam geralmente nos sábados, final de semana. [...] Puxaram várias [reuniões]. Na época era bem atuante, bem atuante, bem atuante. Só que quase ninguém ia, não é? Mais as pessoas responsáveis, que era cabeça, presidente do centro acadêmico, vice-presidente, eles geralmente também tinham uma pessoa que já estava na discussão com eles no sábado. Que eles todo sábado tinham discussão, com o DCE. Mas que na verdade a gente depois é que descobria, mas que estava ligado a um partido político. Era PCdoB que liderava o nordeste todo” (Eliane Almeida)

Com o apoio das professoras do curso e com a manutenção da articulação e da inculcação desse *habitus* secundário de organização política pelo DCE, a diretoria do CAEnf 12 de Maio construía condições favoráveis para consolidar a entidade. Para tanto, era imprescindível o trabalho de base para aproximar-se dos estudantes. Foram mantidas as estratégias de comunicação das gestões anteriores, como a passagem em sala e a confecção e distribuição do boletim informativo. No entanto, conforme os depoentes, o método mais efetivo para dialogar com a base eram os preparativos e a mobilização para que os estudantes pudessem participar dos encontros nacionais promovidos pela ENEEnf.

A organização de eventos como estratégia de financiamento para participação nos encontros nacionais, sobretudo as festas, trazia muitos estudantes para o dia a dia da entidade, fazendo-os conhecer as suas lutas e finalidades e, de certa forma, reconhecendo e valorizando-a. Mesmo que a maioria dos estudantes após isso não construísse efetivamente o movimento, assumindo a gestão, o que passou a ser um grande desafio para entidade.

“Nos encontros, sim. Tinha, tinha muita mobilização, muita. Nós tínhamos os coordenadores dos grupos, Gutemberg era um dos. Que mesmo vindo com o Wellington e com a Gilvânia, no próprio grupo tinha as pessoas, coordenador por períodos. A gente era de vários períodos. Você conhecia os outros períodos nesses encontros, porque antes tinha as preparações, tinham as festas, tinha verificação de pressão, as pessoas davam o dinheiro que queriam. Então aí você ia conhecendo as outras meninas dos outros grupos, dos outros períodos. Era nessa hora que você conhecia. [...] Porque a gente ia mais porque também fazia muito evento para arrecadar dinheiro para vir para os encontros de enfermagem. [...] E um grande momento era o mês de junho, porque tinha a questão junina que era de você fazer atividades educativas, atividades culturais para arrecadar dinheiro para vir para os encontros.” (Eliane Almeida)

“A gente sempre lutou muito para ir para os congressos de enfermagem, dos estudantes. A gente sempre levava um ônibus. A gente ia todos os anos. [...] E o encontro de enfermagem ele tinha um grande papel. Porque as pessoas não participavam muito, mas aí quando tinha o encontro, havia um maior número de pessoas querendo ir, tanto para passear, como para namorar, para tudo, juventude, não é? E aí a gente conseguia reunir mais pessoas e depois do congresso, aí então, a gente ficava mais amiga, entendeu? A gente tinha mais espaço nas salas de aula. [...] Agora, o maior desafio mesmo na gestão é você manter acesa a chama do Centro Acadêmico. Assim, as pessoas se juntavam mais quando era para ir para um congresso, porque aí a gente tinha muita reunião, a gente tinha que procurar ônibus, conseguir dinheiro na rua, fazer pedágio, fazer festa. E a gente tinha muita festa, a gente fazia muita festa. [...] Tinha muito mesmo. Então, a gente arrecadava dinheiro desse jeito. Mas nas outras questões eram mais as pessoas mais ligadas à política mesmo que acompanhava” (Mônica Beltrão).

“ [...] A gente fazia, para ter recurso para algumas coisas de estudante, a gente fazia muita festa. Mas com o objetivo de ter dinheiro, tipo, para ir de ônibus, a gente foi de ônibus para o Rio Grande do Sul, a gente foi para a Paraíba. [...] Mas a gente ia com comitiva grande, de 30 a 40 alunos, estudantes, não é? Aí a gente conseguia alguns recursos da Ufal. [...] Aí isso tudo a gente conseguia com essas festas” (Monica Suica)

“É. Participava dos congressos dos estudantes, a gente fazia aqueles... é porque hoje eu não sei como é que vocês fazem mais, mas a gente fazia muito bazar, muita festa,

pedágio, essas coisas. E era para conseguir o dinheiro para ir para os congressos de estudantes. E a gente ganhou, eu me lembro que eu fui a vários. Eu fui na Paraíba, eu acho que o primeiro, eu acho que foi em 86 o primeiro quando eu fui. [...] A gente levou dois ônibus daqui, ônibus da Ufal, e a gente foi para Paraíba” (Tereza)

“Eu fui em todos. Todos de quando eu era estudante. Todos os encontros, a gente fazia muito a feira da pechincha, ia vender roupa usada no Jacintinho para poder conseguir as passagens. Geralmente a gente conseguia um ônibus. Quando a gente não conseguia o ônibus, a gente procurava passagem... [...] Para levar os estudantes, é.” (Rosimeire)

Assim, a presença nestes encontros sempre foi prioridade do CAEnf, tanto pelo interesse em manter a comunicação com a entidade nacional máxima de representação dos estudantes de enfermagem, fortalecendo o MEEnf, quanto por ser uma maneira de atrair mais facilmente um maior número de estudantes para inserção no movimento, diante da dificuldade em conseguir estudantes para compor a diretoria. Inicialmente por interesses diversos que não necessariamente a luta estudantil, sem compreender muito bem o que significava aquele espaço e as discussões ali levantadas, mas que aos poucos iam se aproximando do ME, como Eliane Almeida que esteve no VI ENEEN em 1982 e no ano seguinte participou da diretoria.

“De inserção, a gente ia começando... com os encontros de enfermagem, aí formavam comissões e quem eles observavam, acredito que tinham pessoas observando e quem eles observavam que se dedicava mesmo não entendendo o que estava acontecendo, você começava a ajudar. Era o simples fato de querer fazer alguma coisa, de ajudar. Não tinha entendimento da dimensão, mas estava contribuindo. [...] Como eu era totalmente... estava só pensando em fazer alguma coisa e ir para os encontros, que era uma maneira também de sair da cidade. [...] Foi, primeiro dos encontros, através dos encontros. Não tinha ideia do que era gestão e nem queria, na verdade. [...] E quem incentivou muito realmente foi o Gutemberg, ele era uma liderança nata.” (Eliane Almeida)

Além desta mobilização para participação nos encontros nacionais, em 1983 a diretoria continuava promovendo espaços para seus estudantes, tanto para a formação acadêmica com o Seminário Enfermagem Obstétrica, realizado em março de 1983, quanto para o desenvolvimento cultural, através da I Semana Cultural de Enfermagem. Inclusive, esta relação estreita com a cultura, que foi uma marca do ME durante a década de 1960, voltava à tona com o processo de esgotamento do regime ditatorial. Na UFAL, em 1981 o ME retomou a realização dos famosos festivais de música (TICIANELI, 2015). No que diz respeito à relação com outras entidades da enfermagem que não a ENEEnf, neste ano também o CAEnf 12 de Maio participou da Semana de Enfermagem promovida pela Associação Brasileira de Enfermagem- seção Alagoas (Aben-AL).

Assim, o CAEnf 12 de Maio foi se firmando no curso de enfermagem, tanto entre o corpo docente quanto entre os estudantes, e na UFAL, sendo reconhecido enquanto

representante desse grupo discente. No entanto, crescia a resistência entre os estudantes em compor a gestão, apesar destes reconhecerem a entidade. Desde a criação da entidade, os discentes eram chamados para participar das reuniões, dos grupos de estudos e convidados a construir a diretoria. Mas apenas alguns despertavam para necessidade de organização e, dentre estes, a maioria encarava o desafio pelas relações de amizade que iam sendo construídas nessa aproximação com o movimento.

“O Gutemberg ofertava, convidava você para participar da reunião, para ver como era, o que era o Centro Acadêmico. Para ver se você se engajava. Está entendendo? Era mais ou menos assim. [...] Ah, através da Mônica Beltrão. Porque quando o Gutemberg saiu, quem ficou como presidente foi a Mônica. Então ela me convidou para fazer parte da diretoria. Eu fiquei com ela, mas não como presidente, fiquei como diretora” (Rosimeire)

“[...] eu entrei em 86 [no curso] e desde 86, mesmo sem fazer parte da direção, eu sempre andava com o pessoal do movimento estudantil, com Rosimeire, com Monica Beltrão, com Sival. [...] Então era uma coisa tão... que a gente não sabia nem direito quem era o coordenador na época, mas a gente tinha sempre aquele que puxava, não é? [...] Esse contato foi no CCBI ainda, era Rosimeire e Monica Beltrão. [...] No final de 85 para começo de 86. E eram as duas, aí elas iam lá conversar, chamava a gente para as reuniões do centro acadêmico, e a gente foi entrando nessa onda. [...] Mesmo eu não participando, eu estava sempre lá. Sempre eu estava em algum canto junto com as meninas, a gente ia para as reuniões, era interessante... [...] Em 90, aí eu entrei, mas como eu já estava quase saindo da faculdade, a Márcia assumiu muita coisa e os outros diretores também, a gente andava muito junto, não tinha uma coisa que a gente dissesse que não era...” (Tereza)

“Na verdade, foi uma questão de amizades que a gente começou a ter com a presidente anterior, com a Rosimeire Machado. [...] Aí comecei a andar com o pessoal do Centro Acadêmico. E o pessoal também era muito envolvido com um grupo de folclore que tinha na Ufal, aí comecei a andar também porque eu gostava muito de folclore, mas até nunca nem dancei, mas andava. E andava muito no Restaurante Universitário também. Entre conversas, aí fui convidada para participar da chapa. Aí a Rosimeire convidou algumas pessoas e tinha momentos que o pessoal não queria, não aparecia duas chapas” (Mônica Suica)

“O elo... porque eles sempre passavam nas salas. Aí diziam o objetivo, o que é que estavam reivindicando. Aí numa chamada dessas, aí eu entrei, comecei a me engajar, entendeu? [...] O Sival sempre, ele... eu estudava com ele, a gente fez várias matérias. [...] Então, aí ele “bora, Ivani! ”. “É, tá certo, vou entrar”, porque eu sempre também estava, sempre” (Ivani)

Nota-se, pelos depoimentos, que isso acontecia tanto porque a maioria dos estudantes de enfermagem ocupava uma posição, por meio de seu capital cultural especialmente, que os distanciavam das discussões políticas, como também por conta das responsabilidades que a função trazia. Compromissos que às vezes eram enxergados como prejudiciais para o desenvolvimento acadêmico. Assim, as pessoas na diretoria permaneciam durante quase todo período da graduação.

“Agora, claro, que as lutas tinham pessoas que ajudavam muito e aí essas pessoas que ficavam ao nosso redor depois começaram a ir levando os outros anos do Centro

Acadêmico, entendeu? Mas, como sempre, estudante também quer muito estudar, não é?” (Mônica Beltrão)

“A Mônica já ia se formar, então não tinha ninguém pra ficar...ela disse: “Você vai ficar”. Aí eu disse “Mas mulher, pelo amor de Deus!”. Ela disse: “Não, mas eu te ajudo. De fora, mas eu te ajudo”. Porque ela estava participando, mas ela ia sair de qualquer maneira e não tinha com quem deixar o Centro Acadêmico. Aí eu fiquei. [...] Assim, como ela estava já se formando, aí teria que ficar alguém. A mesma coisa eu fiz com Sival quando eu já estava para me formar. [...] Aí passei o bastão para ela. [...] O pior, para eu conseguir achar o Sival para ficar no lugar...assim, porque você não encontrava ninguém que quisesse. [...] A dificuldade era encontrar alguém para ficar na cabeça, que ninguém queria. Porque perdia muitas aulas. Tinha muita reunião fora do estado. [...] Porque é muita responsabilidade, de você estar aí...quando você está a frente de uma entidade, aí você...ninguém quer ir viajar...porque você que vai, porque você tem que ir” (Rosimeire)

“A gente era tanto dessa coisa, que o povo também não queria muito participar. Pode perceber que tem as várias pessoas quase que se repetindo. [...] Porque naquele tempo, eu lembro que meu pai dizia, a gente estava numa ditadura, saindo de uma ditadura, aquelas coisas todas, meu pai dizia: “Eu não quero você envolvida com isso, que isso é coisa de comunista! ”. Então era uma coisa ainda que a gente fazia, mas as pessoas tinham a gente como comunista mesmo. Não entendia que a gente estava tentando dar uma cara diferente para o estudo e sair de uma situação” (Tereza)

“Queira quer não, conselho... tudo demanda tempo, você tem que ter dedicação e é muito difícil você compor uma chapa e permanecer até o final, termina dois, três. Tem muita atividade e você tem que deixar de fazer algumas coisas suas. [...] Geralmente ficavam as mesmas pessoas fazendo as mesmas coisas e muitas coisas, porque a chapa é grande, mas quando você vai ver ficava dois, três” (Eliane Almeida)

Vale salientar que essa situação que sempre esteve presente, a ponto de nunca ter acontecido disputa entre chapas nas eleições, se agrava a partir de 1986 quando a entidade começa a sentir internamente as mudanças que estavam acontecendo nacionalmente na configuração do ME. Como já apresentado, nos primeiros anos da década de 1980, o ME seguia o trabalho iniciado no final dos anos 70 de retomada institucional das suas entidades. No entanto, na segunda metade da década o movimento vivenciava modificações e a reorganização nos conteúdos das suas discussões e lutas.

Essa mudança tornou-se evidente em 1984, ano de sucessão presidencial, pelas discussões acerca de como deveria ocorrer a transição do regime ditatorial para a democracia. Desde a Reforma Partidária de 1979, diversos setores do campo progressista, não somente o ME, se fragmentaram no que tange à essa discussão, embora permanecessem convergentes na luta pelas liberdades democráticas. De um lado, os que defendiam as eleições diretas naquele mesmo ano e do outro os que analisavam que o importante era eleger civis, mesmo que indiretamente ainda (MESQUITA, 2001; MEDEIROS; CASTANHO, 2014; NAPOLITANO, 2014).

Com isso, no XXXVI Congresso da UNE (1984) começam as intensas e acirradas disputas entre as tendências do ME para ocuparem a diretoria e assim, assumirem o poder de

definir qual seria o posicionamento da entidade nesse cenário. Sobre os reflexos deste momento de conflitos no ME, Medeiros e Castanho (2014, p. 189) afirmam que

o ano de 1984, foi de grande polarização [...] Grosso modo, os estudantes defenderam eleições diretas para Presidente da República, porém à medida que as elites brasileiras conseguiram desmobilizar as grandes manifestações por eleições diretas e à medida que foi derrotada a “Emenda Dante Oliveira”, surgiu a posição alternativa de apoio a um candidato único das oposições, submetido ao colégio eleitoral. Para discutir a posição do estudantado foi convocado o V Conselho Nacional de Entidades de Base (V CONEB) e o XVII Conselho Nacional de Entidades Gerais (XVII CONEG), respectivamente para reunir-se em Vitória da Conquista, Bahia, e Rio de Janeiro, RJ. Os estudantes afinados com o PC do B, PCB, PMDB decidiram-se por apoiarem um candidato único das oposições, mesmo via colégio eleitoral, enquanto que os grupos de esquerda abrigados no PT e dissidências do PCB pregavam o repúdio ao Colégio Eleitoral e a retomada das lutas por eleições diretas.

Em meio a essas divergências internas, bem como ao ganho da elite brasileira no processo de redemocratização através do acordo político-partidário que gerou a “transição conservadora” para a democracia em nosso país que elegeu a chapa Tancredo-Sarney para a presidência, o ME, representado por sua entidade máxima ainda, a UNE, foi aos poucos perdendo sua capacidade de mobilizar e representar os estudantes, que agora também eram outros e vivenciavam outros anseios e vontades. Estes descobriam outros meios de transformar a sociedade que não mais necessariamente vinculados às questões político-partidárias e, assim, não se viam mais representados pelos espaços de política institucional. Na contramão desses anseios, o ME continuava cada vez mais se vinculando às lutas dos partidos. Anunciava-se cada vez mais próxima a chamada crise do ME (MESQUITA, 2001; MEDEIROS, CASTANHO, 2014; CANCIAN, 2014).

Fac símile 10- Trecho do depoimento de Gutemberg no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Agora já é tempo do nervosismo exagerado, o M.E. estava entrando em crise também. As verbas ao invés de aumentarem, diminuíam, as bibliotecas não melhoravam, o ensino continuava de má qualidade, pesquisa não havia, era a universidade secundarizada e o M.E. mais atrás ainda.

Fonte: Arquivo LADOPHE

Tal efeito segundo Cancian (2014, p.213) explica-se

pelo fato da militância estudantil encontrar-se fortemente subordinada à militância política acarretou uma excessiva prioridade concedida pela direção do movimento estudantil aos temas políticos em detrimento de reivindicações educacionais. Não obstante, o predomínio da luta política limitou a adesão e apoio às massas estudantis (o estudantado). [...] Por último, ocorreu o que estudiosos dos movimentos sociais

chamam de divórcio entre os “dirigentes” e a base do movimento, devido ao isolamento das organizações estudantis representativas, presas a rotina do aparelhamento político em decorrência de uma acentuada radicalização da luta política entre as tendências estudantis. (CANCIAN, 2014)

Assim, prevalecia entre os estudantes uma visão do ME ultrapassado, ligado a partidos políticos e que não os representavam. Em decorrência disso, entre os estudantes do curso de graduação em Enfermagem da UFAL crescia cada vez mais uma concepção moralista acerca do ME e daqueles que o construíam. Refletindo essa situação, ao final da gestão de 1985-1986 o mesmo grupo assumiu a gestão 1986-1987 por reeleição devido à ausência da participação de novos estudantes no processo eleitoral, segundo as depoentes.

“Porque aí foi ficando mais difícil de você conseguir arregimentar pessoas para o Centro Acadêmico. Aí eu acho que demoraram mais por isso.” (Mônica Beltrão)

Corroborando para o entendimento de que esse foi um momento de inflexão da atuação da entidade em alguns aspectos, em registros de atas de reuniões da diretoria de 1987-1989, é falado em “processo de reorganização da entidade”, bem como a retomada de estratégias do CAEnf 12 de Maio, como das reuniões com representantes de turma e do boletim informativo. O que leva a interpretar que as gestões imediatamente anteriores não vinham conseguindo coloca-las em prática.

“[...] Logo em seguida, a coordenadora Mônica Cristina falou a respeito da organização do boletim informativo do C.A. que será de grande importância para os estudantes. Continuando a estudante Tereza Paula sugeriu que se fizesse uma reunião com os representantes de turmas para uma discussão sobre o curso e sugestões para o C.A. Todos concordaram com esta reunião e ficou marcada para o dia 07 de dezembro” (trecho da ata nº 05 da reunião ordinária da gestão “Consciência”, datada de 30/11/1987).

“Iniciando a reunião, o coordenador passou os informes e colocou para os presentes que esta reunião seria para avaliação do trabalho da diretoria. Várias pessoas falaram e observou-se que houve muito pouco tempo para que a diretoria desenvolvesse maior número de atividades, ficando muito limitada ao processo de reorganização da entidade” (trecho da ata nº 07 da reunião ordinária da gestão “Consciência”, datada de 14/12/1987)

Apesar desse contexto, é importante citar que ainda em 1985 o CAEnf 12 de Maio promoveu relevantes espaços de discussão, como o I Encontro Alagoano de Saúde em conjunto com os CAs da área da saúde e o Seminário Ideologia e Prática da Enfermagem. Mesmo em 1986 organizaram, junto a outros CAs, a campanha “S.O.S. Hospital Universitário”, explicada no trecho de depoimento de Tereza.

“Na época, ele (HUPAA) não tinha esses andares, ele era só aquela parte da frente, só o térreo. E isso aqui era pediatria do Hospital anterior, depois foi que construíram o “espigão”. Mas, assim, tinha o projeto, mas não tinha financiamento. Era aquela época da modificação que já veio o SUDS, SUS... e a modificação, como é que ia ficar o financiamento? E fecha, não fecha. De onde é que vem? Manda, não manda. Não sabia como é que ia manter. E foi fechando algumas coisas e a gente desesperado, porque a gente ia para onde? O estudante da área da saúde ia fazer o quê? Para onde é que ia?” (Tereza)

Um dos reflexos locais da crise nacional do ME, foi o enfraquecimento da tendência “Viração”, do PCdoB, que vinha assumindo hegemonicamente a direção do ME da UFAL. Esta via cada vez mais seu capital político diminuindo ao passo em que outras tendências começavam a se organizar e crescer neste campo, destacando-se àquelas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Como afirma Araújo (2007, p. 253), “Nessa nova fase o movimento estudantil estava polarizado por dois grandes blocos políticos: um que se articulava em torno do PCdoB e outro que reunia diversas correntes do PT”. Não diferentemente, no curso de enfermagem surgiam divergências políticas entre os militantes estudantis. De modo que em 1987 houve a primeira eleição disputada entre chapas para o CAEnf 12 de Maio.

No corpo docente, cuja influência e apoio foram essenciais para a consolidação da entidade, essa percepção do ME aos poucos também foi se fortalecendo entre algumas professoras à medida que os estudantes que se engajavam com mais afinco ao movimento passavam a não cumprir com as demandas acadêmicas exigidas. Porém, o grupo mais político dentre as professoras continuava a incentivar a luta estudantil.

“Para os encontros nacionais você tinha quatro reuniões, que podia ser em qualquer estado. Então você tinha que ter disponibilidade. Assim, eu fui tachada muito, assim...como a aluna que não queria nada com nada, porque eu ia todas” (Rosimeire)

“Tinha algumas professoras que incentivavam bastante, na verdade. Tinham algumas professoras que gostavam dos meninos pela luta e já diziam: “Minha gente não é bem assim, não significa dizer que quem vai para o Centro Acadêmico vai tirar nota baixa”. “Não, é porque termina tendo que participar disso, daquilo, pode não ter tempo de estudar...”, tinha muita gente do contra, não é? [...] Vera Rocha, Heloisa Helena. Que eu lembre mais, essas duas... Ah! Tinha uma também que era de psiquiatria, que já é falecida, a... Violeta. O Walcyr, que era professor de psiquiatria, também era bem... O Walcyr já tinha esse lado. [...] Tinha também a Cristina Figueiredo, que ainda existe, não é? A Cristina era aquela parte que achava que a gente tinha que estudar, que a gente tinha que fazer trabalho científico, que a gente tinha que ser a melhor da enfermagem brasileira, mas que a gente tinha que lutar também. Nunca foi do contra não.” (Mônica Suica)

“[...] E as pessoas não queriam se envolver, porque os professores daquela época marcavam os alunos que eram do centro acadêmico, porque achava que esses alunos não queriam estudar, só queriam viver de movimento estudantil, envolvido em festa, em viagem, aí precisava viajar, essas coisas. [...] E as dificuldades eram muitas e os professores eram... tinha que estudar muito. Então quando você se envolvia realmente como movimento estudantil, você terminava perdendo algumas matérias. Se você

fosse cair de cabeça mesmo, terminava pensando. E os professores não davam muita corja para a gente não (risos). ” (Tereza)

Para vencer essa disputa, era necessário então modificar a imagem que o ME vinha assumindo entre os estudantes e reconquistar a legitimidade de representar os estudantes de enfermagem. Como tática, o grupo político que vinha assumindo o CAEnf desde a sua criação decidiu compor uma chapa com um grupo menos “à esquerda” e com estudantes mais “bem vistos” no meio acadêmico para que “a comunidade acadêmica acreditasse mais no Centro Acadêmico”, conforme lembram Mônica Suica e Tereza Paula, eleitas coordenadora-geral e coordenadora de assistência estudantil, respectivamente, nesta eleição.

“Lembrei uma das coisas que me chamaram foi porque todo mundo que era, quem participava de Centro Acadêmico, tinha um preconceito no meio acadêmico entre os estudantes, não é? Quem participava do Centro Acadêmico geralmente tinham as médias mais baixas, perdia matérias, só queria saber de viagem, disso, daquilo, enfim... Aí tiveram a ideia de formar uma chapa onde misturasse pessoas que “gostavam de estudar”, entre aspas, o “gostar de estudar” entre aspas. Tipo, pessoas que tinham bom conceito entre os professores... para que a comunidade acadêmica acreditasse mais no Centro Acadêmico. Aí foi quando surgiu eu, a Tereza Paula, tinha a Rosa, outra amiga da gente que também acho que compunha a chapa. Que tinham notas altas, vamos dizer assim (risos). [...] Então eu não era aquela pessoa de perfil, mas justamente foi a ideia que as meninas tiveram para ganhar a eleição. Misturando as pessoas que eram tidas como as que farram, as que gostam de festa, que gosta de farra, saía da Ufal para tomar uma e as que eram patricinhas (risos).” (Mônica Suica)

“Porque todos diziam que quem participava do movimento estudantil, a gente não estudava. E não era bem assim, a gente estudava sim. [...] Porque era a visão que tinha mesmo. Quem participava de movimento estudantil, participava dessas coisas, era comunista, era contra tudo e todos, não é? E era o baderneiro, o que não queria estudar, então... e as dificuldades que tinham, então a gente ia atrás, mas era...” (Tereza)

A partir desta fala de Mônica Suica, evidenciam-se alguns aspectos da crise do ME, especialmente a não identificação dos estudantes com as ideologias e perspectivas políticas dos que ocupavam os cargos nas entidades estudantis. Assim, outra maneira de mudar a percepção da base foi tentar desvincular o CAEnf 12 de Maio do PCdoB, identificada na fala do coordenador-geral na primeira reunião da chapa vencedora, em que frisa o apartidarismo da entidade.

“Iniciando esta reunião, o coordenador geral José Sival falou aos presentes sobre a importância do CA para os estudantes, a necessidade da integração com os outros CAs e da posição política e apartidária que o CA deve manter” (trecho da ata da 1ª Reunião da gestão “Consciência”, datada de 06/10/1987)

Ganhando a luta política, a diretoria do CAEnf 12 de Maio empossada em outubro de 1987, abraçou a tarefa de reorganizar internamente a entidade. Dessa forma, nesse mesmo ano houve mudança na estrutura organizacional que passou a ser composta por coordenações. Essa

alteração pode ser entendida como um outro meio de aproximar-se mais dos estudantes, tornando o organograma mais horizontal e mais participativo, integrando estudantes do ciclo profissional e do ciclo básico, conforme o trecho no *Fac Símile 11*. Em 1989 ocorreu outra modificação na estrutura organizacional, dessa vez com a realização de assembleia para alterar estatutariamente.

Fac símile 11- Trecho do livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

A estrutura organizacional da diretoria do Centro Acadêmico apresentava-se da seguinte maneira: Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Vice-Secretária, Tesoureira, Vice-Tesoureira, além de um Conselho de Coordenadores nas seguintes áreas: Imprensa, Finanças, Esportes, Cultura e Assuntos Comunitários. Apresentava ainda, um Conselho de Representantes de turmas. Esta estrutura funcionou até 1987, quando a diretoria passou a ser composta por coordenações, da seguinte maneira: Coordenação Geral, Secretaria Geral, Tesouraria, Coordenação de Imprensa, de Cultura, de Assistência Estudantil, de Pesquisa e Ciências e de Esportes. Em 1989, é reestruturado o estatuto e novamente modifica-se a estrutura organizacional da diretoria ficando da seguinte maneira: Coordenação Geral, Secretaria Geral, Coordenação de Finanças, Coordenação de Esporte e Cultura, Coordenação de Assuntos Estudantis, Coordenação de Divulgação e Imprensa e Coordenação de Assuntos Comunitários. Esta es-

Fonte: Arquivo LADOPHE

Ao reativar alguns espaços estratégicos de comunicação com os estudantes, como já mencionado, segundo o registro da ata de reunião com representantes de turma, a gestão procurou atender às demandas trazidas, conforme o depoimento de Monica Suica sobre as lutas empreendidas em sua gestão. Reassumindo, por exemplo, algumas pautas estudantis em relação à infraestrutura mínima para funcionamento do curso, bem como realizando recepção mais acolhedora dos feras, promovendo aulas inaugurais e reivindicando a abertura de estágio extracurricular no HUPAA. Além disso, como tática também, visando adequar-se aos novos anseios dos estudantes, houve a criação da Associação Atlética Acadêmica de Enfermagem. Cumpre frisar aqui a participação e o apoio do CAEnf 12 de Maio nas manifestações organizadas pelo DCE nesse período (1987-1988), também por melhores condições de assistência estudantil, descritas mais acima.

“Primeiramente falou a estudante Alcir Maria, representante do 1º período, colocando que o maior problema enfrentado pelos estudantes foi a falta de base p/ a matéria de anatomia e a desintegração existente entre os estudantes e também a falta de informações sobre o curso. Ela sugeriu que se fizesse no início de cada semestre uma reunião com os estudantes afim de esclarecê-los melhor. Logo em seguida falou a

estudante Rosa Maria, representante do 2º período, colocando que entre os problemas enfrentados, os mais graves são o não cumprimento do horário das aulas pelo professor de bioquímica, a falta de material para as aulas práticas de fisiologia e farmacologia e o comportamento ditador do prof. de farmacologia, Edmisson. Ela sugeriu que se falasse com o prof. de bioquímica e que se fizesse uma reunião com os professores p/ exigir material para as aulas práticas. [...] Continuando, falou a representante do 5º período, estudante Nazaré Farias. Ela colocou que um dos maiores problemas é a falta de campo de estágios, pois o H.U. não oferece condições para tal. Falou também que deveria haver uma maior integração entre as turmas” (trecho da ata nº 06 da reunião da gestão “Consciência” com representantes de turma, datada de 07/12/1987).

“[...] Aí depois teve algumas lutas. A gente estudava no... o CSAU era num galpão. Isso. Era muito calor. [...] Foi quando surgiu... Até os professores e todo mundo da saúde, não é? Tinha toda uma luta para que a gente saísse de lá. [...] Aí talvez chamou a atenção e o pessoal “Ah, então não é só isso, eu também posso”, tipo, “Ah, eu não vou ter aquele acesso, vou nada!”, “Ah, para ser do centro acadêmico tem que ser assim ou...” [...] Teve coisas em relação ao HU também que a gente participou, o Hospital Universitário, não é? Em relação a questão de você dar plantão lá... Porque na época eles diziam que não tinha como ter. [...] Aí o sonho da gente era o HU, que era porta aberta. Aí teve esse estágio lá. Eu lembro de eu ir lá, final de semana, almoçando lá no restaurante, que era a luta que eles diziam que não tinha como dar almoço ao estudante por isso não tinha estágio [...] E a gente começou a participar mais junto com o DCE, aí surgiu algumas outras ideias de acolher melhor o estudante, fazer umas brincadeiras [...] aí isso depois, que eu não lembro se foi com a gente ou se foi já decorrente disso, existia o acolhimento lá mesmo no Departamento de Enfermagem, começou a receber o estudante e aí existia essa “sabe o que é ser enfermeiro?”, etc.” (Mônica Suica)

Depreende-se, portanto, o enfoque desta gestão na atenção aos problemas sentidos pelos estudantes no seu cotidiano na universidade. Juntamente a isso, o fato das estudantes que tinham um bom desempenho acadêmico conseguirem mantê-lo mesmo assumindo o compromisso com a entidade contribuiu para recoloca-la numa posição de reconhecimento e respeito no campo. Assim, as estratégias adotadas para voltar a possuir a procuração concedida pelos estudantes de enfermagem para representa-los, mostraram-se exitosas. Não somente através da vitória na disputa eleitoral, mas também por conseguir desconstruir parte desse paradigma, mesmo que momentaneamente.

“Porque era assim... a gente que era do movimento estudantil, eles achavam que a gente que era do movimento estudantil, a gente não estudava, não é? A gente só queria participar do movimento. Então a gente tinha que se desdobrar para tirar nota boa, uma boa nota que era para mostrar a eles que a gente não tinha esse problema. Eu acho que comigo mesmo, eu acho que eu num tive uma coisa assim não. [...] Via bem parecido com a história de quem era do centro acadêmico não queria nada. Mas como a gente gostava de estudar e a gente tinha um grupo que gostava de estudar, a gente tirava notas boas, então, aí foi meio que desmistificando essa coisa.” (Tereza)

“Mas eu percebi que depois da gente, vamos dizer assim, houve mais uma movimentação, todo mundo querendo depois participar. Depois já se formava melhor as chapas, entendeu? Não tinha tanto preconceito, vamos dizer, se seria essa palavra. [...] talvez, como o povo dizia na época, não ficou uma coisa tão “Ah, só política!” ou “não, quem é de centro acadêmico é porque é da esquerda”. Não ficou tão essa cara mais de centro acadêmico na minha época. [...] Na minha gestão, eu lembro, isso me

marcou muito... foi essa questão de desmistificar essa onda de que quem era do centro acadêmico tinha que não estudar ou que não estudava, que tinha que ser uma pessoa que gostasse de droga ou isso e aquilo, entendeu? E aí foi quando a gente colocou um ponto final nisso, eu acho [...] E a gente se tornou bem respeitado no meio acadêmico com os professores e tudo, eu nunca perdi uma matéria, mesmo participando. ” (Mônica Suica)

Assim, a próxima gestão, não coincidentemente, foi denominada “Vamos precisar de todo mundo” (1989-1990), ao retomar o trecho do depoimento de Tereza Paula, coordenadora geral dessa diretoria, sobre a sempre e cada vez mais presente, apesar dos avanços, dificuldade em conseguir pessoas para liderar a entidade.

“Tanto que eu ficava mais de fora, mas aí aqui (quando assumiu a coordenação geral), eu disse “não, eu vou...”. “Bora, bora! A gente precisa de uma pessoa. Bora, bora!” “Tá certo, eu encabeço, mas eu já estou no final...” “Não, mas a gente ajuda...”. Aquela coisa, não é? E foi isso que aconteceu, era desse jeito. ” (Tereza)

Nacionalmente, desde o fim do regime militar em 1985, o ME organizado pautava nos congressos da UNE “a participação dos estudantes no processo de intervenção da Constituinte, visando a garantia dos direitos sociais na nova Constituição” (MESQUITA, 2001, p. 97). Além desta questão, o XL Congresso da UNE realizado em Brasília em 1989, o congresso encaminhou o posicionamento da entidade sobre as eleições diretas para presidente que ocorreriam neste mesmo ano, bem como a luta em defesa do ensino público e estatal (MESQUITA, 2001).

Dessa forma, por conseguinte, essa diretoria foi marcada pela manutenção da relação de proximidade com os interesses dos estudantes, sem perder de vista as discussões sobre educação e política em um contexto de consolidação democrática. Dando continuidade e aprimorando os esforços e estratégias empreendidas na gestão passada, como a elaboração e distribuição do “Manual do Estudante de Enfermagem”, lembrado no depoimento a seguir de Tereza, levantando uma ação junto à direção do CSAU pela implantação de chuveiros e bebedouros neste prédio, a promoção da II Semana Universitária de Estudantes de Enfermagem com os temas: “A importância e a função do Hospital Universitário na formação do enfermeiro”; “O papel social da Universidade e a crises da educação no Brasil” e “A reforma curricular e o papel social do enfermeiro”, dentre outras atividades.

“[...] A gente fez um manual, tinha um manual mesmo do estudante de Enfermagem... A gente botava algumas coisas assim como matrícula, pré-matrícula, essas coisas e ia orientando. [...] Sim, sim. E a gente tentava depois dizer como é que se dá a pré-matrícula, a matrícula, o que é que eles precisavam, a gente tentava ajudar” (Tereza)

Nesse período também houve uma participação mais efetiva do CAEnf na construção da Executiva do curso, iniciada em 1988 ainda na gestão “Consciência” (1987-1989), quando esta promoveu e sediou o XXXVII Conselho Nacional de Entidades Estudantes de Enfermagem (Coneenf), e que resultou na conquista da diretoria tanto da Executiva Nacional quanto da Regional na gestão 1989-1990 e na articulação para realizar o XIV ENEEN em Maceió, conforme será descrito mais detalhadamente no tópico seguinte. Vale lembrar que o contato com a ENEEnf nunca deixou de existir. Assim, ainda eram organizadas as festas e eventos para arrecadar dinheiro para participação dos estudantes nos encontros nacionais e regionais.

Sobre essas conquistas do CAEnf 12 de Maio no MEENf, merece destaque a atuação de José Sival. Ao assumir a coordenação geral da entidade, recém-chegado à Universidade, demonstrava relevante capacidade de liderança incorporada como *habitus* secundário, decerto por sua anterior participação no ME secundarista. Com isso, ganhou notoriedade como articulador com outras entidades estudantis, representando o CAEnf da Ufal, conforme seu depoimento no *Fac Símile* 12. Tanto que na gestão 1989-1990 assumiu um cargo inexistente na estrutura organizacional oficial, o de “Relações Públicas”. Foi, inclusive, coordenador-geral do DCE em 1988.

Fac símile 12- Trecho do depoimento de José Sival no livreto “10 ANOS DELUTA 1981-1991”

Iniciei minha participação no movimento estudantil, quando ainda era ginasiano. Fiz parte dos centros cívicos existentes na década de 80, onde era proibido falar contra o sistema vigente. Em 1987, ingresso na Universidade Federal de Alagoas, no curso de Enfermagem. Fui logo apresentado à Presidente do Centro Acadêmico, que convidou-me a fazer parte do mesmo. Nem sabia direito o que era C.A., DCE, UNE, mas mesmo assim me envolvi de corpo e alma no movimento estudantil universitário. Ainda inexperiente, concordei em disputar a eleição para diretoria do Centro Acadêmico em 1987, saindo a chapa a que pertencia vencedora. Fui coordenador dessa entidade por duas gestões. Em 1988, segui em frente e dispuetei a coordenação geral do Diretório Central dos Estudantes da UFAL, saindo vitorioso também. Em 1989, fui escolhido para representar o Nordeste, através do Centro Acadêmico de Enfermagem da UFAL, na Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ocupando o cargo de coordenador geral) e na Executiva Regional dos Estudantes de Enfermagem. Tinha pretensão de fazer parte da diretoria da UNE, mas desisti da idéia, por não concordar com a maneira como era feito o movimento estudantil naquela entidade.

Fonte: Arquivo LADOPHE

Ao mesmo tempo em que aumentava seu capital simbólico no campo universitário, ao sobressair-se na organização política da ENEEnf e reconquistar o reconhecimento dos estudantes de enfermagem, o CAEnf 12 de Maio sentia a reverberação da crise do ME organizado, que se intensificava nacionalmente, ao eleger suas três próximas gestões por assembleia geral, seguramente influenciados por esse contexto também. Uma vez que nestas assembleias haviam pautas além da eleição da diretoria da entidade.

Na primeira, conforme registro em ata, foi discutido o decreto presidencial nº 99.180 de 04 de maio de 1990, ainda assim, o número de assinaturas dos estudantes presentes foi inferior ao número de votos que elegeu a gestão anterior. Na assembleia seguinte houveram vários pontos de pauta além da eleição e dentre eles “especialmente o ‘projeto’ do Governo Federal incluindo a privatização das universidades federais”, conforme Ata da Assembleia Geral dos estudantes, datada de 09 de abril de 1991. E na que elegeu a gestão “Desafios e avanços” (1992-1993), além desta pauta, houve outra alteração estatutária e uma palestra sobre cólera e meningite como “incentivo da participação dos Estudantes”.

“Aos dezoito dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa, às dez horas na sala de reuniões do centro de ciências da saúde da Universidade Federal de Alagoas, no campus A.C. Simões, realizou-se a assembleia dos estudantes de enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, para discutir e fazer a eleição para a diretoria do centro acadêmico e para discutir e se posicionar com relação ao decreto presidencial nº 99.180 de 04 de maio de 1990, que trata da reforma administrativa. [...] Na oportunidade vários estudantes se colocaram e foi deliberado que o centro acadêmico lançaria uma nota de repúdio a essas medidas e que esta nota seria entregue à administração superior da UFAL, à comunidade universitária, aos setores organizados da sociedade e também seria divulgada nos meios de comunicação. Dando prosseguimento, o presidente da assembleia e coordenador interino do centro acadêmico, empossou a nova diretoria do centro acadêmico e a assembleia foi encerrada às 11:40h (onze horas e quarenta minutos)” (trecho da ata da Assembleia geral dos estudantes de Enfermagem da Universidade federal de Alagoas, datada de 18/05/1990)

“Iniciando a Assembleia o coordenador geral José Sival Clemente, convidou para compor a mesa o prof. Radjalma do Curso de Economia, onde fez a exposição do projeto do Governo, convidando a todos os estudantes e professores a mobilização das Universidades, para que estejamos fortes e unidos na luta contra a privatização da universidade. Em seguida foi dada a indicação da nova chapa da diretoria do C.A. de Enfermagem 12 de Maio [...]” (trecho da ata da Assembleia Geral dos estudantes de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, datada de 09/04/1991)

“Decidimos também marcamos uma Assembleia Geral dos Estudantes de Enfermagem no dia 25/03/92 (vinte e cinco de março do corrente ano), onde seria eleita a nova diretoria para o ano 93/94. E como incentivo da participação dos estudantes nesta Assembleia seria realizada uma palestra sobre cólera e meningite com prof. Francisco Brandão da disciplina D. Transmissível” (trecho da ata de reunião ordinária da diretoria do Centro Acadêmico 12 de Maio, datada de 13/03/1992).

Da mesma forma que a redemocratização, o processo da Constituinte no Brasil foi marcado pela disputa entre os setores progressistas e a elite conservadora. Assim, mesmo com as conquistas no campo da educação referentes ao financiamento e aos direitos trabalhistas dos servidores públicos, algumas brechas tornaram possível o avanço neoliberal em um contexto de globalização e de reestruturação capitalista (MOREIRA; MOREIRA; SOARES, 2018).

No início da década da 90 na gestão do ministro Goldemberg (1991-1992) foram debatidas algumas tentativas de reforma na educação buscando adequar-se às recomendações de organismos internacionais Banco Mundial principalmente, que propunha

como política educacional a reforma do financiamento e da administração da educação, redefinindo a função do governo ao atendimento às minorias; estreitamento do setor privado na educação profissional; maior articulação com o setor privado; autonomia das instituições e maior eficiência no gasto social como medida de contenção da pobreza (DAMBROS; MUSSIO, 2014, p. 08)

Em meio a essas discussões, as grandes greves nas instituições federais de ensino superior (IFES) que mobilizaram os anos 80, continuaram a acontecer nessa década. No entanto as entidades tradicionais do ME organizado estavam bastante enfraquecidas, refletindo na participação estudantil nestas mobilizações, que cada vez mais perdia força no debate da redemocratização. Tanto que pelo registro de atas das reuniões de diretoria, a atuação do CAEnf 12 de Maio na defesa da ensino superior público de qualidade foi pauta até a gestão “Vivação” (1990-1991), dentre as que compõem o recorte deste estudo. A exemplo do trecho da ata da 2ª reunião desta diretoria:

“Dando continuidade, foi discutido a posição que o centro acadêmico tomaria frente às ameaças de fechamento do curso de enfermagem, como parte dos cortes de verbas na universidade e conseqüentemente a demissão dos professores, proposto pelo governo federal. O assunto foi muito discutido e foi concluído que o centro acadêmico deveria lançar uma nota de repúdio para ser entregue a comunidade universitária e a toda sociedade, além de mobilizar os estudantes para participar de atos e passeatas em defesa da universidade” (trecho da ata da 2ª reunião da diretoria do Centro Acadêmico de Enfermagem, gestão “Vivação”, datada de 22/05/1990)

Neste contexto de reformas neoliberais que marcou o início da década de 1990, as entidades de classe e os movimentos sociais da educação reforçavam a defesa da democratização do ensino e valorização das universidades públicas. Em 1991 ocorreu uma importante greve nacional das IFES, que durou 107 dias. As reivindicações incluíam reajuste salarial, repasse das verbas previstas para as IFES, abertura de concurso público e eleições diretas e democráticas para escolha dos dirigentes das IFES. Apesar dessa conjuntura, a gestão “10 anos de luta” (1991-1992) não debateu nenhuma forma de construção da paralisação junto

aos docentes e técnicos, conforme trecho do registro de ata de reunião realizada por ocasião de tal mobilização, em que esta aparece apenas como informe.

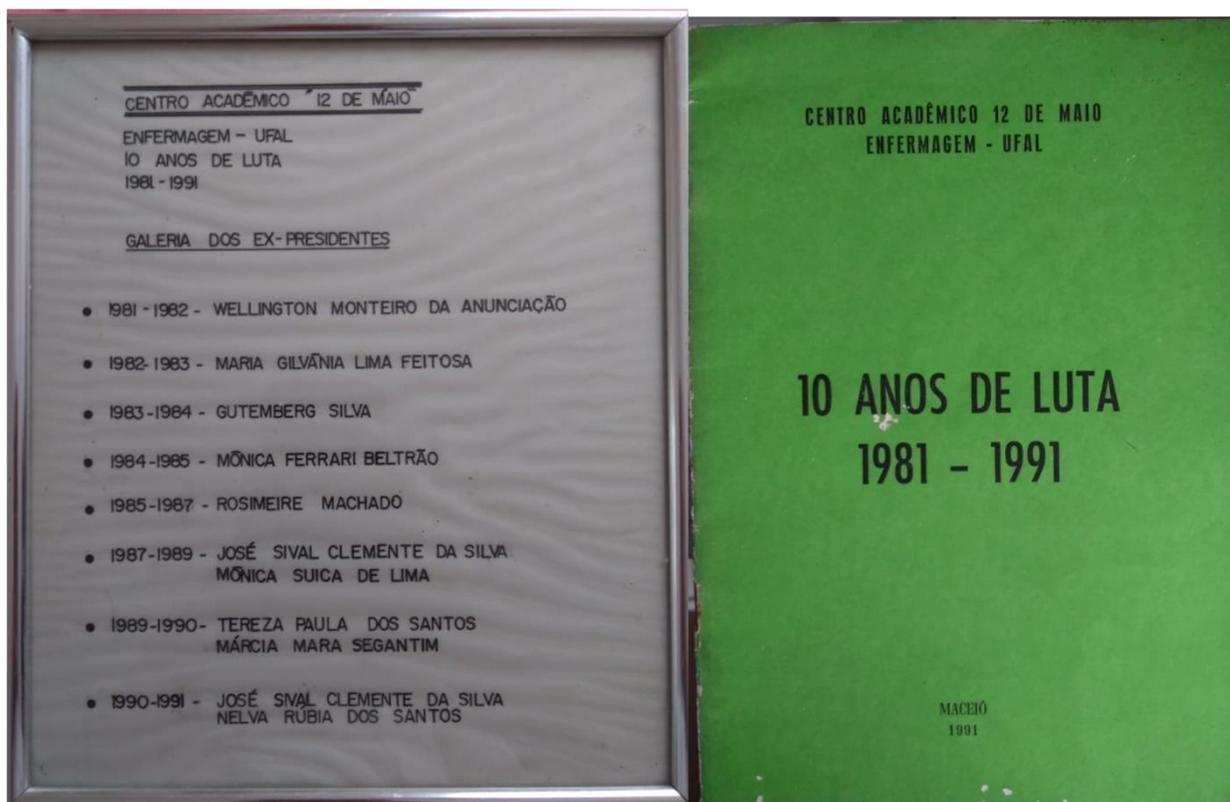
“Foi passado também os informes da Greve dos professores da Ufal, que na assembleia do dia 11/06 decidiram continuar a greve dos docentes. A universidade continua com suas atividades paralisadas por tempo indeterminado. Em seguida discutimos o ponto mais importante da reunião. O XIV ENEEN” (trecho da ata de reunião extraordinária da gestão “10 anos de luta”, datada de 12/06/1991)

Essa gestão, inclusive, enfatizou bastante as questões corporativas da Enfermagem, como organização dos eventos para arrecadar dinheiro para participação no XIV ENEEN em Belo Horizonte/MG, principalmente, bem como os preparativos e articulações iniciais para a realização do XV ENEEN em Maceió no ano seguinte, a construção da Semana de Enfermagem, a participação na I Oficina de Trabalho “A prática da Enfermagem e a municipalização dos serviços de saúde” e no IX Encontro de Enfermeiros do Nordeste, ambos promovidos pela ABEN/AL e a promoção da II Semana Cultural de Enfermagem para comemorar os 10 anos do Centro Acadêmico de Enfermagem, contando sua história.

“Em seguida foi apresentada a proposta do Enf^{do} José Sival sobre a Semana de Cultura da Enfermagem em comemoração aos 10 ANOS DO CENTRO ACADÊMICO, ficou decidido que seria realizada nos dias 27, 28 e 29 de novembro do corrente ano [...]” (trecho da ata de reunião ordinária da gestão “10 anos de luta”, datada de 23/10/1991)

“Em seguida foi apresentado o programa da comemoração dos 10 anos do C.A. estando o mesmo assim definido, dia 27/11/91 às 8:00h no auditório do CSAU, solenidade de abertura, às 8:30h apresentação de 03 teses c/ debate, às 10:30 intervalo para apresentação do folclore e lanche, encerramento das atividades da manhã. Às 14:00 Enfermagem na Rua, exposição da História da Enfermagem no Iguatemi. No dia 28/11 às 8:00 apresentação de 04 trabalhos científicos dos alunos do curso, e às 14:00 Enfermagem na Rua, em frente ao cinema São Luiz. Sexta dia 29/11 às 8:00 conferência c/ a Enf^o Lidete de Sergipe sobre Administração por Objetivos, com debate, às 10:00h Homenagem aos ex-coordenadores do C.A. Aposição da placa dos 10 anos do C.A. e lançamento de um livreto de autoria do Enf^{do} José Sival sobre a História do Centro Acadêmico, finalizando com um cokitel. Esta programação foi aprovada por unanimidade e ficando para ser confeccionado o programa e os convites, scidimos por 150 programas e 50 convites” (trecho da ata de reunião ordinária da gestão “10 anos de luta”, datada de 06/11/1991)

Figura 5- Quadro e livreto feitos pelo CAEnf 12 de Maio em comemoração aos seus 10 anos.



Fonte: Arquivo LADOPHE

Esse evento comemorativo, organizado pelo CAEnf 12 de Maio para divulgar sua trajetória de lutas, bem como o material produzido por ocasião deste momento, são uma importante representação material do efeito simbólico da consolidação da entidade no curso de Enfermagem, que possibilitou, inclusive, sua consolidação também no MEEnf, materializada com a realização do XV ENEEN em Maceió, tendo em vista que contou novamente com o capital simbólico do curso no campo da UFAL para que se concretizasse em tempos de precarização das IFES.

“Onde nos foi passado os seguintes informes: o ENEEN será realizado no período de 04 a 11 de outubro em Maceió, donde a coordenadora do curso de enfermagem profª Enª Bárbara Allen, ficou encarregada de encaminhar os ofícios o alojamento e a refeição a Reitoria, como também a solicitação dos banheiros do departamento de Educação Física, o alojamento será no CSAU. A prof. Bárbara ficou responsável em providenciar quinhentos certificados” (trecho da ata de reunião ordinária da diretoria do Centro Acadêmico 12 de Maio, datada de 13/03/1992)

Conforme exposto neste tópico, foram muitos os efeitos simbólicos, ao final destes dez primeiros anos, advindos da implantação e consolidação do CAEnf 12 de Maio no campo universitário e no ME. Os lucros obtidos vão desde a participação em espaços deliberativos

importantes na Universidade, o reconhecimento enquanto entidade representativa entre a sua base e o corpo docente do curso de Graduação em Enfermagem ou ainda a atuação expressiva no ME da UFAL e no MEEenf, que será especificamente abordado no tópico a seguir.

4.2 Atuação na Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem

Merece destaque um dos principais efeitos simbólicos dos dez primeiros anos de existência do Centro Acadêmico de Enfermagem da UFAL, qual seja a construção cada vez mais ativa da ENEenf. Por isso, esse processo de articulação com a entidade máxima de representação dos estudantes de enfermagem no Brasil será descrito neste tópico. A partir do primeiro contato do CAenf 12 de Maio com a Executiva, no I Encontro Nordeste de Enfermagem em 1981, a entidade começou a se organizar no MEEenf nacionalmente. Não apenas participando das discussões e das deliberações acerca do posicionamento da entidade nas questões conjunturais e da enfermagem que aconteciam nos Encontros Nacionais e/ou Regionais de Estudantes de Enfermagem, mas também planejando esses eventos anuais junto a outras entidades de base da enfermagem nos Conselhos Nacionais de Entidades Estudantis de Enfermagem (Coneenf).

A exemplo da maioria das executivas de curso, a ENEenf foi fundada no final da década de 1970 com o propósito de “debater questões e problemas de cunho mais específico e corporativo” (MESQUITA, 2006, p. 25). Reiterando isso, o Resumo do Relatório de Encontros de ENEenf enviados à ABenf por Lúcio J. Vieira, delegado e organizador do III Encontro, nos primeiros ENEenf afirma que as discussões estudantis centraram-se nos desafios para o reconhecimento científico e social da profissão.

Assim, no início da década de 80, quando a ENEenf ainda dava seus primeiros passos no objetivo de representar e congregar expressiva e politicamente os estudantes de enfermagem do Brasil, o CAenf 12 de Maio mantinha uma articulação muito mais enérgica com outras entidades representativas do que com a Executiva do curso, no sentido de formação e organização política. Apesar da participação dos estudantes de enfermagem da UFAL nos ENEenf ter sido sempre uma das principais pautas do CAenf, esta pode ser compreendida, a partir das falas dos depoentes, muito mais como uma estratégia de consolidação da entidade entre os estudantes do que a identificação com a representação da Executiva.

Tanto é que os depoentes, ao serem perguntados sobre essa articulação com a diretoria da executiva e com centros e diretórios acadêmicos de outros estados, enfatizaram essa mobilização anterior para estarem nos ENEenf, descritas no tópico anterior. Dessa forma, a integração com a ENEenf se resumia a presença nos encontros nacionais e no planejamento

destes. Esse último acontecia nas reuniões do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Enfermagem (Coneenf), das quais participavam apenas alguns membros da diretoria do CAEnf 12 de Maio, iniciando em 1983.

“E a gente recebia das Executivas Nacionais as correspondências dizendo “Vai ter reunião tal” ou “Reunião tal foi adiada”, “Vai ser em local tal”... tá entendendo? Eram encontros preparatórios pra definir temas, palestrantes, passagens, se ia ser de graça, se não ia ser... como é que iria conseguir...através da reitoria...” (Rosimeire)

“Era a articulação quando a gente ia para os encontros que terminavam se entendendo. EU lembro que tinha um pessoal do Espírito Santo que a gente tinha uma ligação boa. Eu acho que o pessoal de São Paulo também, por ser mais avançado, a gente ainda conseguia falar. Mas não era uma articulação forte não. Não era uma coisa forte não” (Tereza)

“Mas com os centros acadêmicos de outros estados tinha muito não [articulação], só no congresso mesmo. Aí a gente sabia quem defendia isso, quem defendia aquilo, e se juntava no encontro para votar no mesmo... nos mesmos interesses do nosso” (Mônica Beltrão)

Nessa fala de Mônica Beltrão, evidencia-se um aspecto muito relevante no que diz respeito às formas de atuação, organização e à estrutura da ENEEnf, pelo menos inicialmente, que é a disputa interna de diferentes forças políticas, geralmente ligadas a partidos. Apesar das executivas de curso ser, cada uma a seu modo, um espaço próprio de luta dos estudantes com uma lógica específica que o difere dos espaços tradicionais do ME, estas “também o são da UNE, que mantém uma posição de diálogo e interlocução, nem sempre tão tranquilo” (MESQUITA, 2006, p.189). Assim como são constituídas por centros e diretórios acadêmicos, o que inevitavelmente as aproxima das práticas do “movimento estudantil clássico” (MESQUITA, 2006). Não diferentemente, a Executiva de Enfermagem foi sendo forjada, em certa medida, nesses moldes, o que se revela nas falas das depoentes abaixo:

“[...] mas, assim, discutia muito o atual, né?...a conjuntura. Tinha muitos centros acadêmicos que eram ligados a uns certos partidos políticos. Na época o PT já tinha...era o PT, o que dominava mais era o PCdoB, tinha o PCB, tinha os anarquistas. Cada um que saía puxando, né? Para o seu...” (Rosimeire)

“A gente brilhou muito em um encontro que foi feito na Paraíba. [...] E um dos encontros que a gente teve uma atuação brilhante, que as pessoas participaram muito, porque às vezes tem uns que vão só para passear, não é? E dessa vez a gente conseguiu manter o pessoal na plenária, porque havia uma briga entre aprovar a diretoria da UNE ou não. E a gente era a favor da aprovação diretoria da UNE que tinha sido eleita. Então, a gente fez faixa, tudo no alojamento, compramos faixa, fizemos as letras, abrimos as letras e na hora do congresso, entramos com a faixa, aí foi muito bonita a nossa ida... foi em João Pessoa. [...] Porque quem perdeu estava querendo não deixar a outra, a diretoria que ganhou, assumir. Eram umas questões internas da UNE [...] Porque na época o movimento estudantil era dividido, assim, em algumas correntes e a corrente que ganhou, a maioria que ficou na UNE era da corrente “Viração”. Mas tinha a corrente “Libelu”, Liberdade e Luta, tinha várias outras correntes. Então, foi

contra a liberdade e luta que a gente ganhou. Aí a gente apoiou a que ganhou mesmo, a ‘Viração’ ” (Mônica Beltrão)

Além da reprodução das disputas entre as tendências que aconteciam na UNE, por esse trecho do depoimento de Mônica nota-se que, mesmo no ano em que o CAEnf 12 de Maio vivenciava dificuldades internas para conseguir arregimentar pessoas para o movimento, a entidade começava a se destacar na atuação nos espaços da Executiva. Esse movimento se fortaleceu a partir de 1987, com a gestão “Consciência” e especificamente com a atuação do seu coordenador-geral, José Sival, portador de expressivo capital político. É no final da década de 80 também que as executivas de curso começam a ganhar mais força no movimento (MESQUITA, 2001). Certamente porque as executivas acabavam sendo um espaço “alternativo” para fortalecer o movimento estudantil através da sua base, tendo em vista que as discussões neste conversavam diretamente com as questões do cotidiano dos estudantes.

A partir dessa atuação, o XXXVII Coneenf de 1988 foi realizado pela primeira vez em Maceió. No ano seguinte, o Centro Acadêmico de enfermagem da Ufal foi uma das apenas duas entidades de base do Nordeste que esteve presente no XXXVIII Coneenf. Por conseguinte, no XIII ENEEN realizado no mesmo ano em Brasília, o CAEnf assume parte da diretoria da Executiva Nacional e a Executiva Regional dos Estudantes de Enfermagem na gestão 1989-1990. Aqui é importante citar que exatamente neste ano, a tendência “Viração”, à qual ainda tinha forte influência no DCE da UFAL e no CAEnf 12 de Maio, através dos seus militantes nos cargos destas entidades, perde a eleição da diretoria da UNE para tendências ligadas ao PT (MESQUITA, 2006; MEDEIROS E CASTANHO, 2014). Assim, talvez o investimento do centro acadêmico na construção da Executiva esteja relacionado à perda da hegemonia do PCdoB na UNE, que vinha desde a sua reconstrução.

Prosseguindo nessa investida de ocupação da Executiva, ainda em 1989 o CAEnf articulou a realização do XIV ENEEN em Maceió para o ano seguinte. Foram feitas duas reuniões da Comissão Organizadora do evento contando com a presença de representantes do CAEnf da Universidade Federal de Sergipe, além de uma audiência com a reitora Delza Gitai para entregar o projeto do encontro e solicitar o apoio da Ufal. Porém, em meio ao crescente subfinanciamento das universidades federais, o ENEEN de 1990 não ocorreu “tendo em vista a situação da universidade no momento, e a dificuldade em conseguir alojamento e alimentação para os participantes”, conforme registrado em Ata de reunião ordinária da diretoria do CAEnf, datada de 18 de maio de 1990. O XIV Encontro aconteceu em 1991, em Belo Horizonte/MG.

Apesar desse episódio, o CAEnf 12 de Maio permaneceu construindo ativamente a Executiva, promovendo junto às demais entidades que a constituem, o I Seminário de Política

Estudantil na Enfermagem, realizado em Florianópolis/SC em 1991 e, enfim, em 1992 sediou o XV ENEEN.

Reafirma-se, portanto, que a crescente articulação do CAEnf 12 de Maio com a ENEEnf e consequente consolidação no MEEnf nacional proporcionou à entidade de base ganhos simbólicos importantes. Assumindo, então, uma posição de reconhecimento ao participar da gestão da Executiva a nível regional e nacional, influenciando nos posicionamentos desta e sediando reuniões e encontros.

CONCLUSÃO

Contar a história dos bastidores dos dez primeiros anos de existência do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio a partir da perspectiva dos atores sociais que construíram a entidade nesse período, descrevendo e discutindo as estratégias utilizadas nas lutas simbólicas por eles empreendidas e dos efeitos simbólicos delas resultantes, é apenas um primeiro passo para conhecer a História do Movimento Estudantil de Enfermagem em Alagoas.

Assim, dada a abrangência do objeto, este estudo não esgota as possibilidades de análise e discussão mais aprofundadas e/ou sob outras perspectivas dos efeitos simbólicos advindos do processo de consolidação da entidade, bem como dos conflitos e das relações de poder que o permeiam. Especialmente ao se considerar a quantidade e a riqueza das informações presentes nas fontes desta pesquisa.

O acontecimento da criação do centro acadêmico foi impulsionado por atores sociais que vivenciavam localmente as repercussões da efervescente conjuntura do processo de reconstrução do Movimento Estudantil no Brasil ao final da década de 1970, marcada por intensa reorganização dos setores progressistas da sociedade. Na UFAL, as entidades representativas das diversas categorias (DCE, Assufal e Adufal) mobilizavam suas bases em torno dessa luta. Entre os discentes, o DCE teve um importante papel para reorganizar politicamente o ME da Ufal, através de reuniões sistemáticas nesse período. Aliado a este cenário, o curso de enfermagem buscava se consolidar na universidade, empreendendo lutas simbólicas que também proporcionaram as condições necessárias para a fundação do CAEnf 12 de Maio em maio de 1981.

Para subsidiar a compreensão do significado e da amplitude que foi a atuação do Movimento Estudantil nesse momento do país, foi apresentado um resgate histórico do ME no Brasil e no estado de Alagoas. Procurou-se elencar sucintamente as principais discussões que nortearam suas frentes de luta e posicionamento no decorrer da História do Brasil, com enfoque para as características econômicas, sociais e políticos que cercavam a atuação do movimento durante o processo de redemocratização, período no qual se insere grande parte do recorte temporal deste estudo.

Nessa complexa trama dos 10 anos do CAEnf 12 de Maio, narrada ao longo deste trabalho, várias foram as estratégias utilizadas para consolidação da entidade no campo universitário. Realizando um importante trabalho de base através de métodos de comunicação e aproximação com os estudantes, como a confecção e distribuição de um boletim informativo, convocação para o Conselho de Representantes de Turma, realização de grupos estudos e de eventos culturais com objetivo de financiar a participação nos Encontros Nacionais dos

Estudantes de Enfermagem. Com isso, a entidade foi sendo reconhecida como necessária e legítima representação discente também entre o corpo docente.

Tal reconhecimento da atuação do CAEnf no curso, somado ao volumoso capital político das docentes, foi essencial para que a entidade pudesse se posicionar em um lugar importante no campo universitário. Os depoimentos e os documentos também evidenciaram a participação ativa dos representantes discentes da enfermagem no ME da Ufal, articulando as lutas, unificando as pautas e construindo efetivamente o Diretório Central dos Estudantes, tanto na direção como nos espaços de discussão e formação política.

Saindo do campo da Ufal, outro importante efeito simbólico da atuação da entidade foi a articulação com o Movimento Estudantil de Enfermagem em âmbito nacional, por meio da Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem. Com a criação do CAEnf 12 de Maio, a enfermagem alagoana iniciou sua participação no MEEnf, antes inexistente, o que passou a ser prioridade da entidade ao longo dos 10 primeiros anos. Com isso, a atuação nacional no MEEnf ganhou notoriedade ao final da década de 1980 e início da década de 1990, ao participarem da direção da Executiva e sediarem suas reuniões e eventos.

Com estas breves considerações, afirma-se que os objetivos propostos inicialmente foram alcançados. Por fim, conclui-se que a partir da análise das fontes, as circunstâncias que configuravam o espaço social de lutas do Centro Acadêmico 12 de Maio, tanto macro quanto micropolítico, foram favoráveis à sua criação. Afirma-se ainda que, fruto das lutas simbólicas empreendidas pelos estudantes de enfermagem para implantação e consolidação de sua entidade de base, foram produzidos importantes efeitos simbólicos apresentados na discussão. Abrindo um campo fértil para investigação da politização destas estudantes no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Histórias dentro da história**. In: PINSKY, C. B. (org) Fontes históricas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- ARAUJO, M. P. N. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- AZEVEDO, M.; BRAGGIO, A.; CATANI, A. M. A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e sua Influência no Brasil: um foco no movimento estudantil antes do golpe de 1964. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, 9(13), pp 37-51. 2018.
- BACELLAR, C. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. B. (org) Fontes históricas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- BARROS, J. D'A. Fontes Históricas: revisitando aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, pp. 129-159, 2012.
- _____, J. D'A. **O projeto de Pesquisa em História: da escola do tema ao quadro teórico**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BESSA, M. N.; AMORIM, W. M. As circunstâncias de criação do diretório acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1955-1957). **Rev enferm UFPE on line**. 3(2):405-14. 2009.
- BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.
- _____, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____, P. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.
- BRASIL. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- _____. Lei n 7.395/1985. **Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e da outras providências**. Brasília, 1985.
- CANCIAN, R. Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.203-215, jan./jun. 2014.
- CAVALARI, R. M. **Os limites do Movimento estudantil: 1964 – 1980**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 163 de 28 de janeiro de 1972. Aprova a resolução que fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Graduação em

Enfermagem e Obstetrícia. Relator Raymundo Moniz de Aragão. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.25 n.1-2, p. 153-158, Brasília Jan./Apr. 1972.

COSTA, L. M. C.; SANTOS, R. M.; SANTOS, T. C. F.; TREZZA, M. C. S. F.; LEITE, J. L. Contribuição do Projeto HOPE para a configuração da identidade profissional das primeiras enfermeiras alagoanas, 1973 a 1977. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 67, n. 4, Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n4/0034-7167-reben67-04-0535.pdf>

_____, L. M. C. **O curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (1973 – 1979):** Lutas simbólicas para criação, implantação e consolidação. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Rio de Janeiro, 2016.

DAMBROS, M; MUSSIO, B. R. **Política educacional brasileira:** a reforma dos anos 90 e suas implicações. 2018. In: Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 10, 2014, Florianópolis. X ANPED SUL. Florianópolis, 2014. Disponível em: < http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf > . Acesso em 15 ago 2019.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado:** sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM. Resumo do Relatório de Encontros de ENEEn. **Rev. Bras. Enferm.** vol.32 no.1 Brasília, 1979. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671979000100132. Acesso em 15 dez de 2018.

FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36. Editora UFPR. 2009.

FERNANDES, R. B. Pierre Bourdieu e a noção de liderança política. **Revista Ensaios**, v.2, n.3, ano 2, 2010.

FERRARO, K. P.; DAL RI, N. M. **Movimento estudantil e a democratização da universidade.** 2014. In: VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/movimento_karina.pdf. Acesso em 23 de set de 2018.

FREIRE, S. M. Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Rhela**, v 11, p. 131-146. 2008.

GEOVANINI, T. *et al.* **História da enfermagem:** versões e interpretações. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINEZ, F. W; CAMPOS, J. A sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica da FEATI**, n. 11, p. 01-15. 2015.

MEDEIROS, R. H. DE A.; CASTANHO, S. Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 180-194, mar 2014.

MESQUITA, M.R. **Juventude e Movimento Estudantil**: o “velho” e o “novo” na militância. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____, M. R. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, 117-149, 2003.

_____, M. R. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOREIRA, L. K. R; MOREIRA, L.R; SOARES, M. G. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexes. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 134-150, jan.-jun. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Rev. Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 575-584, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>. Acesso em 27 jan de 2019.

PIRES, C. D. de O; MELO, C. M. M. de. Gênese do movimento estudantil na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (1947-1959). **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 437-443, Sept. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 set 2018.

PROST, A. **Doze lições sobre história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

QUEIROZ, A. **Episódios da História de Alagoas**. 3ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2010.

RODRIGUES, R. E. **Movimento Estudantil de Enfermagem**: Formação e Práxis. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROSSI, P. M. **Os Acordos MEC-USAID no jornal O Estado de S. Paulo (1962-1973)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTANA, F. A. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, J.S.C. (Org.). **10 ANOS DE LUTA 1981-1991**. Maceió, 1991.

TICIANELI, E. Greve de Engenharia da Ufal em 1979. **História de Alagoas**, 29 abr 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/greve-de-engenharia-da-ufal-em-1979.html>. Acesso em 12 ago 2019.

_____, E. III Festival Universitário de Música em 1981. **História de Alagoas**, 08 mai 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/iii-iv-festival-universitario-de-musica-em-1981.html>. Acesso em 26 set 2019.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e ampliação nas áreas da saúde e humanas**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

VERÇOSA, E. G.; CAVALCANTE, S. (Orgs). **Universidade Federal de Alagoas: o livro dos 50 anos**. 2ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2013.

APÊNDICE – A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

(em 2 vias, firmado por cada participante-voluntário (a) da pesquisa e pelo responsável, onde 1 das vias assinada ficará com o entrevistado)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução, nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **“CIRCUNSTÂNCIAS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO”**, das pesquisadoras Regina Couto da Costa (estudante de graduação em enfermagem) e Prof^a Dr^a. Laís de Miranda Crispim Costa (orientadora do estudo). A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a descrever as circunstâncias de criação, implantação e consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio.
2. A importância deste estudo é elucidar as circunstâncias históricas do surgimento do Movimento Estudantil de Enfermagem na Universidade Federal de Alagoas no recorte histórico de 1981 a 1991.
3. O resultado que se deseja alcançar é a realização de uma reflexão sobre a relação da história de enfermagem com a história do movimento estudantil de enfermagem em Alagoas entre as fontes e com o referencial teórico adotado, o de Pierre Bourdieu.
4. A coleta de dados começará em abril de 2019 e terminará em julho de 2019.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: o pesquisador responsável, por meio de um formulário semi-estruturado, entrevistará ex-membros da gestão do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio com perguntas sobre o tema proposto pela pesquisa.
6. A sua participação será na etapa de coleta de dados, através da entrevista que será conduzida pelo pesquisador responsável;
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: desconforto, emoção, cansaço, impaciência e perda de tempo, e se alguma situação desta natureza vier a ocorrer a entrevista será interrompida, remarcada ou até mesmo cancelada se for da vontade do entrevistado.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: contribuição para a escrita da História da Enfermagem Brasileira e Alagoana, assim como da História do Movimento Estudantil da Enfermagem Alagoana, respeitando suas singularidades.
9. Que você também pode contribuir com o estudo disponibilizando documentos não-formais e, com seu consentimento, pode doá-los para o Laboratório de Documentos e Pesquisa em História da Enfermagem (LADOPHE).
10. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Nome: Regina Couto da Costa

Endereço: Conjunto Residencial Tabuleiro dos Martins, Avenida Menino Marcelo, nº 1391, Cidade Universitária.

Complemento: bloco 8, apto 304.

Cidade/CEP: Maceió-AL/ 57.073-460.

Telefone: (82) 99941-0713.

Contato de urgência: Sr(a). Laís de Miranda Crispim Costa

Endereço: Rua Dr. Roland Simons, 575, Jatiúca,

Complemento: apto 301.

Cidade/CEP: Maceió/AL – 57.035-552

Telefone: (82) 99326-0522

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária.

Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal

Assinatura da orientadora do estudo
(Rubricar as demais páginas)
LAÍS DE MIRANDA CRISPIM COSTA

Assinatura do responsável pelo estudo
(Rubricar as demais páginas)
REGINA COUTO DA COSTA

Maceió, ____ de _____ de 2019.

APÊNDICE – B: Roteiro semi-estruturado de entrevista

- **Primeiro momento:**

Explicar os objetivos da pesquisa e possíveis desconfortos e medidas para contorná-los, solicitar a assinatura do TCLE e a doação do depoimento para o banco de entrevistas do Laboratório de Documentos e Pesquisa em História da Enfermagem – LADOPHE.

Agradecer a disponibilidade.

Dados de caracterização:

Nº do entrevistado: Pseudônimo:

Nome:

Idade:

Ano/s que atuou no CAEnf 12 de Maio:

Função na diretoria:

- **Segundo momento:** (com o gravador ligado)

Realizar as seguintes perguntas:

1. Em qual ano você ingressou como estudante do curso de Enfermagem?
2. Você participou da criação do CAEnf 12 de Maio?
3. Poderia me contar como se deu sua inserção no CAEnf 12 de Maio?
4. Como acontecia a relação docente-discente nesta época? Os docentes tiveram algum envolvimento no processo de criação, implantação ou atuação do CAEnf 12 de Maio?
5. Como você percebia a atuação do CAENf no Movimento Estudantil de Enfermagem?
6. Como você percebia a atuação do CAENf no Movimento Estudantil da UFAL?

- **Terceiro momento:**

Agradecer pelas contribuições e realização da entrevista e agendar dia para validação/correção da entrevista transcrita.

ANEXO – A: Parecer consubstanciado do Cômite de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CIRCUNSTÂNCIAS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM 12 DE MAIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Pesquisador: Laís de Miranda Crispim Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 06344619.7.0000.5013

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem e Farmácia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.202.158

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa, de natureza qualitativa, cujo objeto são as circunstâncias de criação, implantação e consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio, da Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas. Os participantes do estudo serão integrantes das dez primeiras gestões que assumiram o Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio. As fontes diretas deste estudo são os registros escritos de atas de reuniões das gestões do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio armazenadas no próprio espaço da entidade e que estiverem legíveis e os registros gravados das entrevistas a serem realizadas com ex-membros da diretoria do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio no período de 1981 a 1991. As fontes indiretas serão compostas por autores que abordem a História do Movimento Estudantil e do Movimento Estudantil de Enfermagem no Brasil. Os depoimentos serão coletados através de uma entrevista semi-estruturada à partir da metodologia da história oral temática. O processo de análise dos dados será realizada em consonância com o método histórico, triangulando uma discussão entre as fontes orais e escritas e com o referencial teórico de Pierre Bourdieu.

Objetivo da Pesquisa:

Constituem-se objetivos da pesquisa:

- Descrever as circunstâncias de criação e implantação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.202.158

de Maio;

- Analisar as lutas empreendidas para consolidação do Centro Acadêmico de Enfermagem 12 de Maio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não apresenta riscos a biossegurança dos participantes. Contudo, os riscos oferecidos serão leve cansaço ou perda de tempo ao participar da entrevista.

Benefícios:

A participação dos sujeitos trará benefícios para a produção científica sobre a história da enfermagem alagoana, sobretudo sobre o movimento estudantil da enfermagem.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema de pesquisa relevante para a história do movimento estudantil na saúde em Alagoas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados estão de acordo com a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

Incluir declaração de destinação dos dados e publicização dos resultados, informando também como os resultados serão conhecidos pelos participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está apto a ser desenvolvido.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Aprovado

Prezado (a) Pesquisador (a), lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, por ele assinado, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S^a. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.202.158

oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1287240.pdf	25/01/2019 11:50:51		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEconforme4662012.doc	25/01/2019 11:48:08	Laís de Miranda Crispim Costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_autorizacao_centroacademico.pdf	25/01/2019 11:46:47	Laís de Miranda Crispim Costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_autorizacao_unidadeacademica.pdf	25/01/2019 11:46:39	Laís de Miranda Crispim Costa	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	25/01/2019 11:46:24	Laís de Miranda Crispim Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.docx	25/01/2019 11:46:10	Laís de Miranda Crispim Costa	Aceito

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.202.158

Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	25/01/2019 11:38:33	Láís de Miranda Crispim Costa	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	----------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 15 de Março de 2019

Assinado por:
Luciana Santana
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

ANEXO – B: Termo de doação do depoimento

Eu, _____, CONCORDO em doar meu depoimento, gravado através de aparelho eletrônico (gravador), para a guarda no Laboratório de Documentação e Pesquisa em História da Enfermagem – LADOPHE administrado pelo Grupo de Estudos D. Isabel Macintyre (GEDIM) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob a forma de mídia e ou registro escrito, tendo o mesmo sido apresentado anteriormente a minha pessoa para a prévia apreciação e autorização.

Declaro ainda que este meu depoimento, tal como se encontra e é de meu conhecimento e autorização, pode ser utilizado como fonte primária para futuros estudos sobre a história da Enfermagem alagoana.

Maceió, de de

Assinatura do entrevistado

